

Paulo Fernando da Silva Furtado

As Linguagens do Autoritarismo em **O Coronel e o Lobisomem**, de José Cândido de Carvalho, e em **Sargento Getúlio**, de João Ubaldo Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura Comparada.

Orientador:
João Luis Pereira Ourique.

Pelotas, 2012

Paulo Fernando da Silva Furtado

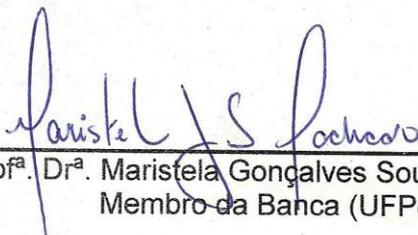
As Linguagens do Autoritarismo em O Coronel e o Lobisomem, de José
Cândido de Carvalho, e em Sargento Getúlio, de João Ubaldo Ribeiro



Prof. Dr. João Luis Pereira Ourique
Orientador/Presidente da banca (UFPeI)



Prof.ª Dr.ª Cláudia Mentz Martins
Membro da Banca (FURG)



Prof.ª Dr.ª Maristela Gonçalves Sousa Machado
Membro da Banca (UFPeI)

Pelotas, março de 2013.

FURTADO, Paulo Fernando da Silva. **As Linguagens do Autoritarismo em *O Coronel e o Lobisomem*, de José Cândido de Carvalho, e em *Sargento Getúlio*, de João Ubaldo Ribeiro**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras - Literatura Comparada, da Universidade Federal de Pelotas.

A comparação entre **O Coronel e o Lobisomem**, de José Cândido de Carvalho, e em **Sargento Getúlio**, de João Ubaldo Ribeiro, pretende analisar como os discursos dos personagens-narradores evidenciam pressupostos compartilhados na sociedade sobre as estruturas de poder que são, nos contextos narrados e representados, sustentados pela violência. Nestas obras, identificam-se convenções que admitiam variadas formas de repressão, desde atitudes sutis até agressões verbais e físicas. Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa é compreender as relações textuais das narrativas com os contextos sociais e históricos marcados pelo autoritarismo de Estado e legitimados pela atuação de membros da sociedade que exercem funções-chaves para sua manutenção e permanência. Tomando como base teórica a perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade, com autores como Walter Benjamin, Theodor Adorno e Raymundo Faoro se realiza uma reflexão a partir das narrativas de como a sociedade brasileira se formou em processos históricos que tem em comum as estruturas autoritárias. As vozes do coronel e do policial integraram uma rede de práticas que foram se renovando para a manutenção de sistemas de privilégios, destacando-se as percepções de autoridade que os mesmos possuem e que entram em conflito no espaço urbano mais modernizado. Esse processo é evidenciado pela estrutura das narrativas, as quais proporcionam leituras críticas que sugerem a desconfiança para com narrações unitárias, visto o caráter de incompletude e de suspeição acerca dos protagonistas e do próprio enredo, questionando-se também os processos de escrita da história e da ficção, enquanto representações da ideologia dominante.

Palavras-chave: narradores, convenções sociais, autoritarismo, contexto histórico.

Abstract

FURTADO, Paulo Fernando da Silva. **As Linguagens do Autoritarismo em *O Coronel e o Lobisomem*, de José Cândido de Carvalho, e em *Sargento Getúlio*, de João Ubaldo Ribeiro**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras - Literatura Comparada, da Universidade Federal de Pelotas.

The comparison between **O coronel e o Lobisomem** by José Candido de Carvalho and **Sargento Getúlio** by João Ubaldo Ribeiro examines how character-narrators's discourses reveal shared assumptions in society about the power structures that are narrated and represented in the context, sustained by violence. In these works, we identify conventions admitting various forms of repression, from subtle attitudes, verbal and physical aggression. Thus, the main objective of this research is to understand the textual relations between narratives and social and historical contexts marked by authoritarianism of state and legitimized by the actions of members of society who work keys for maintenance and permanence. Based on the theoretical perspective of Critical Theory of Society, with authors such as Walter Benjamin, Theodor Adorno and Raymundo Faoro reflection takes place from the narratives of how Brazilian society was formed in historical processes that have in common authoritarian structures. The voices of Colonel and police joined a network of practices that were being renewed for the maintenance of privileges, especially the perceptions of authority that they possess and that conflict in a urban space more modernized. This process is evidenced by the structure of narratives, which provide critical readings that suggest distrusting unitary narrations, since the character of incompleteness and suspicion about the protagonists and the plot itself, questioning also the processes of writing history and fiction as representations of the dominant ideology.

Keywords: narrators, social conventions, authoritarianism, historical context.

Sumário

Introdução.....	6
1. As Linguagens do Autoritarismo em O Coronel e o Lobisomem	10
1.1 O narrador e discurso.....	11
1.2 Desconstrução da autoridade do coronel no meio urbano.....	34
2. As Linguagens do Autoritarismo em Sargento Getúlio	48
2.1 O narrador e o enredo	49
2.1.1 O deslocamento espacial e social do narrador.....	52
2.1.2 O condicionamento ao sistema autoritário.....	57
2.2 Obedecer é não pensar.....	61
3. Bases do autoritarismo em O Coronel e o Lobisomem e em Sargento Getúlio	72
3.1 As bases do autoritarismo em O coronel e o lobisomem	74
3.2 As bases da repressão em Sargento Getúlio	90
3.3 A naturalização da violência.....	96
3.4 Os diálogos com a tradição autoritária.....	111
Conclusão.....	130
Referências.....	137

INTRODUÇÃO

A comparação entre **O Coronel e o Lobisomem**, de José Cândido de Carvalho, e **Sargento Getúlio**, de João Ubaldo Ribeiro, pretende analisar os discursos narrativos dos narradores em busca de pressupostos compartilhados sobre relações de poder, explorando na linguagem e nos atos cotidianos suas bases principais. A partir disso, identificar convenções que admitiam formas de repressão, em diversos níveis, desde atitudes sutis até agressões verbais e físicas. O foco narrativo e as posições no momento da fala são alguns dos aspectos formais que podem determinar as leituras dos textos que apresentam lacunas na narrativa, considerando que os narradores não são confiáveis e sofrem mudanças psicológicas.

Os dois livros são narrados através da voz de dois agentes que, no contexto das obras estudadas, servem aos sistemas sociais autoritários: um proprietário de terras e um policial. Nos discursos dos protagonistas, identificar como estes estereótipos sociais são desconstruídos a partir dos conflitos gerados enquanto tentam autoafirmar-se. Como se tratam de narrados em primeira pessoa, é preciso que seus discursos sejam confrontados sob múltiplos enfoques, incluindo as vozes das outras personagens abafadas sob o discurso dissimulado¹, através das quais é possível estabelecer relações entre as identidades assumidas pelos narradores, através de suas atitudes, formulando hipóteses a respeito do que foi omitido. Dessa forma, pode-se analisar a forma como as outras personagens reagem diante do “narrador suspeito” para compreensão mais ampla do contexto, buscando pressupostos sociais através do confronto entre o que pretendem contar e o que é realmente revelado. Logo, possuem importância as vozes que se opõem aos narradores, pois os confrontos é que permitem a formulação dessas hipóteses sobre o enredo implícito por trás destas narrativas arbitrárias, limitadas ao ponto de vista. Nos fatos implícitos, busca-se determinar o que as mudanças socioeconômicas sofridas pelas

¹ Termo de Bakhtin para narradores em primeira pessoa, que permite analisá-los a partir da perspectiva dialética-lógica, considerando que “Aquilo que é inacessível ao olhar de uma pessoa é o que preenche o olhar da outra. Logo, na esfera das relações humanas e da comunicação o excedente da visão é tão importante quanto aquilo que se oferece explicitamente ao olhar” (MACHADO, Irene, p. 227, 1996).

personagens revelam sobre as composições sociais vigentes nos contextos históricos nos quais estão inseridos.

Em **Sargento Getúlio** (1971), busca-se compreender as relações de poder e bases sociais que admitiam a imposição através de práticas mais repressivas, com alto teor de violência: prisões políticas e até execuções. Neste livro, explora-se o que deslocamento espacial do narrador revela a partir dos seus conflitos sociais. Ele surge inicialmente condicionado a não refletir, mas é conduzido ao questionamento de suas visões totalitárias, que ajudou a sustentar em diferentes momentos históricos, através de práticas típicas de uma sociedade autoritária. As composições sociais representadas nas ações do Sargento são problemáticas, pois ele desenvolve conflito entre as próprias convicções e as ordens recebidas dos dirigentes. O autoritarismo pode ter na linguagem o elemento básico, mas se apoia em outras formas de repressão, segundo Antonio Candido (1993), que declarou que em bases de discursos se sustentam falsas verdades. Nestas obras, é possível observar as atitudes cotidianas, nas quais a autoridade era exercida através da coerção verbal e ações intimidantes. Nesses contextos, é possível explorar indícios de que a violência naturalizou-se de tal forma, que não havia qualquer questionamento por parte da população. As formas de opressão podem ser legitimadas, segundo Candido (1993), pela posição herdada e revelam ações violentas que, muitas vezes, contaram com o aparato do próprio Estado, com o apoio de integrantes de instituições públicas, em nome de um suposto bem-comum.

Nos traços típicos que o Coronel Ponciano² condensa, e nas suas atitudes agressivas e violentas, pretende-se identificar como esses modelos autoritários vigentes se sustentavam. Tais práticas foram se renovando, no cenário do século XX da história do Brasil, num período prolongado, como tentativa de manter esse sistema. Adota-se o princípio de intertextualidade de Tiphaine Samoyault, sob o ponto de vista de que num livro pode haver tanto a retomada de textos literários, como também a recuperação de “materiais emprestados da realidade” (2008, p.104). As estruturas do coronelismo, em **O Coronel e o Lobisomem**, serão analisadas em suas bases sociais e materiais de sustentação a partir de Victor Nunes Leal (1978) e o seu prefácio por Barbosa Lima Sobrinho. Elas são problematizadas com a mudança para o meio urbano, em contextos do êxodo rural. As convenções limitadas da província em choque com as noções gerais de nação permitem explorar como as práticas autoritárias faziam parte do cotidiano,

² O termo coronel será iniciado com letra maiúscula sempre que se referir ao Ponciano.

exercidas de forma problemática as relações entre os indivíduos com o Estado, a Justiça e a política. Para isso, são fundamentais **Os Donos do Poder** (1997) e **Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio** (1988) de Raymundo Faoro.

As formas de expressão das personagens podem revelar particularidades funcionais nos espaços onde circulavam, como meio de impor ideias que serviam a interesses particulares, condensadas nestes protagonistas. A partir da interrogação sobre até que ponto os narradores possuíam consciência disso, tenta-se formular hipóteses para compreender os processos histórico-culturais em questão. Há de se considerar os contrastes das formas de narrarem adotadas que, diferentemente dos textos históricos e realistas tradicionais, estes livros trazem narradores problemáticos devido ao fato de um sugerir que o que conta é mentira e de outro não compreender a trama a qual está envolvido. À medida que abdicam pretensões realistas, enquadram-se nas definições de Theodor Adorno sobre a *Posição do narrador contemporâneo* (2003), que são mais coerentes com o novo século e conduzem a abordagem a partir de múltiplos enfoques que, muitas vezes, apresentam-se contraditórios. Então se busca entender o herói moderno – segundo definição de Georg Lukács (2009) – como um ente que veicula e possibilita leituras críticas ao sistema sócio-político. Dessa forma, interroga-se como as narrativas podem levar à reflexões que desmascarem as estruturas opressoras, através de leituras críticas que identifiquem pressupostos de subordinação nos discursos, muitas vezes impregnados de ironias, contradições e idiosincrasias intrínsecas às narrativas.

A partir destes livros visa-se questionar como os narradores se utilizam dessas linguagens coloquiais estilizadas que, nos contextos regionais, tornam-se instrumentos para sustentar o caráter opressor e autoritário do sistema dirigente e trazem marcas de estruturas sociais autoritárias também nos aspectos linguísticos. Há como destacar pontos em que a narrativa está impregnada de intenções políticas e de várias formas de intimidações praticadas naturalmente por estes agentes autoritários, para manipular a credulidade e a imaginação popular. Nesses espaços que legitimavam a violência, as linguagens verbais e corporais se constituíam o seu reflexo. Através delas, busca-se identificar o papel assumido pelo que se convencionou como ideologia, sob o ponto de vista patronal, abordada no sentido mais restrito da palavra, questionado em *O problema da ideologia*, de Lukács (BOSI, 2002, p. 119). Nele, é destacado que o conceito do termo, ainda tratando-se de concepções que se mostrem excepcionais, como valor ou influência, pode servir de mistificação de interesses pela perspectiva marxista.

Nos elementos de linguagem, busca-se a função das ironias como recursos de crítica sobre as estratégias de manutenção das estruturas políticas e sistemas de privilégios das classes dominantes. Nas situações narradas, é possível identificar os fins filosóficos, desenvolvendo leituras baseadas na “concepção da natureza dialógica do pensamento humano, que se opõe ao monologismo oficial que se pretenda dono de uma verdade acabada.” (BAKHTIN, 1981, p. 94). Em ambas narrativas, questionam-se identidades autoritárias consolidadas no meio rural que desenvolvem contrastes com os valores do meio urbano mais modernizado. Cada meio possuía suas próprias práticas para manter a idéia de superioridade cultural, que garantia a liderança das elites.

Nas noções regionalizadas que os narradores-personagens desenvolvem, nos contextos sociais da fazenda e no reduto de atuação policial, em torno da pequena cidade, é possível perceber o cruzamento de conflitos entre os interesses particulares e as concepções de Estado. Isso permite a reflexão sobre quais conceitos vigentes e de que forma esse desconhecimento das funções de órgãos públicos, por parte do povo, torna-se auxiliar na garantia de poder para as elites. Nesses contextos, podem-se identificar várias modalidades de coerção, com índices de violência e discriminação já naturalizados, que podem ser foco de análise sob a perspectiva da sociologia literária. A forma como a autoridade era exercida no cotidiano, em uma sequência de ações concatenadas, para manter o controle dos outros, são elementos que permitirão formular hipóteses, na parte final, sobre os contextos históricos e o que essa rede de conveniências pode representar para a sociedade.

1. As Linguagens do Autoritarismo em *O Coronel e o Lobisomem*

Em **Coronel e o Lobisomem**, publicado em 1964, Ponciano narra o próprio percurso, ostentando posição de coronel, em momentos de transição, nos sistemas políticos, sociais e econômicos em torno da indústria canavieira. Na 31ª edição deste livro, publicado pela José Olympio, em 1982, consta na folha de rosto a expressão: “Deixados do Oficial Superior da Guarda Nacional, Ponciano de Azeredo Furtado, Natural da Praça de São Salvador de Campos dos Goytacazes”. Portanto, quando a narrativa começou, toda a história já transcorrerá. O contexto histórico desta edição é justamente o período que marca o fim do sistema coronelista no Brasil, que já vinha em declínio nas últimas décadas. Toda a primeira metade da narrativa pode ser sintetizada nas demonstrações das bases de poder do Coronel, no meio rural, onde tenta autoafirmar-se com da sua linguagem autoritária, cujos exageros permitem identificar sátiras a estes sistemas sociais.

O deslocamento do Coronel do campo para a cidade, considerada pelo narrador um local de maior prestígio, demonstra que esse fenômeno atingiu diferentes classes. Ele manifesta marcas de pensamentos que podem ter motivado o êxodo rural que, na época da primeira edição, já vinha provocando mudanças sociais no Brasil e teve seus momentos mais expressivos nos anos seguintes. Com a aspiração de integrar-se ao meio urbano, Ponciano desenvolve conflitos, pois esse novo espaço social exige mudanças de comportamento e sua autoridade passa a ter restrições cada vez maiores. Segundo Barbosa Lima Sobrinho (1978), se referindo à obra de Victor Nunes Leal (1949), o coronelismo teve um período prolongado e foi mudando: “em 1975 não será a mesma coisa que o de 1949. Dia a dia o fenômeno se transforma numa evolução natural”. As mudanças ocorrem para manter o sistema, mas o Coronel não teve flexibilidade para desenvolver novos métodos que se adaptassem a um período de transição.

1.1 O narrador e o discurso

O narrador é Ponciano que inicia falido economicamente, mas mantém o caráter autoritário, sua principal característica. Através da narrativa, ele mostra como chegou ao estágio atual, sempre tentando produzir uma versão favorável sobre si e reafirmar a sua condição de coronel e as qualidades excepcionais, que julga possuir por direito de herança, para o comando. A ostentação da imagem pessoal torna-se um objetivo maior do que as próprias histórias, pois, a todo o momento, tenta provar que suas decisões foram as mais acertadas, de acordo com as necessidades de cada situação.

O narrador se constitui pelo próprio discurso, mas, quando confrontado com o seu modo de agir, acaba mostrando contradições, que impregnam o romance e permitem que se percebam fatos que ele não gostaria de revelar. O livro inicia com a expressão: “A BEM DIZER, sou Ponciano de Azeredo Furtado, coronel de patente do que tenho honra e faço alarde” (CARVALHO, 1982, p. 03). A forma popular pode significar para falar a verdade. Isto pode sugerir antecipadamente as diferenças entre a realidade e o discurso, considerando-se o caráter e as contradições do narrador, pois se focaliza nos traços positivos que busca intensificar sobre si, deixando clara a parcialidade do ponto de vista adotado, em favor dos interesses pessoais. As expressões “tenho honra” e “faço alarde” são contraditórias com “não faço glória” e “lavado de vaidade”. Os exageros na valorização das próprias qualidades demonstram que “lavado” significa cheio de vaidade. Os fatos implícitos nessas contradições ganham importância, pois podem gerar reflexões sobre a sociedade do Brasil e o questionamento de sua história, como um resultado do ponto de vista das elites.

As contradições são intrínsecas à conduta da personagem, pois ele as repete em diferentes contextos, na tentativa de reafirmar sua autoridade e a posição de coronel que idealiza para si. Nesse processo, ganham mais ênfase as coisas que ele deixa transparecer, mesmo desejando omiti-las. A principal delas refere-se à própria imagem, pois ele refere-se a si mesmo como o outro: “Ninguém (...) ensinava ao neto de Simeão (idem, p. 28)”, “Deus não cresceu o neto do meu avô” (id., p. 24). As formas de expressão demonstram conflito entre o que do narrador realmente é e o que a tradição lhe cabia: “Estipulou que o neto ia ser doutor de lei” (id., p. 03). Ponciano cresceu superprotegido – “debaixo do capotão” – pelo avô que lhe influenciou o caráter e

determinou que devesse seguir seus costumes, como forma de manter a autoridade e o prestígio social. Claudemar Fernandes (1998, p. 38) já destacara a separação do narrador em dois locutores, demonstrando que há contrastes entre as imagens que projeta para si, para a sociedade e o que realmente consegue ser. Segundo ele, o romancista se preocupa mais com o significado da personagem do que com os fatos. Por isso, a história do Coronel deve ser interpretada a partir das imagens que projeta para si e para os outros, em contraste com o que é percebido nos desdobramentos da narrativa.

Os consensos sociais que definiam as classes, legitimando o autoritarismo, nos períodos após a transição do Império para a República, de acordo com Raymundo Faoro³, ditavam regras e determinavam comportamentos. O Coronel segue um modelo pré-estabelecido de como tratar as mulatas, que ele tinha como objeto de desejos, mas lhe eram impedidas quaisquer relações afetivas. As convenções impostas pela sua classe não permitiam que admitisse sentimentos por elas e exigiam que as tratasse como objeto de prazer apenas. No início da juventude: “pegado em delito de sem-vergonismo (...). Levei solavanco de orelha, fui comparado aos cachorros dos currais – meu avô deliberou que eu devia tomar rumo da cidade” (CARVALHO, 1982, p. 07). Embora muitas relações com mulheres fosse elemento de prestígio para os rapazes, questiona-se o motivo de tanta recriminação recebida. Como a “intimidade de mato” ocorre com uma mestiça, chamada de “pardavasquinha”, isso resulta no castigo e seu afastamento para a cidade, permitindo a hipótese da intenção de separá-los, em virtude das possíveis consequências, como uma gravidez de garota de classe social considerada inferior.

Embora Ponciano reafirme constantemente que é um sujeito instruído, após sua mudança para a cidade, onde “Lá cursava a patente de alferes por imposição do meu avô” (idem, p. 07), sobre a época de estudos, declara: “De letras eu nem queria sentir o cheiro e o que menos Ponciano fazia era aparecer na escola dos frades” (id., p. 05). Enquanto fingia estudar, o protagonista adquiriu rompantes de fidalguia na cidade: “Então, anos de serenata e farreagem poliram a patente de Ponciano” (id., p. 13). Portanto, não possui a instrução que exhibe, e o verbo “poliram” é irônico, pois tenta fazer com que o fracasso nos estudos pareça um período de crescimento, devido a sua juventude de galanteador, como um traço distintivo indispensável para um homem bem-

³ Sobre as relações com as mulheres, os camponeses e o trabalho, o Coronel sempre coloca em primeiro plano as aparências. O seu apego às práticas tradicionais podem ser relacionados às análises de Raymundo Faoro: “Tradição como defesa, arma e instrumento, e não como realidade (...). O estamento se compôs de um conjunto de convenções, que determinam em um modo e um estilo de vida, certas maneiras de educação, com a auréola de prestígio secular, firmado na tradição (1998, p. 206)”.

sucedido. Sobre os próprios estudos, tenta não demonstrar esforço, para ostentar uma competência nata. Ao avô, “longe de conhecer o progresso do neto no terreno das velhacarias” (CARVALHO, 1982, p. 15) era fácil dissimular sua falta de dedicação aos estudos: “Ele quebrado da vista”. Embora não haja nenhuma experiência que confirme a instrução que ostenta constantemente.

Logo após a morte do seu avô Simeão, Ponciano iniciou um processo para tomar posse legal do que herdou e inserir-se no gerenciamento da propriedade. Uma herança que não consistia apenas nos bens materiais, mas também envolvia pessoas subordinadas e um *status* social. A ornamentação do cemitério aparece como arma para reforçar o carisma familiar, demonstrando o prestígio social através das suas origens:

No arremate do inventário, que não teve embargo na justiça, por eu ser herdeiro de herança limpa, mandei levantar carneiro de muita religião em comemorativo de meu avô. Fiz questão de municiar o túmulo dele com dois anjos de asa larga, coisa vistosa, de engrossar fama do cemitério (...). Tomei respeito, não só pela herança de boi e pasto, com pela patente de Coronel. (...) vizinhos de mau caráter tinham adentrado mourões e aramados em prejuízo do que era meu (...). Remeti a cada um um bilhete educado (...). Antão Pereira achou graça do procedimento mimoso (...) povo de pasto nunca ia entender carta rendilhada (...). De fato, os desabusados fizeram ouvidos de surdos. (...) nessa labuta de botar em ordem a herança de Simão empreguei meio ano. Vivia enterrado na papelada do foro” (idem, p.16-17).

O inventário sem embargo na justiça que o Coronel declara mostra grandes contradições se confrontado com o que revela logo em seguida. Há evidências de longo processo, principalmente relacionado às questões em torno dos limites de suas terras. Em relação a aqueles que estavam instalados em torno da propriedade, ele se utilizou a princípio de terceiros para intimidá-los, já que temia enfrentá-los diretamente. Nota-se que atitudes mais agressivas do Coronel eram esperadas dos camponeses, como Antão Pereira e Saturnino Barba de Gato, que “era do tempo do seu avô”. Ambos discordaram sua atitude de solicitar-lhes que se retirassem através de bilhetes. Conclui-se que não “entender carta rendilhada”, nesse contexto, significa não se retirarem prontamente. Dessa forma, Ponciano recorreu à justiça sob bajulação do próprio advogado, Pernambuco Nogueira: “O coronel mete no bolso muito mocinho de anel no dedo (...). Cheguei a trabalhar em cartório e mais de uma escritura lavrei dentro da lei e da pragmática” (id., p. 18). O trabalho de Ponciano no cartório fica obscuro, pois na condição de proprietário, lavrou a própria escritura. Ele ostenta como positiva a participação em muitas causas judiciais e o comparecimento com frequência ao Foro, considerando o envolvimento permanente em processos jurídicos como fatores positivos na sociedade. O Coronel possui uma imagem caricatural, pois exagera na imitação de

comportamentos que considera demonstrações de que possui autoridade, como os charutos, a imagem pessoal e a postura agressiva, assimilando comportamentos que identificou como de prestígio social:

Nessa ciganagem das questionações de Foro e estrada de ferro contraí os vícios da gente política – dei de queimar charutos finos, de fumaças ostentosas. Fiz nome nos cartórios, conhecido por demais nos corredores do Foro (...) não havia desavença que eu não desmanchasse na força do berro (...). Infestava os recintos por onde andava a poder de Flor de Ouro (...). Travei rixa de palavra – até conselho espalhei na orelha de advogado. (...) Valeu a pena o trabalho. Pernambuco Nogueira, a poder de leis e artimanhas, não só limpou as propriedades de agravos e roubalheiras, como adentrou suas leis em terra que não era minha (CARVALHO, 1982, p. 19).

Ponciano parte do pressuposto de que os inúmeros processos reafirmam seu valor social, pois isto lhe permite conviver com classes de maior prestígio. O privilégio econômico lhe proporciona, por um período, impor suas opiniões e encerrar discussões “aos berros”, demonstrando que a “razão” está ao lado de quem tem o “direito” de falar mais alto. Essas características adotadas pelo Coronel, no meio urbano, podem ser associadas às de personagens de Machado de Assis, que Raymundo Faoro identifica como hábitos sociais que distinguem a posição hierárquica do indivíduo: “empoará o rosto e a alma, dourará as palavras, inflará o discurso e ganhará gravidade, a suprema fraude. Ele enganará a si próprio, contraindo os vícios da sua classe, para realçar a superioridade falsa, inatingível” (FAORO, 1982, p. 278). Ponciano possui em comum com esses personagens a ambição de atingir a alta sociedade de forma deturpada, assimilando apenas os vícios, recorrendo à falsificação e às falsas aparências.

Ponciano revelou práticas duvidosas nas disputas de posse da terra, sugerindo a manipulação de documentos, e a realidade é deturpada pelo discurso: o que ele chama de “trabalho”, é um processo que talvez envolva fraudes; o que chama de “leis” pode ser a manipulação de artigos da lei de acordo com interesses pessoais; as “artimanhas” podem sugerir a tomada das mais diversas medidas, legais ou não, para atingir seus objetivos; “agravos” podem ser pequenas resistências inúteis; “roubalheira” provavelmente refere-se aos agricultores que já viviam na periferia da propriedade produzindo com a família há décadas, em algum sistema de troca de favores. Os seus principais recursos para expulsá-los consistem na própria imagem e na intimidação:

Um barbadão (...) aparelhado de quase dois metros. (...) comparecia nas audiências da justiça de charuto debruçado nas varandas do beijo (...) minha barba entre os filós do Flor de Ouro, mais feroz parecia. Os meirinhos cochichavam:

– Nem por uma fortuna de nababo eu fazia intimação contra o coronel.
(CARVALHO, 1982, p. 19)

O medo de abrir um processo contra um coronel é o seu principal aliado. A imagem ameaçadora, com direito de fumar sem restrições em todos ambientes jurídicos e sua fama de “instruído e demandista” (CARVALHO, 1982, p. 25) impedem os questionamentos. Sobre a relação direta com os posseiros, o narra diz que Dioguinho do Poço avisou que “José Mateus, tocaieiro de tiro certo, rondava as porteiras do sobradinho” (idem, p. 20) a mando do único sujeito que ousou questionar as desapropriações efetuadas pelo coronel, que declarou: “Amansei os receios do vizinho e em modo de pouco caso (...). Com esses e outros galhofismos dei a ameaça de Cicarino Dantas por acabada” (id., P. 20). Entre as reações mais imediatas, ele recorre ao deboche e ao desdém. O termo “acabada”, na verdade, significa apenas o início da contenda que irá narrar. Segundo Candido (1993, p. 206), os elementos autoritários se baseiam na afirmação “do fato consumado”. Ponciano demonstra que diante da autoridade do coronel não havia argumento, pois não se discute e que se antecipava aos fatos e sabia o desfecho.

O Coronel utilizou inicialmente intimidações baseadas na fama: “avisaram a ele: – Esse é o tal Ponciano que estuporou um valentão do circo de cavalinhos” (CARVALHO, 1982, p. 20). Ele contava com os agregados e vizinhos para intimidá-lo através de recados: “Pois diga a esse boi de cocalho...” (idem, p. 20). Depois disso, ele usou a estratégia de espalhar que “a mulher do atrevido sujava o nome dos Dantas na cama de um doutor primo dela” (id., p. 20). O Coronel alimentava comentários, mas declarando “segundo soube”, evitando o envolvimento direto, mas através de um conflito puramente verbal, inicia-se uma série de eventos, que culminariam posteriormente na prisão e tortura de José Mateus. O Coronel desdenhou das ameaças exibindo coragem, mas declarou:

Se passei, nos dias de depois, a andar de capanga no costado, não foi por medo, doença que nunca tive nem vou ter (...). Sinhozinho (...) ficou assustado na vista de tanta arma e munição. Pensava que o povo de Simeão estivesse de guerra feroz contra gente do governo (...). Nunca vi tanto moleque tomado de responsabilidade (id., p. 20).

O Coronel afirmou “O caso é meu, dele não abro mão”, mas logo confessou contraditoriamente: “meti carabina de munição completa no ombro de meia dúzia de campeiros”. Da parte de Cicarino Dantas, o Ponciano declarou que “Por causa dessa ameaça (...) demoveu céu e terra para fazer as pazes comigo” (id., p. 24). Há demonstrações de que os coronéis não resolviam as coisas pessoalmente, mas através de intermediários, com bilhetes e recados: “Em carta de letra bem torneada”. Ele acusava

Totonho Borges de não apreciar sua pessoa, motivo pelo qual “extraiu confissão descabida de um vadio que atirei fora da porteira por ser um ladrão contumaz” (CARVALHO, 1982, p. 24). Percebe-se que tanto Ponciano quanto Cicarino compactuavam com a ideia de transferir toda a responsabilidade a Totonho Borges. O Coronel atribuiu o fim da contenda a sua fama de “demandista e instruído” e aos “bons ofícios do tabelião Pergentino de Araujo” (idem, p. 25). Com a ideia de que o fim dos conflitos dependia apenas da deliberação do coronel, ele narrou o fim da contenda, colocando-se como o líder carismático, a quem era concedido o poder de julgamento e decisão.

A autoafirmação entre os agregados, de quem o Coronel dependeria, foi outro desafio. Mesmo desnecessariamente, ele sempre colocava no primeiro plano a sua autoridade, como se estivesse mais garantida o quanto fosse mais evidente. Ponciano acha que, para mantê-la, necessitava constantemente enfatizá-la. Além disso, partia do pressuposto de que um líder não admite qualquer fraqueza ou desconhecimento. Com o objetivo de omiti-lo, ele não hesitava em inventar e abusava de clichês sociais e do discurso: “Desse desconhecimento (de gado) nunca dei o braço a torcer. Gente que tem mando não pode dar parte de fraco no lidar com o povo dos ermos” (id., p. 18). As impressões que desejou causar a Juquinha Quintanilha revelam estratégias de comando para subordiná-lo aos seus interesses, por um período prolongado.

Os argumento e ações do Coronel, baseados em conceitos fixos, não visavam às necessidades imediatas dos problemas do campo. No primeiro dia na fazenda: “Tomei conta do sobradinho numa segunda-feira e no mesmo dia fiz sentir as imposições de dono. Queria isto, queria aquilo” (id., p. 18). Assim, tentou provar que era um “mestre de invernadas”, inclusive inventando uma raça de capim: “Sustentei o meu capim-rabo-de-macaco por honra da firma” (id., p. 18). Torna-se irônica a sua justificativa: “Fiz isso por sabedoria” e o uso do ditado: “mato a cobra e mostro o pau” que não corresponde às suas ações. O narrador cometeu uma falácia, pois a mentira reafirma sua ignorância e ele continuou sem saber, mas alegando que foi só sustentou “por honra da firma”. O Coronel se apropriava de elementos de linguagem, que assimilou na cidade, e os usava deslocados do seu sentido convencional. Raymundo Faoro explora a utilização da retórica por personagens de Machado:

são frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas, consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. É a arte de pensar o pensado” com o adorno das figuras gastas que não obrigam a indagações nem despertam as curiosidades vadias (...) Sentenças latinas, ditos históricos, versos

celebres, borcados jurídicos, máximas, e de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação. (1988, p. 179)

Ponciano utiliza ditados, clichês, lendas e histórias populares, que reforçam o ponto de vista do proprietário, como se este estivesse apoiado na suposta sabedoria coletiva, compondo um conjunto de crenças de sua época, inseridas num contexto histórico, como imperativos da razão. As noções ideológicas sobre superioridade são utilizadas no sentido mais restrito do termo, que seria mistificação de interesses pela perspectiva marxista. Sobre isto, Alfredo Bosi (2002, p. 119) faz uma nota esclarecedora citando a abertura do texto *O problema da ideologia*, de Lukács, para afirmar que seria exagero utilizar o conceito de ideologia para "qualificar toda e qualquer produção de conhecimento ou expressão artística de um indivíduo, ainda que este se mostre excepcional como valor ou influência". Nos sistemas de autoridade do coronelismo, os clichês e ditados reforçam a submissão dos agregados, sem que se reflita. O tom de voz do Coronel causa a impressão de tratar-se de verdades inquestionáveis da sabedoria popular. Neste caso, trata-se de sistemas morais criados pelas classes dominantes para manter os mais ricos no controle da sociedade. Segundo Alfredo Bosi (2010, p. 10), os clichês não têm função gratuita, nem existência no vácuo, mas se existem é por que encontram "eco" na realidade:

Os escritos de ficção, objeto por excelência de uma história da literatura, são individuações descontínuas do processo cultural. Enquanto individuações podem exprimir tanto reflexos (espelhamentos) como variações, distanciamentos, problematizações, rupturas e, no limite, negações das convenções dominantes do seu tempo há sempre uma tensão entre a literatura de ficção e os clichês ideológicos que lhe são contemporâneos.

O uso do termo "clichês" não se refere apenas ao discurso, embora fosse através dele que se transmitiam os hábitos recorrentes e aceitos na sociedade. Nas áreas rurais, indivíduos conservavam mais esses modos de vida tradicionais e desenvolviam-se vínculos afetivos com os padrões, de forma que era aceito um pacto sobre a superioridade intelectual do coronel. As suas causas eram facilmente assumidas e as suas ordens sempre acatadas. Entre proprietários, estabeleciam-se relações de compadrio, trocas de interesses econômicos, e comunidades em torno das fazendas.

O Coronel também se utilizava da criação de uma imagem mítica de si mesmo com o surgimento da onça: "o zumzum trazido pelo vento dos pastos dizia grandezas da aparecida" (CARVALHO, 1982, p. 27). Novamente, a progressão do conflito baseou numa "guerra de boatos". Ponciano disse: "mandei João Ramalho (...) vasculhasse a verdade". Já iniciou querendo protelar o envolvimento com o problema: "Dou prazo de

um mês ou mais se quiser”. Como temia participar da caçada, utilizou o ditado para apresentar o primeiro pretexto:

sou de matar a cobra e mostrar o pau (...). Não podia eu, sem deslustrar a patente, levar guerra aos pastos de Badejo dos santos, muito capaz de tomar providência como afronta ao seu galão. A pintada, em matas do Major, fugia ao meu tiro mortal (...)

– É da pragmática militar, seu João Ramalho. É dos regulamentos da guerra, seu compadre.

João Ramalho ainda ponderou que Badejo não fazia caso (...) dava meia boiada (...).

– É homem capaz de rezar missa e matar cabrito de louvor, meu patrão.

Fui severo, avivei a voz. Ninguém, ninguém ensinava ao neto de Simeão a regra do bom proceder. Que ele fosse marcar rês, ofício que conhecia de cor e salteado. De regulamento e lei *de guerra entendia eu. Não foi à toa que cursei escola de padre* e em Anos recuados pratiquei em cartório de tabelião (...). (...) perguntasse a Pernambuco Nogueira quem era eu, a azoadá que fazia nos ouvidos dos desembargadores do foro (...) por ser homem de instrução (CARVALHO, 1982, grifo meu, p. 28).

Como não pode vencer nos argumentos, o Coronel reagiu agressivamente, exibindo um falso domínio da fala e das leis, que não poderia ser percebido pelos camponeses humildes. Segundo Antonio Candido (2002, p. 87), a linguagem, em suas nuances regionais, “se torna um instrumento poderoso de transformação da língua e de revelação e autoconsciência do país; mas pode ser também fator de artificialidade na língua e de alienação no plano de conhecimento do país”. Entre agregados pobres e descendentes de ex-escravos, nota-se que, no espaço rural mostrado por Ponciano, a maioria vivia na ignorância. A posse da palavra permitia ao Coronel impor a opinião aos gritos, como se isso confirmasse sua especialidade em caçada, o fato de ser instruído é a justificativa para esquivar-se da onça. Um conhecimento militar e de estratégias que não há evidências de como possa tê-lo adquirido numa escola de padre, nem da relação entre esses domínios do conhecimento com a onça, que teria até consciência da sua fama. Ele denominou essa conversa de uma “lição ministrada em João Ramalho”. Juquinha Quintanilha concordou: “Em regulamento de guerra e lei do Foro não tem como o coronel” (CARVALHO, 1982, p. 29). A falta de relevância desse tipo de conhecimento numa caçada é mais uma das ironias que impregnam a narrativa. Quintanilha se torna o principal elemento numa disputa de boatos: “Aligerava a perna em viagem de diz-que-diz (...). Já o dedinho da velha raspava o nariz do mulato” (idem, p. 29). Francisquinha mostra que tinha o poder de reprimenda também com os agregados. Ponciano disse que a acalmou garantindo que não iria “sem auxílio de ninguém desmontar a onça”, revelando a própria covardia, mas seguiu acusando Juquinha de medroso: “Fez curva de arco de modo a não roçar terra de onça (...).

Sumido Juquinha, não fui mais coronel de ter sossego, de fumar meu Flor de Ouro (...) de apreciar um fundo de cadeira” (CARVALHO, 1982, p. 29). Segundo o narrador, depois disso desenvolveu-se “uma viração de leva-e-traz. Porém, ele disse que tentava opor-se aos exageros dos demais (idem, p. 30):

Um comício de boiadeiro cheguei a esfarinhar no grito (...). Cada qual dependurava na papa-bezerro um avantajado de maior porte (...) subia no arvoredado (...). Dioguinho do poço veio dizer no sobradinho que a onça deitava fogo pela goela. Tive de falar sério:

– Que fogo que nada, seu Dioguinho. Tenha respeito!

E na cara da campeirada exemplei o vizinho como gosto de exemplar. Que negócio é esse de onça cuspir labareda? (...) E dentro desse severismo marchei até ver o bom vizinho quebrado. Então, abrindo os braços, amoleci a reprimenda. (...) Diante desse meu jeito cativoso, o vizinho ganhou alento (...). Em fala de amizade (...) não calhava num homem madurão. (...) O que largava fogo da goela era o artimanhoso do dragão, maldade desaparecida desde o dia em que o milagroso São Jorge do cavalo branco andou pelo mundo.

Como se apenas ele tivesse direito a contar exageros, aproveitou-se da situação. A ideia superioridade baseava-se nas falhas dos camponeses mais humildes para impor suas regras de tratamento. A atitude de “exemplar” Dioguinho na frente dos demais é um abuso de autoridade não questionado, como se somente ele possuísse um raciocínio lógico. Nesse processo, oscila entre atitudes agressivas e delicadas, como estratégia de comando, enquanto ele mesmo continua incentivando comentários e fofocas:

O resto do mês foi só onça (...). Juca mandou bilhete manhoso (...). O Coronel respondeu imediatamente: (...) Pelo mesmo estafeta, em letra arredondada (...). E por fora no ouvido do portador, remeti recado debochista (...). O bilhete foi em perna de cavalo, a resposta veio em andar de jabuti (...). chegou em carta mofina (...) uma inchação aparecida lá no baço dele (...) achei graça da invencionice (id., p. 30).

Ponciano alegou que a doença era pretexto do primo, por covardia, mas logo depois, assustado com o som do vento nas aberturas, se refugiou na casa de Juca, demonstrando o próprio medo: “aquela matilha de lobisomem que assobiava e fuçava portas e janelas (...) fui tirar uns dias na cama e na mesa do meu primo” (id., p. 32). Quando retornou, surgiu Quintanilha que “requereu licença”, mas o Coronel simulou uma atitude de desdém: “Não retirei o interesse do cão emperrado de uma garrucha (...). Não fiz caso, por saber que o mulato vinha em missão de onça” (id., p. 34). Ponciano visava fugir do assunto, mas Quintanilha sabia que o seu ponto fraco era a lisonja:

– O coronel tem sabedoria de doutor formado (...). Pedia Juquinha licença para apalavrar (...) um certo capitão Zuza Barbirato, portador de cem mortes de onça (...). Deixei a deliberação em suspenso (...). Na hora do palito é que Juquinha, voz apagada de modo a não vazar além da mesa (...) eu não precisava ficar cativo de jura nenhuma, desde que não foi praticada em nome de nosso senhor Jesus Cristo ou santo de igual poder. (...) respondi de imediato (...) no concernente a compromisso de santo sempre fui católico de marca

maior (...) charuto na boca, mãos detrás das costas, medi a sala em passo militar. E nesse medir botei Juquinha a par da minha condição de homem de irmandade (...) promessa é promessa (...) não tem onça que pague estar de mal com a religião e seu povo de batina (...) quis obtemperar. Obtemperei mais forte do que ele, dando uma palmada na mesa (...) Juquinha deu ganho de causa a mim, até louvou minha devoção (...) coisa de altar tem que ser respeitada (...) vosmecê tem tino (...) não havia como denegar autorização a Juquinha para contratar o tal capitão (...) fiz recomendações, desci aos pormenores, as manhas e malícias das onças (...) cuidado com o vento (...). Cuidado com isso, cuidado com aquilo (...) de pintada debaixo do braço, apresentei lição de deixar Juquinha fora do tino (CARVALHO, 1982, p. 35).

Ponciano não queria admitir a necessidade de contratar o caçador e atribui essa possibilidade apenas pela insistência de Quintanilha. O termo deliberação, deslocado para uma conversa familiar, é uma das estratégias da sua linguagem autoritária. Há contradição no que alegou, pois a promessa que o impedia de matar a onça, não lhe restringia que pagasse alguém. Ele desviou o assunto até depois do jantar, quando Quintanilha argumentou outra vez, mas o Coronel defendeu-se com uma postura que causasse impacto “em passo militar” e mostrava-se irreversível em fugir da caçada. Quando o camponês quis insistir, ele recorreu a uma atitude violenta “com uma palmada na mesa”. Sem direito a acrescentar outra opinião, não restava outra atitude a Juquinha e não ser concordar. O substituto de medo é “tino”, tentando autoafirmar sua prudência, como sinal de sabedoria. Atitude que se repete (idem, p. 50). Tudo isso, para admitir a contratação de Zuza Barbirato. O narrador procurou destacar o contentamento de Quintanilha por causa dessa decisão, mas quem mostrou entusiasmo foi ele, que se exaltava em lições e recomendações.

O Coronel declarou que, tendo percebido ser Juquinha um “sujeito temente a lobisomem”, encontrou uma forma de manipular a conversa e mantê-lo ao seu lado, recorrendo inclusive a uma encenação: “encalistrou, deu de encorujar. E eu tome onça” (id., p. 36). Ponciano lamenta o “pesar” de “não entrar na briga”, pois a onça era “bicho de um tiro só” e continua censurando as atitudes do agregado. Quando narra, o Coronel já sabe que ficaria com a fama da morte da onça e antecipa desconfiança com o caçador, como se pudesse prever os fatos. A sua sabedoria em caçadas também não se confirma, pois quando Juquinha “requereu licença” para lhe falar sobre os cães, ele ignorou completamente a importância do faro destes animais em uma caçada que se queira realmente encontrar a presa: “Fiz troça (...). Deixe de lado os cachorros e cuide da onça” (id., p. 37). Em seguida, o Coronel declara ministrar lições a Juquinha “assentado a uma distância respeitosa de mim (...) exaltando Juca Barbirato”. Com a noite, ele insistia em assuntos sobrenaturais sob alegação de que eram para assustar Juquinha, mas

manifestava os próprios medos. Já distanciado temporalmente destes fatos no momento em que narra, ele continua a atribuir superstições apenas ao agregado. A fazenda é envolvida numa aura de mistérios e o Coronel sempre rebate afirmando-se especialista no assunto. Quando declarou que lidava com essa maldição a noite inteira, referindo-se a um simples pio de coruja, revela o próprio medo, que o fazia insistir tanto nestes assuntos impondo seus preceitos e utilizando-se do espaço físico do casarão rural, para criar um clima sinistro (CARVALHO, 1982, p. 38):

O mulato, medroso de perder a cor, resmungou que em noite de corisco nem era de religião cuidar de visagem (...) do fundo da varanda uma coruja cortou mortalha (...). Embarquei no pio da agourenta de maneira a espicaçar o medo do mulato

– Não tenha cuidado, patrão. Vou contratar um rezador.

desfiz do tal espantador de coruja (...) lido com essa maldição a noite inteira (...) asseverei que reza de rezador sozinha não bastava (...) era dizer o santo nome de Onofre, em três sextas feiras (...) Seca tudo no galho.

E a hora era tardia, continuei na pantomima de escovar o medo de Quintanilha, ajudado pela noite trevosa. Lá fora o vento zunia e o trovão alumiava as vidraças da sala. Por sorte, por reforço de minha maquinação, da parte dos fundos, uma vez por outra chegava um barulho de corrente arrastada. Mandeí, fingindo espanto, que o mulato apurasse o ouvido:

– Esquisito, hein, seu compadre? Parece corrente de negro cativo.

O Coronel utilizou diversas vezes o termo “pantomima”, que é a base das suas estratégias para impressionar os agregados. O barulho de “corrente de negro cativo” poderia assombrar muito mais a consciência de um coronel, acostumado a aplicar castigos, do que a um simples camponês, mas ele gabou-se da eficiência das suas histórias, demonstrando habilidades em modificá-las. Enquanto enfatizava a sua suposta coragem, os seus receios personificam-se no livro:

desencovei um livro de são Cipriano que vivia amedrontado no fundo do gavetão (...). Ri no íntimo e abri o livro em parte que eu conhecia (...)

– patrão, patrão! Não catuque essas penitência das trevas (...)

Passei de largo, de vela solta, pelos receios de Juquinha. Puxei lobisomem do livro de São Cipriano para dentro dos ouvidos dele (...) não segui tim tim por tim tim o que a letra estipulava. Pulei, misturei, inventei em favor do lobisomem (...). E eu no serviço do mal-assombrado.

Juquinha não aguentou. Pregou na testa o sinal da cruz (...) e correu (...) antes do acontecido do lobisomem, eu já tinha azucrinado Quintanilha com a presença de meu avô, um par de meses (idem, p. 39).

Segundo o Coronel, já tinha o hábito de assustar Juquinha, que teria implorado que evitasse tais assuntos naquele momento. Mas quem possui uma postura ambivalente em relação e estes medos que tentava disseminar é o próprio Ponciano. À medida que tentava assustar, enfatizando sua coragem – “Ri feliz da pantomima”, o narrador segue com a tendência à contradição, no instante seguinte, pois levou um enorme susto: “escutei lamentos de meu avô (...). Pulei de lado, que ligeiro sempre fui e ainda sou

neste dobrar de vida” (CARVALHO, 1982, p. 40). Depois de correr em pânico, ele admitiu que fosse só a imaginação: “sem tirar as vistas do filó que representava meu avô Azeredo (...) queria que o medroso visse (...) mentira de noite trevosa” (idem, p. 41). Ele dissimula o próprio medo e mantém Juquinha alerta, para guarnecer o Sobradinho.

Ponciano aceitou convite para “levantar capivara”, com os agregados portando a “trabucada”, mas sob recomendações: “veja, seu Antão, não sou homem de tiro pequeno” (id., p. 42). Com pretexto para não enfrentar a onça, ele alegava: “lua de resguardo. Não posso quebrar devoção” (id., p. 45). Com isso, ele jogava essa responsabilidade para os agregados que manipulava: “Distorci a conversa” (id., p. 42). Ele passou a contar que Tutu apanhou de um meganha que “amanheceu morto (...) a surucucu picou o jurado em veia mortal” (id., p. 43). Depois, torna a censurá-los: “Recriminei o boiadeiro: “Como é que tem a ousadia de tirar da cama um coronel de patente para um rebate falso de capivara” (id., p. 44). Ponciano disse que “acharam graça”, mas não tirou proveito para não “não rebaixar Antão Pereira”, mas na verdade mostrou respeito por ele, que seria “sujeito sisudo de não mostrar dente pra ninguém”. Então decidiu “despejar a culpa em Tutu Militão”. Ponciano dominava a conversa oscilando, entre recriminações e anedotas, os distraiu com uma história de Cazuzza do Rego, que ia de cabra até em repartição do governo. Depois de rodeios, o Coronel declarou as reais intenções (id., p. 45):

Vosmecês todos, gentes de comprovada valentia, estão contratados para pegar a pintada (...). Segurando esses receios pela gola, fingi aborrecimento (...) isto é um a comitiva de caça ou acampamento de defunto? (...) corri as vistas como se buscasse o falecido em seu caixão (...) mão em forma de concha na orelha afiancei (...) desandei a ministrar manhas de guerra (...). “judiei dos parceiros, cheirei o vento (...). Mão em forma de concha na asa da orelha, afiancei que em derredor de légua pisava bicho de porte. E desandei a ministrar manhas de guerra (...). Cada vez mais crescia o medo da campeirada e eu de aguilhão nas partes fracas de um e de outro (...). Dei fim ao deboche asseverando que tudo não passava de pantomima. O que eles iam matar bem morto estava na panela de Francisquinha:

– É um cabrito especial.

Foi o mesmo que alforriar negro cativo. A alegria entrou de vela solta (...). Sem faltar ao devido respeito, a campeirada desencabulou as falas.

Ponciano disse que teve de encorajá-los, mas a motivação baseia-se em destratá-los, chamar de covarde e fazer encenações, como se soubesse o que ia acontecer, simulando gestos que mostrassem perícia. Os camponeses o serviam em troca da alimentação. Segundo Vitor N. Leal (1978, p. 43): “os agregados eram a massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o coronel é rico”. Ponciano os trata numa

condição análoga a dos escravos. Apoiado nas necessidades e na desinformação dos camponeses tornava-se fácil manipulá-los com suas artimanhas:

Montei nova brincadeira uma vez que *sei governar com Mão de ferro e punho doce* (...). Para debelar essas inventorias, casei a palavra deles asseverando que era tempo de arrear carreira:

– Nada de parolagem (...). Deliberei por desempenagem da mira, passar na mira um intrometido bem-te-vi que desfazia da comitiva (...). Nem pena do pobre ninguém viu. (CARVALHO, 1982, grifo meu, p. 46)

O Coronel os mantém submissos de tal forma que, se eles falam, é por que lhes permitiu, querendo controlá-los o tempo inteiro. Ainda fez uma exibição desnecessária para impressioná-los. Embora ele exalte a própria pontaria, o resultado do tiro contradisse a sua afirmação. Ao se referir à onça, se estava longe, ele a minimizava chamando de “gato”, mas quando esteve próxima, era um animal terrível: “aquele pedaço de onça (...) exorbitância dos matos” (...) “Quando dei balancete na situação, vi que estava desprevenido de gente” (idem, p. 46, 49). Então Ponciano alegou que não era “desajuizado” para enfrentá-la “de campo aberto”. Enquanto os outros procuravam abrigo, ele fugiu e esperou o grupo em casa, com fúria:

piquei a navegação, um cavalinho de lombo educado e boca macia. O bichinho, atingido na curva da virilha (...). *Ceguei* ao sobradinho mais água podre que gente, *numa dianteira de hora sobre os assustados de onça* (...). A sua primeira atitude por não aterm enfrentado foi “sustar o cabrito” soa gritos:

– Sem-vergonha *não come na minha mesa*.

Em língua de urtiga recebi os medrosos (...) vieram de rabo encolhido, vela murcha, sem vento e sem fala. Larguei de lado os veludos dos frades, as boas educações de foro (...) recriminei o covardismo deles até gerações passadas (...) cada torcida de barba vinha acapangada de um vitupério.

– Gente desbriada! Se não sou homem de patente, com preparo de guerra, a onça fazia uma desgraça.

Na proteção de Dona Francisquinha um bando de negras veio especular o motivo da destemperança. Aproveitei a velha para garantir, *a poder de socos na mesa*. (id., grifos meus, p. 47).

A primeira medida do Coronel foi deixá-los sem comida e os humilhar, embora tendo fugido muito antes. Os camponeses aceitaram a repreensão “de rabo encolhido” e “sem fala”, como se realmente a merecessem, mostrando que o autoritarismo estava legitimado socialmente e que, segundo Ponciano, eles deviam arriscar a própria vida, colocando-se ele e a onça, apenas em troca do alimento. A violência verbal, tratada como de pleno direito do Coronel, reforça a premissa de que era péssimo deixá-lo irritado. Ele resguardou-se reação atrás de Francisquinha, enquanto eles “afundaram nos ermos”, ele gritou proferindo ofensas mais graves:

– cachorrada!

Medindo a sala em passo de coronel (...) filhos de uma égua (...). Deixar um cristão como eu, portador de patente, pejado de responsabilidade, sozinho no dente da pintada! Era de perder o gosto, do sujeito torrar tudo no martelo (...)

estabelecer casa em Niterói, no meio de gente instruída (CARVALHO, 1982, p. 47-48).

O Coronel estabeleceu a sua diferença social entre si e os homens do campo, alegando que poderia viver em um círculo social mais privilegiado. Ainda se considerava um benfeitor, pois dependiam dele. À noite, Ponciano ficou com as mulheres, mas se considerava sozinho: “eu e mais ninguém, que o restante povo da casa não contava, por ser rabo de saia, peso morto” (idem, p. 49). Entre sonhos, ele declarou que ouviu “aquele ronco dos demônios” e a sua reação mais imediata foi “pular em socorro das trancas e tramelas” (id., p. 48). Mesmo protegido dentro do Sobradinho e portando “arma de boca larga e bala arrasadeira” (id., p. 49), a onça fez matança no galinheiro e “veio estabelecer sua pessoa na varanda”. Enquanto ela circulava livremente pela fazenda, ele a espiava pela vidraça. A sua estratégia militar de enfrentamento que ostentou, novamente foi fugir, depois de revisar as aberturas novamente:

Certo dessa segurança, fui pedir asilo ao sótão das armas, compartimento reforçado, sortido de bacamarte e pólvora (...) procedi dentro da prudência e o resto da noite na vigília das armas (...). E no abrir do café, soltei a língua viperina no lombo de todo mundo (...). Que marca de gente que comia do meu feijão e bebia da minha água? (...) Enfrentava eu dez braças de onça e ninguém para dizer coronel-estou-aqui.

Dito isto, fui medir, no barro mole, o tamanho das patas do gato. E tanto barulho tirei que um Salomão, Salim Nagibe (...) em trânsito pelo Sobradinho (...) levou bem depressa em sua caixa de miudeza a notícia da desavença entre a pintada e o coronel. Não tinha ele precisão de levar esse correio – nos currais nenhum segredo aguenta ficar (...) quando não sopra o vento a novidade viaja na asa dos caburés e gaturamos (...) ninguém é senhor de comer cabrito ou bordejar casa de mulata sem que no outro dia (...) o mais desimportante moleque sabedor (...) se o cabrito era bom berro ou mulata boa peneira”.

Fiz ver como marombei a onça sempre dentro da melhor prudência e arte militar. Isso de dizer que corri atrás do gato era despautério (id., p. 50).

O Coronel recebeu os agregados com outro ataque de fúria ao amanhecer, ostentando “preparo de coragem”, com novas agressões, enquanto fazia cobranças sobre o alimento e até a água que consumiam. Ponciano reclamou que estiveram ausentes, mas quem os expulsara fora ele mesmo no dia anterior. Ele chamou a onça de “gato”, mas logo fez espanto das pegadas e iniciou novos boatos numa progressão crescente. No início, Ponciano parecia incomodado com tais fofocas, mas logo passou a apreciar os desdobramentos que as versões dos fatos iam tomando. À medida que o caso foi sendo recontado, cada vez ganhava maior dimensão: “Já o caso da pintada, na parte do sábado, tinha tomado vulto. O salomão Nagibe (...) armou comício na porta do dr. Caetano de melo. Avantajou tanto a minha valentia que mais de um teve pena da *fera*,

dada como desfalecida e quase morta” (CARVALHO, 1982, grifos meus, p. 51). Entre as expressões “asilado ao sótão das armas” e “Fiz ver como marombei a onça” há uma série de pressuposições que, em tom humorístico, satirizam o quanto as pessoas eram passíveis de aceitar a versão dos coronéis, sendo incapazes de negar suas mentiras. Embora reafirmasse a própria coragem, cobrava a presença de Zuza Barbirato “se tardasse, ficava eu desobrigado (...) e dava de tiro próprio fim ao gato” (idem, p. 51). A “deliberação final” que o ele declara ter expedido é a decisão de que o caçador iria no sábado, então chamou a todos e disse que deu as normas da caçada, que chama de guerra, usando termos como “segredo militar”. A petulância do Coronel crescia, segundo ele mesmo narra como armou uma teatralização para impressioná-los:

relembrei a corrida que a onça dera em todos (...) que eles vissem o perigo que passaram (...) se não fosse eu homem calejado, entendido em traição de onça, nunca que podia garantir a segurança da comitiva. Para melhor entendimento das partes, representei na mesa (...) o covil da pintada. O taquaral era o açucareiro e os pedacinhos de tapioca faziam a vez dos boiadeiros (...)

Com as pontas dos dedos arrumei nos seus devidos lugares os pedacinhos de tapioca. O bule era eu, o paliteiro a onça. Assim, armado o encenamento, intimei Antão Pereira (...)

– Diga sem rodeio, fale de peito aberto.

Antão afundou a cabeça e custou a preparar a resposta (...). E quando desembuchou, foi para pedir que eu revelasse suas ignorância em sabedoria de guerra e artimanhas de onça (...)

Outra vez, dedo na massa, provei aos campeiros que era uma sorte (...) pintada não esfarinhar um por um. Bastava eu cruzar os braços, deixar que ela trabalhasse de pata livre (...). E do alto de minha autoridade militar levantei o paliteiro que representava a onça e deixei a peça cair em cima dos pedacinhos de mandioca ... (id., p. 52).

Embora o Coronel tenha sido o primeiro a fugir, ninguém questionou a peça armada por ele, com tal estado de submissão e humildade: “De crista murcha”, eles acatavam a versão falaciosa, demonstrando que a linguagem autoritária do Coronel correspondia às convenções do meio. Ponciano considerando isso como “Ministrada a lição”. Em seguida, surgiu um comentário, sobre Dioguinho do Poço “entre o deboche dos boiadeiros (...) pulou de gato em demanda do telhado (...). É no que dá não ter preparo de guerra” (id., p. 53). Sem considerar que ele próprio havia passado a noite no sótão escondido, acompanhou o deboche e até colocou um apelido de “Dioguinho do Telhado”. Mas há como supor que a zombaria possa ter se dirigido ao próprio Coronel, só que velada, pois os agregados receavam dirigirem-se diretamente a ele.

O Coronel revelou estratégias de mobilização dos camponeses para a caçada, quando se confirmou a vinda de Zuza Barbirato. Com este objetivo, declarou que “até” convidou Antão Pereira para um “joguinho de vintém, honra que não dava a qualquer

um agregado meu” (CARVALHO, 1982, p. 53). Como aqueles homens dependiam da sua alimentação, ele não hesitava pressioná-los: “De madrugada, já em andamento para a guerra é que ia convocar as tropas do Sobradinho. De supetão, coronel na janela, ninguém podia dar parte de doente, inventar trabalho ou morte de parente” (idem. p. 53). Qualquer justificativa que fosse apresentada era considerada pretexto pelo Coronel. Na hora da caçada, ele ordenou a Quintanilha que trouxesse o caçador a sua presença:

– Deixe de lado a procura e traga à minha presença, como é de obrigação, esse tal de Zuza Barbirato.

Quintanilha sem resposta, ficou para no meio da sala. De novo ordenei que fosse buscar o capitão das onças:

– mande subir o homem.

– O feitor de Mata-cavalo remanchou, quis relaxar a ordem, no que não consenti (...) vosmecê está de orelha avariada ou quer brincar comigo?

Desculpasse eu que o capitão era sujeito cismático, recoberto de orgulhos.

Torci a barba, já arreliado, de gênio ferido. Repeli a soberba do capitão (...) que eu com dois berros botava Barbirato fora de sela, em posição de ordenança, como manda a lei militar:

– Diga a ela que tenho poder para tanto. É só querer.

O pobre Juquinha correu a amaciar o meu rolo de surucucus (...)

– Bons dias, como vai, capitão?

O bicho (...) resmungou, sem um-muito-obrigado-coronel que passava como Deus queria, pouco apreciei esse responder (...).

Ele berrou de lá, eu berrei de cá, pois é de todo o pasto sabido que não dou direito de ninguém falar mais alto do que eu. Na frente de tanta goela, que parecia um ajuntamento de feira, pulou o varejo da madrugada (...) tudo corre na minha frente. Digo e provo que até o mar treme na presença de Barbirato” (id., p. 57).

O Coronel esperava receber do recém-chegado a mesma postura submissa dos camponeses que lhe rodeavam, pelo simples fato de que estava pisando em sua propriedade, mas isto não ocorreu. Então o agregado serviu como porta-voz de grosserias, através de recados nesse encontro entre duas personalidades autoritárias. A discussão gratuita entre eles se torna irônica, pois ambos querem impor suas vontades, apenas para reafirmar e exibir autoridade, com gritos desnecessários. Ponciano achou estranho o caçador o receber sem nenhuma reverência. Na junção das palavras por hífen, muito utilizada pelo narrador, geralmente atribui à frases prontas, que normalmente ele estava acostumado a receber como tratamento. O Coronel se irritou por que Zuza acusou Tutu de medroso: “Não gostei (...) não podia aquilatar a valentia de ninguém” (id., p. 57). Porém, ele próprio acusava os outros constantemente de covardes, demonstrando que considerava que apenas ele tivesse esse direito em suas terras. Barbirato possui atitudes prepotentes e o conflito ocorre pela semelhança de métodos de Barbirato com os do Coronel. Logo em seguida, a postura humilde dos agregados demonstra um tremendo contraste com a soberba daqueles dois homens:

A chegada dos boiadeiros era uma tristeza (...). A bem dizer, meu povo mal aguentava o peso das ferragens (...).

Do alto da sela, soberbão, Barbirato nem deu confiança de saudar os chegados. O que mais fez foi sacar um facão-de-arrasto e decepar, em raiva, uma plantaçozinha de melão-de-são-caetano (...) jurou o capitão que levava mais fé naquela peça que nem gente dos pastos ou mesmo tropa de linha

Enrolei a barba em modo de acalmar meu gênio militar. Já em ponto de cair em ofensas e agravos. Quintanilha desviou a atenção para negócios de boi e venda de rês, mas Barbirato reagiu dizendo que não ia denegrir patente em palestra subalterna (...) essa toada de boi não calha bem no ouvido de um capitão

no adentrar do mato a arrogância do malcriado ganhou barriga. Era vantagem, sobre vantagem, que fazia e acontecia, teteré-teté, trabalhava por trabalhar, tereré-teté (...) pois pai rico quem tinha era ele (...) de dinheiro não careço (...) apresentei em voz engordada o caso de assombração que debelei em outras outroras (...) teve o desplante de garantir que havia no mundo entre dez e vinte qualidades de mal-assombrados (CARVALHO, 1982, p. 58).

Nesses trechos, fica bem clara a submissão daqueles homens, que até os alimentos haviam sido suspensos. Deles não há nenhuma reação, o Coronel parece querer defendê-los, mas para mostrar que era o único com direito a rebaixá-los. O desdém sobre os assuntos relacionados à pecuária é contraditório para quem vive no campo. Quando partem, Zuza Barbirato passa a agir da mesma forma como Ponciano agira com os agregados anteriormente. Com alegações de que não precisava trabalhar, a superioridade econômica é ostentada. Quando o Coronel falou sobre assombração, embora Zuza tenha concordado com ele, confirmando a existência de tais fenômenos sobrenaturais, o Coronel se declarou irritado: “findava naquele lonjal a minha competência”, para dar “o troco dos seus deboches”. Zuza passou a fazer encenações para mostrar habilidades:

cheirou o vento (...) três vezes fungou e três vezes mirrou o céu.

Até gabei o proceder dele: – O capitão tem prudência em assuntar o vento com arrogância, Barbirato dispensou a tropa (...) Não careço de mijão na rabeira (...) Em seguimento *despejou afronta de mãe...*

Tive que dar razão ao matador de gato. E larguei *E larguei um par de azedos contra Janjão Caramujo* (...) enterrado na cachaça (...) parecia desfalecido. Com dois berros à queima-roupa sacudi Janjão da sonolência (...) lugar deles era em casa de costureira (...) não em rixa de onça:

– Cambada de sem-vergonhas! Vou meter saia de donzela em um por um.

(id., grifos meus, p. 59)

Zuza repetiu gestos semelhantes ao Coronel na caçada de capivara, mas este contraditoriamente passou a qualificar essas ações de “macacagem do sujeitão” e “entregue a essa palhaçada” e cinicamente o elogia. Não tendo coragem para rebater as agressões de Zuza, o Coronel quis igualar-se e agrediu Janjão Caramujo, incapaz de reagir. Eles partiam do pressuposto de que uma tropa se dirigia aos berros e que as estratégias de comando militar restringiam-se à humilhação e agressões. O Coronel acusava os homens de medrosos, mas estava furioso por terem se afastado dele:

“sumiram no pasto ralo (...) mandei que fosse (...). Caramujo pegou chão de volta”. O agregado ainda precisava adivinhar o que realmente queria, pois mandou que fosse, enquanto, na verdade, queria que ficasse ao seu lado. Por isso que, conhecendo o medo do Coronel, Janjão retornou, embora com ordem contrária. Logo depois, um ocorreu uma disputa com tiros desnecessários: “Zuza passou chumbo na asa de um peito-ferido (...) não costumo ficar em situação subalterna, meti bala no portal de um João de Barro” (CARVALHO, 1982, p. 59). Com tanto barulho, eles parecem querer afastar a onça, ao invés de procurá-la.

Com o aparecimento da onça, o Coronel se refugiou “num brejal , a cem braços do recinto da onça”. Um garoto que efetuou “aquele tiro sem pai (...) molecote pegador de papa-capim”, Ponciano o expulsou: “Afasta! Afasta! (...) na ponta da botina” (idem, p. 60). Sobre Zuza, Ponciano declarou: “não tive mais notícia até a presente data”. Com a onça já morta: “passei ao ouvido da pintada toda a munição do meu pau-de-fogo”. Dessa forma, o Coronel narrou como “ficou comigo a fama e a escama de ter dado exterminação do gato” (id., p. 61). A pele torna-se um troféu que passou a exibir na sala: “a pele do gatão (...) mais de cem vezes tive de recontar”. Quando chegou um doutor de governo, que quis saber sobre o ocorrido, ele mostrou “desimportância (...). É serviço das rotinas” (id., p. 62). Embora Ponciano tenha declarado: “não sou de vestir glórias alheias”, diz como a sua fama de ter matado a onça se espalhou: “Deixei correr o marfim, que não sou de meter mordada em ninguém” (id., p. 62). O narrador enfatiza o seu caráter modesto e seu “feitio reservoso”, mas os boatos vão cada vez mais tomando maiores proporções, chegando a sua fama à cidade, o que se percebe quando passava pela Rua da Jaca: “– Esse é o tal Ponciano que fez da onça burro de cela” (id., p. 63). Ele passou a sustentar sua experiência em resolver todos os problemas, de ordem natural ou sobrenatural: “Vez por outra um caso desimportante (...) cobra ou mula-sem-cabeça. Nem de pessoalmente tratava miudeza. Mandava um campeiro (...). E assim foi o tempo vindo e indo pela *mesma porta do meu avô*” (id., grifo meu, p. 63). Os camponeses não negavam e até confirmavam as façanhas do Coronel. Ponciano mostra que recorre às práticas dos antepassados como forma de prestígio naquele meio, onde as histórias de caçadas adquirem um valor muito maior do que os fatos ocorridos.

Na casa de Juca Azeredo, o Coronel conheceu o Major Serapião Lorena, sobre o qual declarou que “carregava pesado desgosto” (id., p. 93). O motivo seria um “ururau (...) um jacaré recoberto de pedregulho (...). Solta fogo, sim senhor (...). Em cem braços da costa (...) nenhum vivente tinha franquia de passar” e precisava da ajuda de Juca.

Ponciano pensou que ele seria medroso a ponto de “pedir asilo no estrangeiro”, mas declara-se vendido aos poderes do primo, já que durante a hospedagem, teve “trato de rei (...) na cama mais macia e a comer da comida mais fina” (CARVALHO, 1982, p. 93). Por esta razão o exaltou: “Desencantou um lobisomem, seu compadre! Para não rir na bochecha da visita (...) fui disfarçar na soleira da porta’ (idem, p. 95). Ponciano declarou que por isso “não neguei a brabeza dele” (id., p. 94). Assim, teve um comportamento semelhante ao dos agregados: confirmavam as bravatas em troca de estadia e alimento. Segundo o Coronel, Serapião Lorena se dependurou em sua manga e “afincou que de ponta a ponta de cem léguas só existia um sujeito capacitado (...) Esse um é vosmecê e ninguém mais”. Depois de um pouco de suspense respondeu: “Tomo conta da causa”, o Major teria se tornado um “sujeito renovado (...) escorreu agradecimento para todos os Azeredos e Furtados antigos e de cem anos na frente” (id., p. 95). O Coronel reafirma assim que seu prestígio é intrínseco à sua estirpe familiar.

Como Serapião não lhe deu tempo para desistir, o Coronel viajou para as suas terras. A caçada já iniciou baseada nos comentários: “Foi causa do atraso a minha fama de grandeza, que logo correu dianteira, avisando um, avisando outro” (id., p. 96). Lá surgiu um sujeito que ele descreveu como “um cabrinha sem cor firmada”, para duvidar o tempo inteiro de que Ponciano caçasse o ururau: “Mesmo sendo gente militar”. A primeira reação do Coronel foi o desdém: “Não dei apreço ao atrevimento dele”. Mas o Major reagiu: “Pulou de dedo no nariz dele: – Norato! Tome freio na boca” (id., p. 98) e o acusou de “ser pancada da cabeça”. O Coronel disse que “Não houve ponderação que demovesse o aluado, por mais prometidos e vantagens” (id., p. 98). Durante o jantar, Norato deu nova investida: “veio jogar na orelha de Afonsinho as brutesas do ururau” pondo novamente em dúvida que fosse caçado, “mesmo sendo gente militar”. O Coronel então reagiu com o desafio:

(...) diga logo sem demora de quantas partes consta um ururau? (...) cauda de jacaré, escama de cobra, força de cavalo e olho sugador de gente (...) no seu rompante de soberba, que alguma raça largava fita de fogo do ventre.

Repeli a invenção com invenção maior:

– Pois não quero ser Ponciano de Azeredo Furtado se não avivar meu charuto na brasa de um amarelão.

Mal acabei o resto da promessa, sobreveio um vento encanado e a lingueta do lampião alongou e morreu. No denegrado da sala (...) cresceu aquele ronco de gelar o ânimo mais saído (...). Um atropelado de gente em debandada entupiu o corredor, que para abrir caminho tive de usar da força bruta. Quando de acordo de mim, andava no meio da desordem, em lugar subalterno, atrás de uns balaios, na despensa de Lorena (id., p. 100)

Nessa disputa, pouco importava a verossimilhança. O Coronel, que não admitia deixar sem resposta, disfarçou o susto dizendo ser para “pregar peça em Juca Azeredo”.

Mesmo assim, Ponciano ainda mandou uma “retinta (...) olhar os compartimentos da frente e trazer de tudo imediata notícia”. Uma vez confirmado que não havia nada “a valentia voltou a imperar na mesa do major” (CARVALHO, 1982, p. 100) e destacou a “maestria de sua manobra” e, segundo ele, até Norato gabou seu “tirocínio”. Ponciano continua exaltando a própria coragem, mas teve de explicar a fuga, que seria para “evitar precipitação”, e por ter mandado a “retinta vistoriar a sala”, com outra “artimanhosa ideia (...) nunca existiu um caso de ururau atacar gente de saia” (idem, p. 102). No decorrer da semana, o Coronel enviou bilhete a Quintanilha com ordens de vir com os agregados e armas. Enquanto isso, Ponciano saiu com o Major para caçar capivara. Durante o percurso, ele novamente efetuou tiros desnecessários, não desceu do cavalo e “Tratei de ficar no chão seco, que o bafo do mangue podia trazer contaminação malina” (id., p. 102), mantendo-se longe da água, portanto, da possibilidade de encontrar o jacaré. O discurso do narrador seguiu com uma mistura de lembranças, sonhos e contradições, quando reparou que “uma renda esgarçada subia, na certa a respiração do brejal” (id., 103), seu cavalo partiu numa “corrida sem juízo”. Então, ele se separou do Major e narrou o encontro com uma sereia. Sobre esse assunto, porém, evitava falar devido ao seu “feitio reservoso, deixava morrer de nascença a questão da moça das águas” (id., p. 110). O Coronel oscilou entre disseminar e reprimir os boatos, como se reconhecesse a falsidade do caso: “Desde o caso da sereia que o primo ficou político comigo” (id., p. 147). Ponciano notou a reação dos outros e decidiu abafar o caso, mas “O vento linguarudo (...) longe foi soprar o caso da sereia (...) para não ter que contar e recontar a peripécia, peguei uma mala e fui tirar uma semana no Hotel das Famílias” (id., p. 110). Este foi o primeiro pretexto para ir à cidade ostentar posição de Coronel e permanecer períodos cada vez mais longos: “agosto veio e foi – eu cada vez mais adentrado cafés, nos ajantarados da rua dos frades (...). Apontavam para mim: — Aquele graudão é Ponciano” (id., p. 186). Assim, o caso do ururau do papo amarelo terminou semelhante às outras caçadas, que se resumem às bravatas e às discussões acaloradas sobre o jacaré. Em casa era lagarto, mas quando na beira do rio tornava-se o terrível ururau que soltava fogo pela boca. O réptil nunca foi visto, pois se trata de uma famosa lenda local, de Campos dos Goytacazes.

Nos períodos em que retornou ao campo repetiu bravatas típicas, sobre enfrentamento de surucucus e o lobisomem. Além das caçadas, as brigas de galos foram eventos, em que Coronel agrupava os camponeses. As reuniões, acompanhadas de banquetes, formavam uma idéia de grupo e motivavam trabalhadores a compartilhar as

ostentações dos proprietários, com os quais se identificavam e se dedicavam às suas causas. As rixas de galos pareciam duelos implacáveis entre gladiadores ferozes, que atestavam o preparo militar de quem o possuía: “João Ramalho, sujeito de queixo duro, continuou de riso mole de parecer debochado (...). Espicacei o orgulho do galista. Perdeu a aposta e teve o desgosto de ver seu galo mais de fama (...) cabeça aberta em duas. A papa do miolo espirrou longe” (CARVALHO, 1982, p. 117). Em termos de criação, que o Coronel tenha realizado na fazenda, pelo que ele próprio narra, o único animal que pessoalmente criou foi o Galo Vermelhinho. Por ter crescido sob a influência de seu carisma, este possuiria até patente militar e teria adquirido um conjunto de características incríveis: Força: “Com esse tiro de pé nem boi aguenta” (idem, p. 117); Valor inestimável: “O Coronel não barganha seu galo de guerra por cem reses” (id., p. 118); Manias: “por ter vencido dois ou três desafios (...). Embirrava, queria comer em prato de louça” (id., p. 118); Graduação militar: “desde que saiu do ovo e entrou em serviço militar” (id., p. 131); Orgulho: “chamei o bicho às responsabilidades. Que vergonha era essa de levar esporão, se não sabe honrar a patente” (id., p. 135); Consciência: “perdi dois bezerros e ainda tive, no corpo da semana, de apaziguar a raiva do galo vermelhinho, todo tomado de trombas pelo motivo de ter o coronel seu padrinho embargado a demanda dele com surucucu (...). Passava o bico alto, político comigo” (id., p. 169). Assim, Galo Vermelhinho é descrito como dotado de todas essas características, devido ao treinamento militar.

No dia da grande “briga aprazada com Caetano de Melo”, que ocorreu após longo período de “leva-e-traz”, uma nova “batalha” de boatos, o Coronel mostrou-se ponderado, pois o seu galo a princípio perdia, mas Sinhozinho continuava aumentando as apostas. Ponciano com uma perícia teria conversado com o galo: “dei nova ordem”. O animal teria seguido as suas determinações e fez com que seu agregado trouxesse como consequência “mais de quinhentos mil-réis engavetou Sinhozinho, fora boi de raça” (id., p. 136). Além das rinhas, a vida do Coronel resumia-se a fumar charutos numa cadeira e mandar. Quando lhe contavam um fato, ele inventava outro de maiores proporções.

Tive de repelir certa braçada de inventados (...). Garantiu ter dado cabo de uma cobra de seus duzentos palmos de tamanho e trinta arrobas de peso: (...)

Nas bochechas dele desfiz do serpentão com o caso (...). Morta a bicha, dois dias e duas noites o povo de Santinho Belo não fez outro trabalho que não puxar rolete de cobra do seu fundo covil. (id., p. 127).

A posição econômica do Coronel torna inútil qualquer discordância. A imagem de superioridade criada pelo discurso da tradição, a ponto de mesmo alegando lobisomem, palavra de coronel jamais se questionava, pois já estava pela própria pessoa legitimada. A narração do caso ocorrido nos dias recuados dos barões, em que “A demanda do julgamento, é-lobisomem-não-é-lobisomem, afundou pela noite, que era de sexta-feira” (CARVALHO, 1982, p. 174) traz uma das narrativas alegóricas mais irônicas do livro – A transformação do réu em lobisomem diante do júri – qualificada como “num desrespeito nunca visto em recinto de lei”, pode representar uma crítica às práticas jurídicas no Brasil. Sob o ponto de vista do Coronel, os aspectos legais interferem até mesmo no sobrenatural. Ainda que seja irreal, os autos acabam por estabelecer um parâmetro de verdade na mentira do fato, consumando as leis e a jurisprudência em superstições e boatos.

A humanidade já presenciou processos absurdos, que se pautam na ignorância, como os da Inquisição, na qual submeteram pessoas aos interesses de determinados grupos. A suposta transformação em lobisomem num júri adquire conotação simbólica, principalmente porque “o suspeitado largou o dente na peça dos autos”. Ao invés de reagir ao grande público em pânico, é totalmente inusitado o interesse da criatura pelos documentos, que segue “fuçando os papéis nas gavetas” (idem, p. 174). Essa ironia sugere imperfeições nos sistemas judiciais e, deslocando termos jurídicos do contexto, o Coronel deixava claro que naquele espaço, quem determinava a lei era ele. A exatidão dos termos em si não interessava, mas sim a pessoa que os usava, demonstrando essas lideranças regionais é que determinavam as questões jurídicas. Estas atitudes passam a simbolizar a fraude no sistema judiciário. Nesse julgamento, ele narra também que “Caiu desembargador, caiu mesa”, sendo que o verbo “caiu” pode ser lido, tanto de forma literal, quanto conotativamente: a destituição de um desembargador por atitudes ilícitas.

O Coronel declara ter encontrado um lobisomem quando se dirigia a um batizado em uma mulinha e sentiu “certa moleza, coisa assim aparentada do sono. Não aguentei o cortinado das pestanas...” (id., p. 177). Ele o descreve como um “figurão de cachorro”, diante do qual declarou ter tido muita coragem, mas fugiu para esconder-se: “lobisomem algum arriscava em tamanho carrascal” (id., p. 178), mesmo sendo tudo um sonho, ele declarou que “NOVA REMESSA DE FAMA varreu a pastaria” (id., p. 182). No suposto diálogo com a criatura, destaca-se a ironia crítica da sociedade que concebia os cargos públicos, como via de acesso à estabilidade e assegurar-lhe a condição

humana: “na lua que vem, tiro meu tempo de penitência e já estou de emprego apalavrado com o povo do governo” (CARVALHO, 1982, p. 181). Segundo esse ponto de vista, a criatura é a representação do mal, satirizando o sistema de nomeações com fins políticos em troca de favores.

Mesmo admitindo exageros ou criando histórias imaginárias: “invenção dos matos nunca vista” (idem, p. 127), o Coronel realmente conseguiu chegar à cidade com certo prestígio e produzir simpatia sobre si mesmo como narrador. A história positiva sobre si mesmo, fruto da sua visão exclusiva sobre os fatos, pode representar um questionamento de que tradicionalmente o ponto de vista dos líderes prevalecia sempre. Raquel de Queiroz fez as seguintes declarações, no prefácio desta edição:

o que nos faz amar especialmente o coronel, com todas as suas safadezas, mentiras, pabulagens, é a sua fabulosa vitalidade (...) verdade que às vezes lhe falta a faísca da coragem na hora crítica do ataque de onça, ou do crescer da assombração (...) minutos depois da crise ela (faísca) chega sempre, chispando, generosa, e devolve ao nosso herói, só momentaneamente abatido, toda a flama da sua petulância e da sua irresistível fé em si próprio.

A autora faz considerações sobre as diferenças das suas primeiras impressões sobre o Coronel e outras mais recentes: “Revendo umas notas de 1964 (...) No artiguinho me desmancho em louvores e amores para com o coronel, inteiramente esquecida que o Coronel de Azeredo Furtado não passava de invenção pura”. A própria escritora reconhece numa releitura, dezoito anos depois, que se deixara seduzir pelo discurso do narrador. Neste momento, ela atribui um novo valor à personagem que está relacionado justamente com suas contradições, fraquezas e defeitos comportamentais que ele visa esconder e não consegue modificar. Raquel de Queiroz ainda acrescenta: “Porém, agora, em mais esta releitura suscitada pela nova edição, procuro me escapulir do demônio do coronel”. A escritora está se referindo à habilidade do narrador. O coronel assume a autoria e não tem qualquer pudor em “demonizar” suas histórias, revestindo-as numa aura mítica, sem poupar criatividade em mostrar uma imagem mais favorável sobre si. Dessa forma, Coronel se constrói como um mito entre os camponeses e nesta primeira metade do livro visa autoafirmar sua liderança.

O livro inicia sem noção precisa da idade do narrador. Já falido financeiramente, ele tenta reconstruir seu passado, produzindo essa imagem mítica sobre si: “Já morreu o antigamente em que Ponciano mandava saber nos ermos se havia um caso de lobisomem a sanar ou justiça a ministrar, só de uma regalia não abri mão nesses anos todos de pasto e vento: o de falar alto, sem freio nos dentes, sem medir consideração.” (id., p. 3). O contraste entre passado e presente fica claro em alguns

momentos da narrativa: “O trabalho que Ponciano mais apreciava era o andar na poeira de um bom rabo de saia, serviço que ainda hoje é de minha especial inclinação” (CARVALHO, 1982, p. 7). O percurso glorioso de virtudes, êxitos e coragem que declara acaba revelando uma realidade de rejeições, falência e covardia. Cortes narrativos minimizam, por exemplo, os longos períodos em que ficou solitário na fazenda, focalizando apenas nos eventos que lhe convém, ou que não pode deixar de admitir, em razão das consequências por ele sofridas. Assim, é possível identificar fatos que ele gostaria de esquecer a partir daquilo que revela. Hugo Achugar declara que “Narração do passado, memória, tradição, herança, testemunho funcionam, em certo nível, como sinônimos” (2006, p. 33). Isso pode ser associado à narrativa ficcional de Ponciano para enquadrá-la num tipo de testemunho, que é realizado ao fim do processo vital. Nesse momento, ele reelabora a própria história de acordo com as expectativas de êxito do percurso que fora herdado e ele visa confirmar. Considerando que faz uma síntese do passado, em conflito com as necessidades do presente, no qual visa provar que, além de sua competência, força e sabedoria, fora a vítima inocentemente prejudicada nos Tribunais. Nesse processo, também simula que esquece. Uma análise do testamento legado a Ponciano lembra as palavras de Achugar: “Ao invés de memórias, há esquecimentos” (idem. p. 33), pois no processo em que lembra a própria história, ele quer justificar a falência, para a qual busca atribuir um sentido lógico, amenizar os infortúnios, as fraquezas e a falta de uma mulher que o levaram ao atual estado, já nos momentos derradeiros da vida, em que nada mais pode ser modificado. Dessa forma, é preciso atenção ao presente do protagonista, em que apenas as versões dos acontecimentos podem ser alteradas, e ao que visa esquecer, enquanto narra.

1.2 Desconstrução da autoridade do coronel no meio urbano

A transição do modelo administrativo do meio rural ao urbano é fundamental nos processos de questionamento da identidade autoritária do protagonista. O interior demorou mais a ser afetado por novas tendências, guardando por mais tempo acordos sociais anteriores à regulamentação das leis de trabalho que, embora já tivessem sido institucionalizadas, na prática, se instauraram primeiro na cidade. Simon Schwartzman

utiliza os termos “regiões tradicionais”, referindo-se ao interior, que “Supostamente, essas sociedades tradicionais se encontram em um estágio primitivo de desenvolvimento social e econômico, e a correspondente literatura sociológica trata dos obstáculos culturais, emocionais e sociais aos valores, estilos de vida aos comportamentos modernos” (2007, p. 69). Segundo Schwartzman, esses tipos de regiões obtiveram períodos de progresso no passado, mas sofreram de declínios econômicos e políticos posteriormente. Estas situações são relevantes para entender os processos que determinaram o percurso de Ponciano que, numa época meio imprecisa, representa a mudança do coronel para o meio urbano. Ele estava habituado ao campo, onde era comum que se continuasse aplicando os métodos tradicionais para resolver problemas e a capacidade de liderança que era atestada pelas suas posses, conforme os estudos realizados por Raymundo Faoro, partindo-se da premissa de que é rico porque tem sabedoria. Ideia que se apoiava no senso comum daquelas sociedades tradicionais.

Os privilégios dos coronéis ocorriam apenas numa rede de poder localizado. À postura subserviente é atribuído grande valor, o que Ponciano chama de educação. Além de Juquinha, que lhe solicitou permissão até para casar, outro tipo social que o Coronel admirava era Tutu Militão, que lhe pedia consentimento para tudo: chegar, sentar, levantar e até para dormir: “não pisava em terra do sobradinho sem requerer licença de tráfego (...). Militão subiu Fornido de cerimônia, limpa o pé aqui, limpa o pé ali”, “Requerer licença para recolher” (CARVALHO, 1982, p. 54-55). Como resposta, Ponciano sempre usava expressões imperativas: “fui despachar o pedido dele (...) intimei que subisse (...). Deneguei autorização para que subisse (a caixa de cobras)”. Dessa forma, enfatizava constantemente a sua autoridade, com um discurso aparentemente jurídico que, deslocado de contexto, é assim justificado: “meu modo demandista, de estar a par das leis e regulamentos do Foro” (idem, 1982, p.190). Palmadas nas costas e esse comportamento lhe garantiram a fidelidade de João Fonseca, único sócio honesto que conseguiu na cidade, porque este precisou do seu auxílio numa causa judicial.

O Coronel se manteve na cidade, dependendo dos agregados, por muito tempo. A sua falência começa a partir da dissolução dessa força de trabalho. O Coronel desconsiderou que a realidade já não era a mesma da época do avô. As estruturas sociais do passado não exigiam essa postura flexível e humanitária de quem comandava. Os novos tempos exigiriam uma participação mais ativa do líder junto à propriedade, de menos ordens e mais diálogos, de maior conciliação que comando. Um mínimo de

esforço moral com os agregados era fundamental para que continuassem fiéis. Mas, Ponciano ignora todas estas circunstâncias fundamentais, numa época que as noções de liderança dos coronéis já não eram tão plenas.

Os conceitos de autoridade dependem de cada contexto e se alteram com as mudanças sociais. O êxodo rural levou também os coronéis a residir no meio urbano. Logo, há conflitos gerados pelo encontro de diferentes sujeitos. Baltazar da Cunha, engenheiro, conhecia as leis trabalhistas e mudou-se ao campo para administrar as terras do Coronel. Este precisaria adaptar-se a esse novo sistema, não fossem as suas ideias fixas, muitas vezes irônicas. Segundo Luiz Eduardo Soares (In: PEREIRA et al, 2000, p. 33), o êxodo rural ocorreu a partir do avanço da urbanização do Brasil: “em menos de duas décadas, um país que tinha 70% de sua população no campo, transfere-se em massa para a cidade; de modo caótico”. O Coronel incorporou intransigentemente o que Soares (idem, p. 33) denomina de “modelo cultural hierárquico que ocorreu pela via autoritária e deixou de ser um princípio simbólico de ordenação do mundo, perdendo prioridades fundamentais”. A suposta capacidade desses líderes em solucionar todos os problemas é satirizada: “até um caso de moça donzela, que perdeu os protocolos na lábia de um sujeito casado, tive de despachar” (CARVALHO, 1982, p. 190). Logo, a narrativa representa a perda das funções tradicionais dos coronéis.

Ponciano não encontraria na cidade pessoas que tivessem postura de subordinação e responsabilidade de forma permanente. As relações de trabalho já não eram as mesmas: Segundo Soares (Op.cit, p. 34) “no compadrio camponês com o coronel implica a consagração da dependência, que também implica a atribuição do dever de proteção ao superior hierárquico”. Francisquinha, Juquinha Quintanilha, Saturnino e outros que lhe eram subservientes representam os agregados, conhecidos popularmente por criados. Eles viviam num regime, supostamente familiar, no qual se condicionavam a uma situação em que cada um “conhecia o seu lugar” e prestavam-lhe serviços sem a exigência de salário. Um tipo de dependência herdada que os considerava como se fossem parentes do Coronel na hora de trabalhar, mas não perante a sociedade, nem na hora de dividir os lucros. Esse é um tipo de mão-de-obra que não poderia ser encontrada no meio urbano por haver conceitos diferentes sobre trabalho:

A relação de trabalho perde a dimensão de mutualidade (...). Só se conservam as consequências, como exercícios de poder e a afirmação de autoridade. Com o domínio racional-legal na ordem liberal democrática – a indiferença – a renúncia legitimada à responsabilidade pelo outro. (SOARES, p. 34-35)

No meio urbano, a dependência e o sentimento de dever dos trabalhadores não se consagravam. As relações de trabalho não se caracterizam pelos interesses compartilhados. O orgulho de executar uma tarefa, pela simples necessidade de demonstrar força e capacidade, típicas dos homens do campo, deixava de ser valorizado. Os objetivos se restringem apenas ao lucro imediato, sem que se sintam responsabilizados pelos interesses do patrão. O fato de pertencer a um coronel poderoso também era fator de prestígio. Os agregados identificavam-se com o fazendeiro e tinham orgulho disso, como Nicanor do Espírito Santo e Juquinha; “o compadre botava orgulho particular nas reservas de Mata-cavalo (...). Orgulhoso da confiança, Juquinha mostrava o dente de ouro” (CARVALHO, 1982, p. 205). No meio urbano, ao contrário, o fato de ser subordinado a um proprietário mal-humorado não era motivo de orgulho.

Os sistemas conservadores funcionavam de outra forma na cidade, mas Ponciano tentou empregar alguns dos recursos do campo, que ali não produziam efeitos. Esmeraldina era a única que fingia interesse sobre as conversas de onças e lobisomens, enquanto conseguia que o Coronel concedesse vantagens financeiras ao seu marido. A paixão do narrador por ela a torna a personagem central da vida urbana de Ponciano. Sob a ilusão de que esta lhe amava e era submissa, ele emprestou dinheiro várias vezes a Pernambuco Nogueira, recusando qualquer termo escrito de responsabilização, apenas para desfrutar da companhia dela. Dessa forma, ele entregou a administração da fazenda ao primo dela, Baltazar da Cunha; “despachei o parente dos Nogueira munido de todos os poderes que dava a Juquinha” (idem, p. 219). Ponciano considerava a carta-branca, grande prestígio, mas, na verdade, significava assumir responsabilidade total pelas tarefas e problemas da fazenda, com dedicação exclusiva.

Ponciano estranhou a forma de tratamento de Baltazar, pois não correspondia às suas expectativas: “De grande soberba era forrado o doutor engenheiro, tanto que nem deixou o sofá quando entrei. Sentado estava, sentado ficou” (id., p. 218). As regras tradicionais, de trato com os coronéis, com a costumeira reverência, que normalmente lhe era prestada no meio rural, não faziam o menor sentido para Baltazar. Porém, Esmeraldina estava atenta a estas exigências: “a Dona da casa cheia de panos quentes”, (id., p. 218) e tentou amenizar a situação, pois Ponciano considerou a atitude do engenheiro, em não ter se levantado uma afronta para com ele em relação ao trato que lhe era dispensado pelos camponeses. Juquinha nunca pedia dinheiro, mas Baltazar inicialmente levou “perto de cinco contos, fora adiantados de meio ano que paguei a rogo de Dona Esmeraldina (...) uma quinzena não era passada (...) com pedido de novo

estipêndio” (CARVALHO, 1982, p. 219). A situação começou a se repetir, em datas posteriores, ele alegava necessidade de reparos: “um rol de obras, desde cacimbas e encanamentos d’água, represamentos de corgos, sangria dos banhados” (idem, p. 221). O Coronel a princípio negou o dinheiro, mas o empregado assumiu atitude de ofendido, ameaçando abandonar tudo se ele não aprovasse os projetos.

O narrador utilizou várias vezes a expressão “a rogo de Esmeraldina”, que o levava a ceder às exigências, mas continuou a se queixar do comportamento do engenheiro: “As imposições do primo Baltazar, no rolar dos meses, cresceram em arrogância (...) bem alicerçado de recibos e contas” (id., p. 220). Ponciano passou a ser vítima dos mesmos métodos que antes empregara com os agregados: a postura de ofendido para conseguir vantagens; as ostentações de engenheiro instruído; o tom agressivo para fazer exigências. Quando o Coronel emitiu opinião sobre um orçamento: “É salgado, doutor”, a reação de Baltazar o surpreendeu: “como se tivesse ofendido toda a parentagem dele, como se eu destratasse sua pessoa (...) soberbão, orgulhosão, empurrou a porta de vaivém em risco de desconjurar molas e parafusos” (id., p. 221). A batida violenta com a porta equivale ao tratamento do Coronel com os agregados do campo, onde fazia exigências acompanhadas de berros e socos na mesa.

As atitudes violentas do Coronel contrastam com outros métodos normalmente mais sutis de Baltazar, que também com calma fazia as imposições: “Batendo com os dedos no jacarandá da escrivania (...) dava mês de prazo para o Coronel pegar ou largar a obra” (id., p. 222). Apenas bastava o mau humor de Esmeraldina para que o coronel cedesse mais dinheiro: “adiantei dois meses de estipêndios” (id., p. 256), mas Baltazar não lhe dava explicações sobre as obras, quem faz isso é ela que “lamentou que o primo não tivesse arrematado, como devia e era do trato, as obras de Mata-Cavalo” (id., p. 253). O Coronel nunca compareceu nas suas terras durante a administração de Baltazar e nem cogitava pagar salário. Portanto, achou que poderia empregar as mesmas relações de trabalho que aplicava no campo:

Fontainha, que na nascença do escritório nem queria ouvir falar em paga (“Trabalho por gosto, pela amizade do Coronel”), começou a encarecer. (...) andou uns meses adernado para o lado de Baltazar da cunha, inclinação que cortei com dois berros dos que sei dar (...). Fui obrigado a segurar a raiva de Fontainha pela gola, já todo galo de briga, querendo destratar o primo dos Nogueira (id., p. 226).

Nota-se a mudança brusca de Fontainha após a reclamação de Ponciano, que cinicamente era submisso, demonstrava estar preocupado com sua saúde e aceitava suas agressões: “Comprava as desavenças do coronel, copiava meus rompantes” (id., p. 224).

Mas após a derrota de Nogueira, comemorada com almoço no “Taco de Ouro”, em função da “demanda” dele contra o governo, à convite do Coronel, chegou Baltazar da Cunha e referiu-se a ele como “o capitão-do-mato patrão dele”. Provavelmente o engenheiro já pretendia romper com o compromisso, pois perguntou onde ele estava e respondeu: “No coxo ou debaixo de uma cangalha, seu Fontainha?” (CARVALHO, 1982, p. 257). O Coronel, declarando-se ponderado, conteve-se a princípio como se quisesse justificar as atitudes violentas que tomaria depois a partir dos abusos crescentes de Baltazar.

Ofensa assim nenhum Azeredo Furtado recebeu desde a mais recuada geração (...) eu a custo sustava a remessa de vingança. Foi a valência de Baltazar. Quando a raiva do coronel arreventou as comportas (...) tudo levando na ponta da botina, o atrevido já estava fora de mão. Para não perder a viagem, despejei o meu ódio na cabeça do escriturário (...) Para espanto meu, o ofendido, num arranco, fechou a escrivania e de dedinho no vento repeliu minha obtemperação:

— Veja lá como fala! O doutor não é moleque de curral. É moço formado, que merece respeito (idem, p. 257).

O enfrentamento público ao Coronel, até por parte de Fontainha, enfatiza a diferença entre aquele tipo social e o povo do interior. Ponciano demonstra temor do Baltazar, pois desvia sua raiva para o sujeito mais fraco “na cabeça do escriturário”. Entretanto, mais lhe causa espanto o fato de Fontainha, “recurvado em anos de subserviência”, também o enfrentar em defesa do engenheiro, justificando com a sua formação. Embora permanecesse contido por algum tempo, o Coronel retornou à linguagem e aos hábitos violentos de antes: “soltei meu vozerão de pasto enferrujado no desuso da cidade” e disse que quase os pegou com seu “dedão de vergar chifre de boi”, mas a verdade é que permaneceu na sacada, de onde gritava agressões como: “— Vem cá, filho de uma porca!”. O vexame público não preocupava aqueles homens que mais pareceriam vítimas diante de um sujeito tão violento. “Juntou gente, lá em baixo em derredor de Fontinha, todo afrontado, pronto a armar comício” (id., p. 257). Há contradição no que ele narra, pois segue contando como se a contenda fosse com Fontainha. O Coronel provavelmente esperava que este tomasse alguma atitude em sua defesa, então passou a agredi-lo verbalmente. Ele já tinha este hábito de destratar os agregados, quando na verdade o alvo era Baltazar, que aproveita o pretexto para desfazer o acordo com o Coronel: “Baltazar da cunha tomou as dores do amigo. Rompeu seu compromisso de engenho de minhas obras” (id., p. 258).

A passagem do tempo e a mudança para a cidade trouxeram novos sistemas de trocas de conveniências, que o narrador não percebeu. O coronelismo teve vários

estágios e foi se modificando para sobreviver. A sua fixidez obsessiva de conduta permite que se perceba antecipadamente a sua ruína iminente. No interior, o povo confiava mais no coronel do que nas instituições públicas e as histórias incríveis impressionavam mais do que processos reais a trabalhadores resignados pela inércia do sistema sob o qual nasceram. Sem consciência que seu poder já enfraquecera, os traços de caricatura da personagem possuem implicância na realidade:

O homem da cidade, hostil ao mando do violento ignorante do distrito ou do campo, identificou o coronel na pessoa que paga prodigamente à amante seus vestidos caros e seu luxo, para ostentação própria e o desfrute alheio. Debaixo da imagem e da caricatura, está a realidade social e política (FAORO, 1997, p. 622).

A veneração à figura de fazendeiro mitificada pelo discurso e pelas posses quase desaparece no meio urbano, onde não se desenvolveriam relações duradouras, nas quais os vínculos de gratidão proporcionavam mão-de-obra barata e até gratuita aos proprietários. Na cidade, o Coronel continuou vivendo num sistema de dependência de homens que visavam apenas o lucro imediato, como Nogueira, de Fontainha e Baltazar. Ele não percebeu que não havia como empregar o mesmo tratamento dispensado aos agregados do campo. O declínio do Coronel, no meio urbano, ocorreu por vários fatores, principalmente por causa das relações mais impessoais de trabalho, que lhe pareciam problemáticas. Depois de exigir melhorias no Sobradinho e móveis novos, Baltazar considerava-se no prejuízo. Nogueira fez suspense, demonstrando cautela, para adverti-lo que tomasse cuidado.

virou, mexeu, mediu a sala, limpou a testa (...) Limpando a testa com um lenço aromoso, o doutor fez ver por mais isso e mais aquilo que Baltazar da Cunha, engenheiro de obras, homem de diploma, podia pedir o que bem entendesse pelos trabalhos de Mata-Cavalo, que a lei era por ele. Se levasse o caso na Justiça, não havia escapatória.

Com dois murros na escrivania, desafiei Nogueira a mover questão contra a minha pessoa (...). Nogueira só conhecia Ponciano em roupa de cidade e nunca em deseducação dos matos (CARVALHO, 1982, p. 258)

Com estas atitudes, o processo judicial foi aberto contra o Coronel, que reagiu com as antigas agressões: “chutes nos móveis caros do próprio escritório”. Lá, esteve Selatiel de Castro pedindo ponderação na contenta com a família Nogueira e que considerasse Dona Esmeraldina. Ponciano diz que o dispensou rapidamente “murcho e de missão gorada” e que estava “afiando armas contra o doutor sua camarilha”, quando Esmeraldina chegou de carruagem. Nesse momento, ele simulou uma mudança de atitudes e logo se mostrou suscetível a ela, que nem tocou no assunto da desavença e o

convidou para um almoço (CARVALHO, 1982, p. 260): “Só de gozar aquele riso de covinha no rosto fiquei mudado. Nem parecia o coronelão desmontador de móveis e utensílios. Meus ódios, um a um, meteram o rabo entre as pernas e sumiram (...) ensarilhei as armas (...) acabava a guerra entre o coronel e o doutor”.

Inicialmente, Esmeraldina incentivava os sentimentos do Coronel, que a considerava: “quase submetida” (...) “A mulher de Nogueira era peça domada, caída de sentimento, de quase verter lágrima no meu brim” (idem, p. 206). Ponciano concebe que as relações sentimentais exigem uma mulher submissa e subordinada. Os termos “peça domada” mostram a formação materialista e a idéia de dominação do homem sobre a mulher. Mas ela agia pelos interesses financeiros. Depois que Ponciano estava falido passa a acusá-la de adultério, com Selatiel de Castro, de quem sentia ciúmes, por lhe dar mão ou quando cochichavam, mas o teor de envolvimento entre os dois não é comprovado. Após romper com Nogueira, o Coronel começa a chamá-lo de “corno” em público. Atitude já tomada anteriormente com Cicarino Dantas. O interesse da narrativa não recai sobre as inclinações para a fidelidade ou não, de Esmeraldina, mas sim para as atitudes do Coronel, de ceder dinheiro facilmente às mulheres. Tanto para ela, quanto no *Moulin-Rouge*. Esmeraldina, esposa de político, que residia na cidade, provavelmente tinha hábitos mais extrovertidos com os homens do que o Coronel estava acostumado no campo. O ato de fazer hipóteses faz parte do livro e isso leva constantemente ao questionamento da versão do narrador.

Na ocasião do jantar prometido por Esmeraldina, mesmo alegando ter sido prejudicado pelo casal, o Coronel chegou ostentando grandeza: “APARELHADO DE PRESENTE rico, uma bengala de castão de ouro, parei carruagem na porta dos Nogueira na noite aprazada (...) o portão na segurança do cadeado” (id., p. 260). A casa fechada sugere que ela fizera o convite apenas para acalmar sua fúria. O aluguel de carruagem é uma forma de mostrar prestígio social e econômico, de acordo com Raymundo Faoro (1988), que analisa estes veículos na transição para a República: “Tem função social e feito psicológico” (p. 51); “atesta e certifica a mudança social” (...) “infunde pompa e mistério” (...) “associa-se ao luxo, à nobreza e a grandeza” (p. 52). Outro instrumento de ostentação mencionado por Faoro é “a bengala tinha o castão de ouro lavrado” (idem, p. 233). O Coronel investe na imagem, como se isso pudesse resolver tudo. As carruagens alugadas, os discursos comprados no jornal e os ajantarados que lhe custaram muito dinheiro, mas não criaram nas relações de trabalho e os vínculos capazes de manter a fidelidade dos que lhe rodeavam. Ao contrário, a sua

intransigência afastou João Fonseca, o sócio honesto, por confiar mais nos desonestos, com os quais se uniu. Embora seu objetivo maior fosse ficar perto de Esmeraldina, as hipotecas de Nogueira que ele pagou o afastariam mais daquela família, que não pretendia saldar as dívidas.

O narrador vai apresentando gradativamente, em progressão crescente, as sucessivas ingratidões que teriam cometido com ele, tentando conduzir ao compadecimento consigo mesmo. Com tantos abusos, ele tentou convencer que foi vítima, dos empregados que considerava infiéis. Dessa forma, parece merecida a surra: a “gurugumba bem municiado de porrete” em Baltasar e Fontainha. Considerando-se a veracidade da versão do Coronel e ignorando questões envolvendo direitos trabalhistas, o castigo parece bastante merecido. Mas processos foram movidos contra ele. No entanto, não foi apenas pela ação dos outros que o Ponciano foi à falência. Ele ostenta “A falsa prosperidade – que se instalara ao lado da verdadeira – se alimentava do crédito”, como Raymundo Faoro (1988, p. 255) refere-se às personagens que, como Brás Cubas, desejava viver apenas “das rendas – os capitalistas, com a fortuna de não comprar o pão com o suor do rosto” (idem, p. 185). No entanto, viver livre do trabalho, segundo Faoro, exigia que se seguisse a um rigoroso regime: “Ócio burguês, de olhos atentos na moderação e na cuidadosa regência dos bens, sem gastos perdulários, recatados de esbanjamento, que levam ao desastre à ruína, como mostram muitos casos, entre outros Luís Soares e Rubião” (id., p. 225). Ponciano associa-se a estes últimos, sem flexibilidade para se adaptar às novas situações, nem abdicar de qualquer privilégio. Na postura do Coronel e na forma como sua fazenda vai à falência⁴, nota-se que ele mantém relações com os contextos descritos por Faoro (id., p. 206):

A experiência demonstra que o trânsito entre a classe proprietária e a lucrativa é muito raro: o proprietário, o capitalista tende para o consumo ostentatório ou para a ociosidade, sem que lhe ocorra de aplicar seus recursos (...). Distingue-se o apego à tradição e certos traços de educação, tidos como superiores, como modelos hierárquicos de conduta social e política.

A similaridade dos sistemas sociais descritos por Faoro com o representado por Ponciano é expressiva: a forma como o Coronel preocupa-se em conservar hábitos, ao contrário do que as dificuldades financeiras exigiam, indicam que para ele a ostentação de riqueza fosse um modo de recuperar sua posição econômica. O apego ao *status* social, mantido pela imitação dos hábitos das classes de prestígio, às vezes chega à

⁴ Segundo Faoro (1997, p. 632), o coronelismo “é inseparável da sociedade agrária, matando-a, em morte lenta, a urbanização e a crescente comercialização dos interesses”.

irracionalidade. Ponciano passou a realizar inúmeros gastos desnecessários para fingir que a sua situação financeira não fora abalada e possuía projetos mais audaciosos: “Vou de vento em popa, namorando usina para comprar” (CARVALHO, 1982, p. 285). Com o agravamento da crise financeira, Quintanilha lhe ofereceu ajuda, mas o Coronel logo rebateu: “estou de negócio graúdo engatilhado” (idem, p. 269). A necessidade de frisar que não precisava de ninguém contrasta com a situação de dependência que sempre viveu. Nos discursos, ele declara: “animei os desanimados. Quem tivesse em aperturas podia contar comigo”. Toda a vez que lhe ofereciam ajuda, “Respondi na mesma altura. Se ele, por acaso, precisasse de dinheiro, a gente corria às casas de banco.” (id., p. 271). O Coronel diz que ainda foi muito generoso.

As suas reações contraditórias, com as dívidas que se avolumavam e os vencimentos das hipotecas, revelam total intransigência, a ponto de manter todas as regalias: “Quanto mais a pecúnia minguava, mais eu arrotava grandeza. (...) No redemoinho da desventura, nem uma vez abri mão de qualquer galhardia, nem desmereci da patente. No canto da boca encravei charuto melhor e do mais fino” (id., p. 268). Com disposição para gastos supérfluos, ele não abdica à vida boêmia e às prostitutas estrangeiras, como parte da imagem de sujeito bem-sucedido: “mandei reservar camarote cativo numa folia de *Moulin-Rouge*” (id., p. 250). Ele sempre chama assim o bordel provinciano, do qual é frequentador assíduo, em referência ao famoso cabaré francês, construído em 1889. O Coronel considera a vida boêmia fundamental para a sua imagem pública. Nesse ambiente, ele adquiriu relações determinantes, como Pergentino de Araújo⁵, o major Juju Bezerra, Selatiel de Castro e outros. Nesse cenário, por causa dos desejos e dos instintos, passava por cima dos próprios interesses e dos demais – a individualidade das elites se sobrepondo à maioria. A degradação econômica e moral se mesclam com esse espaço, demonstrando que, nesses processos de transição, ocorre mudança dos donos do poder, mas não da forma de exercê-lo. O modelo do coronelista muda, mas permanecem as práticas autoritárias, os desmandos de novas elites com os vícios consolidados.

O Coronel morava no Hotel das Famílias, mesmo com casa própria, que não usava: “resolvi torrar a casa da Rua da Jaca, que vivia sem serviço, tomada de rato, fechada de janeiro a dezembro” (id., p. 269). Com objetivo de ostentação, sugerida pelo

⁵ Este personagem foi um tabelião determinante para encerrar conflitos em torno da herança do Coronel: “Mantinha (...) relações estreitas, meu amigo dos *Moulin-rouge* e outras ribaltas. (...) A pedido dele, assinei documento de paz em benefício de Cicarino (...) que veio prestar vassalagem” (CARVALHO, 1982, p. 25).

nome do estabelecimento, ele mudou-se para o “Hotel dos Estrangeiros”, onde se manteve até ser expulso. Ele não admitia as dificuldades econômicas e falava em altos investimentos: “— Estou de negócios de casa apalacetada na Rua do Mafra” (CARVALHO, 1982, p. 284). Ele supõe que demonstrar esse tipo de fraqueza abalaria a sua autoridade e age obsessivamente para manter a imagem pública. O apego ao círculo social urbano o levou à loucura para continuar nele. Numa visita, Juquinha lhe confessou: “a gatinha dos currais fazia deboche, ria do meu viver em carruagem, dos meus engomados e botinas de lustro” (idem, p. 248). Nota-se que os agregados do campo mostram maior consciência da sua realidade do que ele próprio. Segundo Fernandes (1999, p. 19), a imagem que o Coronel tem de si mesmo nem sempre é simétrica àquela que os outros têm dele, nem da que ele pensa que consegue projetar. Ponciano se engana a si próprio, incorporando vícios típicos dos coronéis e representa em si as críticas ao sistema de manutenção de autoridade. Como resposta às declarações de Juquinha: “com um maço de dinheirama: — Veja isto, Seu Quintanilha (...) Até rasgo (...) piquei miudinho uma pelega de cem mil-réis (...) É coisa que não ligo. Rasgo cem e rasgo mil” (CARVALHO, 1982, p. 249). A ajuda que vários lhe oferecem demonstra que não consegue convencê-los do seu êxito econômico.

Após retornar ao campo, para não se privar do círculo social urbano, ele ia à noite, do interior à cidade: “Arrumei outro tipo de soberba – do Capão ao Café Lord, um puxado de bem uma hora eu tirava em lombo de cavalo” (id., p. 285). Às vezes comparecia no banco falando em depósito em torno de “oitocentos pacotes” e “compromisso no estrangeiro” (id., p. 285). Segundo Faoro (1988, p. 25), a “Burguesia insegura de sua força e de seus poderes nobilita-se e se afidalga por todos os meios, pela imaginação, falsificação ou imitação”. A “fachada social” é considerada prioridade maior do que a conservação dos bens que lhe restavam. Ele não aceitava o declínio econômico, por isso há o abalo da razão. Ele inventava para manter meras aparências. Quando vendeu os móveis caros e utensílios, num belchior da Rua Formosa, por meia dúzia de vinténs: “Chamei o unha-de-fome à responsabilidade. Não pensasse que eu andava em abertura de pecúnia. Se quisesse era muito homem de comprar, na boca do cofre, toda a sua casa de trapizongas” (CARVALHO, 1982, p. 278). Sem nada mais a perder, o Coronel abandonou os hábitos polidos, que adotara na rotina social dos bares e reuniões políticas: “Desde que escorreguei no comércio de compra e venda, fui outro. Cada dia que passava, mais o coronel do mato vinha a furo” (idem, p. 286). Ele recorre à reafirmação do autoritarismo como única via para recuperar seu prestígio, mas a

narrativa mostra que isso dependia dos bens materiais. Sobre as falsas aparências em personagens de Machado de Assis, Raymundo Faoro declara (1988, p. 244): “O dinheiro, limpo de máscaras, liberto de dissimulações e disfarces, dita, ele só, a posição do indivíduo”. A liderança era fundada na situação econômica, não imagem, conforme Ponciano pensava.

O Coronel sempre se declarou um especialista em assuntos de foro, mas depois de processado por Baltasar e Nogueira, ele se desfaz dos comprovantes de que tinha pagado dívidas de Nogueira: “não quero ter no bolso papel de sujeito que não sabe honrar as amizades. Limpe o rabo com ele” (CARVALHO, 1982, p. 277). Ponciano valoriza mais o insulto do que os aspectos legais. Isso representa o fim do sistema em que “com dois berros” o coronel resolvia tudo. Os seus métodos unilaterais de dominar são primários: gritos, violência física e verbal e dinheiro. Os coronéis são tipos sociais normalmente conhecidos como opressores, mas Ponciano elaborou uma narrativa na qual procura parecer uma vítima e mostrar que sempre agiu com sabedoria, mesmo nas situações desfavoráveis. Ele foi explorado financeiramente por um sistema compartilhado por um grupo com um grau tal de dissimulação, que fez com que ele próprio se entregasse docilmente ao regime que o conduziu ao fracasso. Os atos do Coronel, embora muitas vezes ilícitos, visavam apenas defender uma posição que já era dele. Por isso, ele parece ingênuo e inocente perante as estratégias mais elaboradas de exploração, como as aplicadas por Nogueira e sua família. Este político de nível municipal, que fazia intermediações com outros setores da política estadual, demonstra ser capaz de manipular tanto o Coronel e o seu reduto, quanto os mais altos escalões do governo, para obrigá-los a lhe conceder uma nomeação.

Ponciano torna-se mais humano por sua fraqueza contrastada com a força que tenta demonstrar; a sua covardia em oposição à coragem que ostenta. Quando não dispunha mais do dinheiro, ele que tentou posições humanísticas, generosas e fez até caridade. Quando morreu João Fonseca, ele disse que se responsabilizou por tudo: “Escolhi caixão do melhor, um dos amarelos e fofinhos por dentro.” (idem, p. 281). O Coronel assume oposição à onipotência dos governantes: “governo é governo, tem poder de não acabar mais” (id., p. 291). Ele profere discursos críticos acusando de falência de usinas e contra a cobrança de impostos. O Coronel ainda guardava a ilusão de possuir prestígio e apoio suficientes para enfrentar o Estado e tentou inutilmente mobilizar pessoas para uma nova revolução. Ele tenta tardiamente uma postura mais política, com atitudes paternalistas aos que lhe foram fiéis.

O livro termina assim: “Do lado do mar vinha vindo um canto de boniteza nunca ouvido. Devia ser o canto da madrugada que subia” (CARVALHO, 1982, p. 303). A imagem do amanhecer relaciona a morte a um recomeço ou renascimento. O “canto” nunca ouvido pode sugerir o início de uma nova sociedade mais democrática, sob influência das civilizações além-mar. Ele reconhece novos valores: “Era como se nascesse naquela hora, limpo de mágoas e malquerenças. Nem vinte capetas, do mais denegrado ódio, podiam comigo em tais circunstâncias” (idem, p. 303). Dessa forma, o narrador reveste a própria morte de aspectos positivos, despojando-se do ódio, das mágoas, do espírito revanchista. Ele reconhece tardiamente atitudes que poderiam torná-lo mais forte, não fosse seu caráter egoísta, as relações sociais poderiam ter sido mais produtivas. Como se já houvesse a separação entre a sua personalidade e a do Coronel. Há uma oscilação entre os sentimentos que conotam nobreza de caráter, nas últimas horas, e o gênio intransigente do Coronel que seguirá em guerra contra o demônio.

Ponciano falhou em todos os elementos que sustentavam a sua posição: não constituiu família; não valorizou os agregados no devido tempo; desfez-se das terras. No desejo de parecer um dos mais ilustres representantes dos coronéis, ele acabou se opondo a esse sistema que admirava, através das suas contradições e pelo exagero às vezes irônicos de traços do coronelismo. Na ânsia em corresponder às expectativas da sua classe, não conseguiu exercer plenamente essa identidade social, pois se deixou dominar pelos próprios instintos: a luxúria, a vaidade, a cobiça pelas mulheres casadas, a covardia, a preguiça, etc. O caráter obsessivo pela ostentação se manifesta nos nomes dos estabelecimentos que frequentava; Café Lord, Taco de Ouro. Essa obstinação por executar bem o posto de coronel de acordo com as convenções o aproxima de uma caricatura no início da narrativa, mas à medida que cedeu às diversas contradições e fraquezas, própria do ser humano, ele adquire características mais individuais e até qualidades, como o compromisso de saldar totalmente as dívidas, ainda que à custa de tudo o que possuía. Os seus sentimentos conflituosos o redimem enquanto personagem, pois lhe impediram de que cometesse atrocidades maiores.

A desestruturação do coronelismo ocorreu no confronto com as novas formas de relações sociais. **O coronel e o lobisomem** sugere o êxodo rural, que se acentuaria a partir da publicação, em 1964. Nessa época, os controles políticos e institucionais sobre a sociedade começaram a debilitar-se devido à pluralidade de formas de manifestações populares não previstas pelos mecanismos de dominação estatal, como a revolta do Coronel contra o sistema que sustentava. Ponciano demonstra um caráter ambivalente,

nas suas relações entre o urbano e o rural, seduzido pela cidade, onde se integra de modo equivocado, incorporando apenas os vícios das elites. Dessa forma, não é possível aceitar as suas alegações de que foi vítima, pois usurpou terras vizinhas, agrediu quem reclamou, insultava os mais fracos e não pagava os impostos, nem os empregados. Na ostentação de seu *status* social, ele empregou um engenheiro para o serviço de campo e o dinheiro que lhe fornecia não era pagamento de salário, mas destinado às obras. Por isso, não se questiona a conclusão delas, porém o regime de trabalho que o Ponciano esperava manter numa sociedade urbana e menos submissa. Parafraseando Raquel de Queiroz: há de se resistir a esse fascínio que o Coronel provoca, pois o desejo de salvá-lo seria confirmar pressupostos sociais opressivos, inclusive jurídicos, de complacência com os erros, impunidade e conivência com a corrupção.

Segundo Barbosa Lima Sobrinho, no prefácio da segunda edição: “A faixa do prestígio e da influência do coronel vai minguando, pela presença de outras forças” (LEAL, 1997, p. 18). Os governos militares, também segundo Faoro (1997, 1988), representaram o deslocamento das forças políticas para outros setores da sociedade, ocasionando assim a redução do poder dos coronéis. Ponciano representa-se de maneira meio caricata para satirizar os aspectos negativos do sistema que, em épocas anteriores, já foi considerado indispensável para o equilíbrio da sociedade. Estes, porém, não seriam os sinais do fim do autoritarismo no Brasil, que continuaria impondo repressão às manifestações populares com novos mecanismos. Justamente depois de Ponciano tanto exaltar os valores da sua condição militar, sempre colocada acima de qualquer governo, o país seria submetido a uma ditadura, que destituiu governantes dos cargos. Por isso, o livro demonstra grande percepção da realidade sócio-política que se sucederia em seguida no Brasil: a manutenção das práticas repressivas através de novos instrumentos.

2. As Linguagens do Autoritarismo em *Sargento Getúlio*

Em **Sargento Getúlio**, João Ubaldo Ribeiro construiu um personagem-narrador que acata sem refletir qualquer decisão do líder político e demonstra que não tem o hábito de pensar com a própria consciência, porque vivia segundo normas sociais em que não se admitia questionamentos de ordens de superiores. A estrutura hierárquica impedia que planos fossem discutidos com subordinados. A possibilidade de consenso era substituída pela ideia da superioridade das deliberações individuais. A partir destes aspectos, esta análise visa compreender as convenções sociais compartilhadas dentro do contexto da narrativa, como elas se sustentam e se manifestam na linguagem do narrador identificado com práticas autoritárias. Há formas de tratamento agressivas que impregnavam o seu cotidiano com naturalidade. A partir disso, questionam-se as convicções que Getúlio mantém sobre a necessidade da repreensão, tanto verbal e física, com forma de regular os relacionamentos sociais, admitindo práticas coercivas e violentas nas disputas políticas. As constantes intimidações e sentenças impositivas são empregadas apenas com objetivo de reafirmar a autoridade, sob o pretexto de que se trata de atitudes disciplinadoras.

A leitura leva a observar os fatos implícitos por trás do depoimento do protagonista, para compor planos mais profundos de significado. Através deles, chega-se à compreensão de que o algoz se torna vítima de um processo político do qual não tem consciência plena. Considerando também a fragmentação da narrativa, questiona-se as ideias problemáticas reveladas sobre as relações entre indivíduos, que o narrador expressa em tom de verdade absoluta, em uma linguagem impregnada de provérbios, lendas e preceitos populares, num discurso arbitrário que é reflexo das convicções pessoais e mostra conflitos entre os interesses particulares e os da população do Estado.

O livro faz alusão à ditadura da Era Vargas, mas foi produzido no período mais repressivo da ditadura iniciada em 1964. A análise da narrativa permite problematizar as certezas do narrador sobre as funções institucionais arraigadas nestas épocas, que deixaram de visar a manutenção da segurança, embora ele acredite estar agindo para tal

objetivo. Tendo em vista os métodos utilizados, questiona-se o conceito que se tinha sobre “ordem social”. Esse processo conduz a conceitos regionalizados de nação, que desconsideram interesses coletivos diferentes daqueles do seu grupo político. Os desvios de interpretação sobre justiça revelam pontos de vista regionais particularizadas sobre Direito, nação e ordem, que podem ser analisados a partir da teoria do Estado no direito natural, de acordo com reflexões de Walter Benjamin (2011). As incoerências nas concepções de Estado serão analisadas em vários setores: elementos do Estado, da polícia e da política, também considerando estudo de José Hidelbrando Dacanal ⁶. Busca-se uma leitura crítica que considere a conservação de hábitos desde a “reconstituição do Estado”, durante o período de transição dos sistemas feudais para a República e os períodos subsequentes.

A análise de como as concepções transitam entre os espaços rurais e urbanos permite questionamentos sobre focos de resistência de sistemas autoritários de diferentes níveis em cada um destes espaços sociais. O que conduz esta análise a refletir criticamente desmascarando os pressupostos enraizados nas normas admitidas socialmente, demonstradas pela voz do narrador. Nessa perspectiva, serão relevantes reflexões de Hannah Arendt, considerando **Sargento Getúlio** como o tipo de literatura que “se opõem a essas conhecidíssimas características da historiografia atual que tendem a gerar livros fáceis e de leitura agradável, que não perturbam a paz de espírito do leitor” (2008, p. 234). O ponto de vista do narrador apresenta fatos perturbadores que, obrigam a rever conceitos, levam a questionamento em oposição ao sistema político, desarticulando concepções e bases, sob as quais o autoritarismo estava assentado.

2.1 O narrador e o enredo

O narrador-personagem discorre numa linguagem semelhante à oral, intercalando discurso direto, indireto e pensamentos. A narrativa inicia com um carro dirigido pelo motorista Amaro, enquanto no banco de trás viajavam Sargento Getúlio e um preso sendo conduzido de Paulo Afonso a Aracaju. Mas durante a viagem, um

⁶ No prefácio desta edição (RIBEIRO, 1980), há o capítulo “*O sargento sem mundo*” transcrito de **Nova Narrativa Épica no Brasil** (1973), no qual o autor faz análise de **Sargento Getúlio** (p. 13-26).

mensageiro avisa que o Acrísio Nunes mandara soltar o preso, deixando-o numa fazenda. No entanto, o policial não reconhece o recado como legítimo, já que só obedeceria a ordens do próprio chefe pessoalmente. Na fazenda de Nestor, o Sargento recusou-se a entregar o preso a um grupo de policiais que vieram buscá-lo. Isto resulta em um tiroteio, durante o qual Getúlio degolou um tenente. Sem a proteção esperada por parte do grupo político que apoiava, ele começou a tomar decisões por conta própria. A insistência de levar o prisioneiro até Aracaju e entregá-lo a Acrísio Nunes, para não deixar a “missão” incompleta resulta em outros conflitos violentos que se sucedem progressivamente até que, finalmente, ele seja fuzilado por policiais.

A partir da síntese acima, nota-se que o enredo explícito parece simples. Mas é possível fazer deduções através do discurso, observando as vozes que se opõem ao ponto de vista do narrador que, embora não demonstre necessidade de dissimular, já que não reconhece a ilegalidade nas suas ações. Além disso, não percebe a trama na qual está envolvido. Isso aponta para fatos a serem subentendidos que se tornam tão relevantes quando as ações explícitas, como os prováveis acordos que o conduziram à morte. O seu discurso revela estruturas sociais que favoreciam aos interesses particulares de membros de grupos políticos, que se sustentavam também com o apoio de integrantes da polícia. Logo, o enredo não se restringe a um caráter de mero testemunho unívoco.

O narrador, o elemento fundamental da obra, é uma “personagem-escritura”, termo usado por Fernando Segolin (2006, p. 126) para denominar um protagonista construído pelo próprio discurso. A partir da análise sob a perspectiva dialética-lógica de Bakhtin é possível refletir a identidade assumida pelo personagem e o conjunto de relações sociais que estabelece. As diferentes “vozes”, nem sempre demarcadas, muitas vezes revelam contrapontos às opiniões do narrador. Em inúmeras passagens, sua posição surge bem destacada diante dos demais: “Quer dizer, eu não vi, o chefe me disse, mas todo o mundo soube disso” (RIBEIRO, 1980, p. 76); isso fica muito evidente em inúmeras falas: “Dizem, nunca vi” (idem, p. 57); na preocupação com os comentários alheios: “o povo me olhando: lá vai o dos galhos” (id., p. 53). A fala das outras personagens muitas vezes surge em discurso direto ou nos seus pensamentos: “E Osnira Velha, aquela vaca velha surda, fica falando, coitado (...) as mãos cortadas da corda, nem se mexe, nem reclama, está com fome (...). Por mim degolava a língua dessa égua velha” (id., p. 57). Getúlio considera normal reprimir qualquer ponto de vista contrário com violência quando estes entram em conflito com os seus. Como o narrador se trata de um sujeito armado e violento, é provável que outros personagens não tenham

manifestado tudo o que realmente pensavam. Mesmo assim, sejam através das contestações mais sutis ou violentas, identificamos ideologias em confronto com a sua.

A sequência de fatos, se relacionada às ações que praticou em favor do chefe político permitem concluir que o Sargento se tornara inconveniente para o próprio Acrísio Nunes. A análise destas reações permite identificar um enredo implícito, considerando que “Aquilo que é inacessível ao olhar de uma pessoa é o que preenche o olhar da outra. Logo, na esfera das relações humanas e da comunicação o excedente da visão é tão importante quanto aquilo que se oferece explicitamente ao olhar”, segundo Irene Machado (1996, p. 27). A narrativa conduz a deduzir que o político o tenha traído, para livrar-se de qualquer responsabilidade como mandante. Sem compreender bem o que está ocorrendo, o narrador começa a questionar a própria identidade. Com a perda do posto de Sargento, ele se torna um foragido e passa a assumir sozinho a culpa e todo o trabalho sangrento, que antes contava com total respaldo político. A percepção destes fatos, que não estão no primeiro plano do discurso narrativo, é fundamental para compreendermos de forma mais completa todo contexto.

Sargento Getúlio, publicado em 1971, possui fragmentação devido a cortes narrativos que ocorrem entre os capítulos. Essas ações representadas a partir de momentos recortados pelo narrador reduzem os eventos ocorridos, nestes intervalos, a versões elaboradas por ele através de lembranças e diálogos com quem encontra pelo caminho. A estrutura narrativa contraria versões unitárias de história, à medida que somos impelidos a duvidar do narrador, a partir das repercussões, que permitem supor que realidade possa ser diferente do que ele pensa sobre ela. A sua estrutura exige o questionamento de visões totalitárias, através das certezas problemáticas do Sargento que considera o líder político como detentor da verdade absoluta. A fragmentação da narrativa se acentua nas últimas páginas, onde há maior volume de fluxo de consciência, principalmente depois que Getúlio fica sozinho. À medida que se aproxima o fim iminente, a imaginação e as lembranças de histórias populares de heroísmo, mitos, de seres reais e inventados são os únicos refúgios psicológicos. Após a morte de Amaro e Luzinete, ele continuou falando sozinho. Diante da morte iminente, a realidade vai se tornando para ele próprio incompreensível e ele preenche o vazio provocado pelo cerco ao qual estava submetido, através da imaginação. José H. Dacanal declarou que há “o aumento do irracionalismo progressivo do discurso, que nas últimas páginas, tem contraponto o caos narrativo”. O Sargento sempre demonstra um clima de “alegre relatividade” diante da morte e das tragédias, lutava entoando cantigas, histórias

populares e fantásticas. O riso manifesta-se devido à impossibilidade de o narrador elaborar reações perante a situação incontornável na qual se envolveu. Depois de encurralado, ele demonstra amizade sincera com Amaro e imagina uma vida de casado com Luzinete. Já em seus últimos momentos, ele ainda admira as belas imagens do rio e sente vontade de chorar. A fala de um narrador diante de um pelotão de fuzilamento pode proporcionar um estado mais agudo de consciência. Esse processo o leva a questionar certos valores.

2.1.1 O deslocamento espacial e social do narrador

O Sargento inicia a narrativa *in media res*, com o carro em movimento em uma viagem que coincide com o espaço autodiegético que é capaz de fornecer pistas para formulação de hipóteses para compor o enredo com implicações maiores do que as que estão naqueles espaços. Dessa forma, o percurso espacial do protagonista passa a ser a metáfora da própria incompletude da história em movimento. A sua trajetória possui cortes temporais bruscos. O tempo predominante na narrativa é o presente permeado de lembranças fragmentadas. Os espaços físicos percorridos pelo narrador representados diretamente são: dentro do automóvel (o hudson), uma parada durante o caminho, a fazenda do Nestor, a igreja, a casa da Luzinete, a delegacia e, finalizando, a beira do rio. Muitos personagens e conflitos são introduzidos através de uma série de *flashbacks*, quando o narrador dialoga e discorre sobre eventos passados. Em cada um desses momentos, ele reconstitui situações anteriores que o levaram até ali. O desenvolvimento do enredo é construído de acordo com a movimentação das personagens em algumas cenas. Esta estrutura também se relaciona ao estilo de vida sem residência fixa que a personagem prefere manter: “moro andando” (RIBEIRO, 1980, p. 45). Isto ele justifica como a única forma de fugir de um espaço físico hostil. De outra forma, o narrador acredita que o ambiente o determinaria a um estado de subordinação social pior do que como Sargento:

de tão queimosa e excomungada da terra, lembra labaredas (p. 31).

De manhã é o melhor, o mato ainda está quieto, sem as bicharias e as caças rebuliçando (...) mas é só, porque com pouco o sol esquentava e com a queimadura

o mato fica todo vivo de bichos e coça e desconforta a vida. Peste, não existe lugar para morar (RIBEIRO, 1980, p. 37).

Em várias situações, o Sargento mostra o seu desconforto em relação ao ambiente físico. A inquietude do Sargento não se restringe aos aspectos desconfortáveis, mas ele a demonstra mesmo na tranquilidade: “e a gente fica de andar para riba e para baixo (...) sacudindo uma tira de couro no ar e chutando umas pedras. Assim não pode assim não quero” (idem, p. 123). A impaciência com o tempo e a vida transborda nas sensações da personagem atormentada: “O tempo é grande aqui e se espicha pela tarde como que não vai acabar, até a conversa parece coisa do inferno, traz impaciência” (id., p. 63). As noções de temporalidade são subjetivadas, com intenso tempo psicológico, que demonstra angústia existencial: “parece um ano; parece um dia, que o ano passa depressa, mas o dia passa devagar” (id., p. 72). Getúlio demonstra pensamentos de urgência e vazio: “o tempo apeava e tinha tempo para tudo porque a vida não andava. Mas também não tinha tempo para nada, por que nada se podia fazer, nessas horas” (id., p. 46). O constante movimento se manifesta como uma necessidade de abafar a sua consciência: “Por isso que estou andando, porque quando estou andando não estou pensando” (id., p. 116). Nesse contexto, a própria violência aparece como uma alternativa razoável ao tédio: “Mas é porque nessas horas que não tem nada para fazer, nestas horas vem uma vontade de arreliar o alguém e quanto mais ele não faz nada, mais dá vontade de arreliar e puxar e dar porrada” (id., p. 97). O narrador apresenta uma postura contrária à teoria de que a violência só pode ser procurada na esfera dos meios, não dos fins, segundo Walter Benjamin (2011), pois a prática era uma finalidade em si: uma opção razoável para preencher o tempo.

A falta de vida no sertão surge nas imagens metafóricas das estatuetas dos “bois de barro” expostas nas feiras, que adquirem a ilusão de movimento sob a luz do sol e no lombo dos burros. Nesse meio inóspito, as condições climáticas determinam a sua inferioridade social devido às condições econômicas nestas figuras que representam a ausência do rebanho bovino vivo: “Os olhinhos que não mexe, os chifre que não fura, as pernas que não anda” remetem às dificuldades de produzir vida naquele meio. Estas figuras são um reflexo da morte que também integra a paisagem: “Lá em casa, duas caveiras de boi, muitas caveiras de boi, as ossadas alvas” (RIBEIRO, 1980, p. 40). A atividade relacionada com a pecuária é impossibilitada pelo meio: “Nunca fui vaqueiro”. Isto contrasta com a atitude vazia de emitir “um aboio” como um reflexo da sua inútil revolta contra aqueles que vêm em sua caça. O Sargento acrescentou: “Mas

ninguém me escuta, não tem boiada, meu aboio é oco” (RIBEIRO, 1980, p. 40). A falta de terra leva o protagonista a se sentir sem lugar no mundo, pois não se adaptaria também à cidade.

Ao ser indicado como sargento, Getúlio passa a fazer parte de uma lógica social estabelecida, que pressupunha uma retribuição pelo cargo recebido em forma de fidelidade e apoio à liderança política. No interior, determinados métodos de domínio se mantiveram por mais tempo. Havia a distância das instituições públicas vinculadas ao setor jurídico e à segurança, entre outros mecanismos, que ainda não estavam totalmente instalados naqueles redutos. Naqueles locais, provavelmente havia pouca ou nenhuma fiscalização, que podiam favorecer a impunidade no sertão, a lei era decidida pelos mais fortes e a violência solucionava problemas. A fama de assassino e a imagem ameaçadora já eram fatores de dominação, já que as pessoas intimidadas não denunciavam por medo. Sem herança material, nem cultural, Getúlio é obrigado a morar na pequena cidade, onde o engajamento na política, como cabo eleitoral, provavelmente lhe rendeu uma nomeação como policial, mesmo com os antecedentes criminosos que possuía. Uma polícia autoritária talvez até julgasse que a predisposição para matar e ser violento eram condições importantes.

O interior, violento, autoritário e empobrecido contrasta com o litoral, que o narrador considera de mais prestígio, por estar próximo de Acrísio Nunes, do qual Getúlio possui aspiração de aproximar-se, através da lealdade em troca de apadrinhamento. Então, ele subordina seus conceitos ao PSD (Partido social democrático), mantendo a crença da unidade partidária em todos os meios e no apoio recíproco e absoluto do líder político. A tensão vai intensificando durante o percurso do interior ao litoral, mas prevendo a falta de unidade política, o Sargento receia alguma oposição, porque o poder é regionalizado: “Tem ambientes em Aracaju, gente a seu favor (...). Mesmo agora que eu perdi a autoridade, sempre fica o prestígio. Em Aracaju tenho as costas quentes” (idem, p. 30). Embora conceba as diferenças sociais entre os dois meios, ele crê que há lideranças do partido que o sustentem também no espaço, que rejeita devido a sua ideia negativa dos hábitos mais democráticos.

O narrador demonstra vaga consciência sobre o uso limitado de atos truculentos na capital, onde não possui tanto respaldo quanto imagina: “se fosse só o sertão entendia mais” (id., p. 47). A hipótese de permanecer no interior já afastaria das ameaças, mas ele insistiu na missão e estava equivocado quanto a seu prestígio político. Ele compreende apenas parcialmente as limitações que encontraria no meio urbano: “Eu

nunca me dei bem com Aracaju” (RIBEIRO, 1980, p. 152), onde seu grupo sofre as pressões dos políticos contrários: “os jornaus estão fazendo um barulho danado” (idem, p. 59). O choque cultural é maior do que ele imagina, pois chega a Aracaju como um fugitivo e destituído do posto. Então ele acha que os problemas são da cidade, onde encontraria barreiras, devido às características do litoral e do povo, que são vistas como negativas: “Povo de beira de mar é isso, come e faz sem-vergonhice, tudo tem um renque de filho que é uma enfieira, porque é tudo na facilidade” (id., p. 149). Em oposição a esse meio, que impõe restrições aos seus métodos, ele cita a coragem, como um dos valores do meio rural: “A política não é bom em Aracaju, Política de macho é aqui” (id., p. 33). Dessa forma, está reivindicando o direito à política da violência. Logo, o meio urbano, por ser mais democratizado, o incomoda.

Kátia Matia e Wilson Moura (2010, p. 199-207), em “*A constituição trágico-metafórica do sertão na obra Sargento Getúlio*”, fazem uma abordagem dos aspectos simbólicos do percurso da personagem e os contrastes entre estes dois meios: “O Sertão existe em oposição ao avanço do Litoral” (p. 01). O Sargento traz um ponto de vista autoritário do interior que tenta resistir ao avanço das forças urbanas num sentido social: “sendo rio Sergipe, devia de empurrar essa maré toda para dentro até ela gritar chega. Mas não, vai salgando (...) e até faz umas ôndias de mar e fica azul” (RIBEIRO, 1980, p. 147). As ondas do rio, empurrando a maré, adquirem sentido metafórico neste contexto, pois o Sargento projeta nele seu desejo de inverter o processo, introduzindo hábitos sociais do campo na metrópole. Na viagem de Paulo Afonso ao litoral, as ondas do mar avançam para dentro do rio. No plano semântico, estas figuras podem representar a ideia de avanço de hábitos que são incorporadas gradualmente a partir do litoral, com o urbanismo crescente e do deslocamento de pessoas da metrópole para o interior e vice-versa. Na cidade, os sistemas sociais avançaram mais rapidamente e os hábitos culturais vão se mesclando, como as águas do mar com as do rio. As instituições consolidaram-se antes no litoral, onde os princípios democráticos são incorporados primeiro; enquanto que, no interior, embora já existissem legalmente, demoram a serem assimilados e praticados pela população local. Getúlio possui uma visão do mundo limitada ao interior do Estado onde reside, supondo a capacidade de resistência desse espaço em relação ao outro.

Kátia Matia e Wilson Moura (2010) classificam a narrativa como uma Tragédia Moderna. Eduardo Lourenço (1999) já havia destacado a presença constante de aspectos da tragédia na literatura do Brasil de um modo geral: “*Da Literatura Brasileira como*

Rasura do Trágico". Getúlio dirige-se ao litoral, onde se sacrifica como numa tentativa de impor neste espaço as suas concepções, obstinado pelos valores que acredita serem nobres, como defender a população das ameaças dos comunistas que ele considerava eficiente até aquele momento. O personagem demonstra repúdio às formas convencionais de vida pacífica na sociedade: "E demais que não quero viver me escondendo pelai ou ir se chofer em São Paulo" (RIBEIRO, 1980, p. 104). As profissões comuns restringiriam seu modo de vida e o condicionam ao isolamento social. Ainda ele manifesta o mito da boa guerra e da morte heroica em ação, como símbolo de glória. Ao mesmo tempo em que integra um grupo, dele se isola em suas ações individuais, como se integrasse uma lógica sobre o que é melhor para a sociedade. O próprio isolamento é seu traço distintivo que reforça a sua integridade de sujeito que não cede em seus princípios. Determinado pelas barreiras sociais das convenções que ele incorpora, incapacitado para vínculos familiares, Getúlio não deixa filhos e passa a representar a falência total da sua missão e das práticas de oprimir dissidências políticas. Dessa forma, o Sargento se isola na intransigência das suas convicções, não tendo nem mesmo a flexibilidade dos correligionários de partido. O seu sacrifício desnecessário leva a questionar certezas arraigadas na sociedade. Segundo Lukács: "O verso trágico é duro e cortante, isola e cria distâncias. Ele reveste os heróis com toda a profundidade de sua solidão oriunda da forma, não permite surgir entre eles outras relações que não as de luta e aniquilação" (2009, p. 55). O próprio sistema autoritário ao qual serve trata Getúlio como peça isolada que só deve ser protegida enquanto for útil.

As certezas do narrador, em seus princípios, conduzem-no a um destino irreversível: "A morte morrida enfeia e dá sentimentos porque é devagar, não é pacífico" (RIBEIRO, 1980, p. 28). O pensamento que morrer de causas naturais "não é pacífico" conduz paradoxalmente à conclusão que morrer em *batalha* é mais *pacífico*. Agindo com este pensamento, que defende a morte em guerra⁷ ou desastre, em detrimento de qualquer modo de vida convencional, o Sargento demonstra que não há mais lugar no mundo para ele: "Uma coisa que não existe é Getúlio velho (...) não posso pensar (...) sem dente e minha mão vai tremer" (idem, p. 123). A própria condição humana a qual passa a questionar o atormenta: "Por isso é que é melhor morrer, porque

⁷ Uma atitude análoga a do Capitão Rodrigo (VERÍSSIMO, 1997, p.260) que defende a manutenção armada como filosofia de vida. Já entediado com a vida de casado, imagina "se fosse dono do mundo", quais as mudanças que faria. Então o padre lhe perguntou ia "acabar com a guerra", ele respondeu que "de todo não acabava, porque guerra é divertimento de homem. Sem uma guerrinha de vez enquanto ficava tudo enjoado"

não tem sonhos (...). Quem aguenta a velhice (...). Quem é que aguenta esse peso, nessa vida que só dá suor e briga?” (RIBEIRO, 1980, p. 103). A redenção do anti-herói trágico é o próprio julgamento de si próprio e do espaço social em que vive: “Matado aquele filho, morreu o resto que podia vir” (idem, p. 53). O Sargento começa a reagir drasticamente em relação ao próprio sistema que o tornou assim e manifesta uma consciência ética aguda sobre si mesmo e os que o cercaram. A sentença máxima é a autopunição, tornando-se também uma ameaça social.

2.1.2 O condicionamento ao sistema autoritário

Durante o percurso, o Sargento opõe-se várias vezes aos homens casados que, segundo a sua percepção levavam uma vida inferior: “Simão Dias (...) infeliz tem mulher e filho, geme como um bacorinho (...) cabo eleitoral dessa laia não merece respeito” (RIBEIRO, 1980, p. 30). O narrador se refere à demonstração de covardia como o defeito que não pode ser relevado em um cabo eleitoral. O fato de ser mais ponderado, que é mais provável por ele ter família, passa a ser visto como negativo. O Sargento acredita que a função requer basicamente a coragem, como se o uso da força seja item indispensável da sua rotina política. O fato de ter mulher e filho é relacionado a atributos negativos sugerindo que Simão Dias pertence a uma classe social subordinada, pois assim estaria condicionado pelas obrigações sociais e familiares.

O narrador demonstra preconceitos com a vida familiar, que poderia restringir as possibilidades do tipo de práticas e causas políticas com as quais se identificava. A sua idéia de ser respeitado relaciona-se ao poder de causar medo e intimidar: “se eu não sou um homem despachado ainda estava lá no sertão sem nome (...) uma ruma de filhos, um tico de comida por semana e um cavalo mofino” (idem, p. 31). Contraditoriamente, uma família lhe impede de ter nome, o que na verdade significa ter fama de matador por encomenda. Mesmo perseguido, o Sargento considera o seu percurso de crimes um progresso maior do que teria se tivesse uma família. A imagem de “homem despachado” que ostenta exige que não tenha vínculos afetivos e familiares, pois poderiam limitar suas ações, em termos dos deslocamentos, já que a rotina, de cabo eleitoral e Sargento requerem que seja combatente e capaz até de execuções, que ele

considera necessárias ao seu ofício. Ele não reconhece o seu fracasso e exhibe autonomia, mas sozinho tem mais liberdade para obedecer às ordens do chefe. O que lhe permite ser um sujeito de iniciativa revela-se num condicionamento às ordens de Acrísio. A insubordinação às obrigações familiares, ao invés de lhe proporcionar liberdade, torna-o subordinado ao sistema autoritário.

A auto-suficiência que almeja o impediria uma relação estável. O narrador parece ter seu destino determinado pelo assassinato da esposa: “Minha mulher sou eu e meu filho sou eu e eu sou eu (...). Não gostava de pensar que ia atravessar a rua com o povo me olhando: lá vai o dos galhos” (RIBEIRO, 1980, p. 53). Esse crime acentuou o seu caráter cruel e o tornou revoltado contra a sociedade que o julgaria. O mesmo sujeito que aspira ser livre e despachado torna-se também escravo das opiniões alheias. O narrador parte do pressuposto de que ser “corno” reside em não responder violentamente, conforme o esperado pela sociedade. As convenções sociais o motivam ao assassinato. Ele demonstra desdém com as esposas: “Depois que engravidam, parecem galinha choca” (idem., p. 53). A galinha “choca” fica brava quando está com pintinhos e enfrenta qualquer ameaça para defendê-los reagindo contra pessoa ou animal maior. A relação da galinha com a esposa grávida sugere que possa ter sido menos submissa nesse período e reagido ao seu arbítrio e isso levou a matá-la.

Na casa de Luzinete, em suas últimas horas, Getúlio reflete a possibilidade de um casamento com ela: “é uma mulher boa e quer que eu faça um filho nela (...). E depois me amarro, fico parado e cheio de raiz, não me serve” (id., p. 112). A morada fixa e a estabilidade são consideradas fatores negativos. Embora o Sargento cogite uma vida conjugal, com lar, mulher e filhos, não poderia ficar preso ao local, mas bastava comparecer uma vez por ano “emprenhar” e sair livre outra vez. O desejo machista de forma hiperbólica torna-se irônico na obstinação pelo estereótipo do homem-livre bem-sucedido que age sem prestar satisfações a ninguém. Enquanto a esposa o esperasse em casa, ele seguiria o seu caminho de heroísmos e bravatas, que nada mais é que um percurso de crimes. Durante o cerco, ele imagina uma linhagem imaginária de filhos que seriam apenas do sexo masculino, para serem instrumentos de dominação: “só ia nascer um bando de macho e eu botava uns nomes de macho e depois a gente tomava essas terras e ficava dono do mundo aqui (...) pai direto ou por tabela” (id., p. 126). Estas fantasias representam críticas à expansão das propriedades e do poder através da descendência familiar.

Os filhos são vistos como objetos para tornarem-se soldados do seu exército. Com eles formaria uma rede de domínio, em cujos nomes e sobrenomes, ele projetou características de acordo com valores que admirava: Garanhão Santos Bezerra; Malvadeza Santos Bezerra, Abusado Santos Bezerra, Tombatudo Santos Bezerra, Comegente Santos Bezerra, Enrabador Santos Bezerra, Rombaquirica Santos Bezerra, Sangrador Santos Bezerra, Vencecavalo Santos Bezerra (RIBEIRO, 1980, p. 126). A sua concepção de governo era restrita ao militarismo. No seu pensamento, a principal função de um governo restringe-se a administrar guerras: “se eu quiser ser governador (...) quem quiser que se acerte com o meu exército, que quase nem cabe no Estado de Sergipe” (idem, p. 141). Segundo a sua ótica, as tarefas administrativas do Estado resumem-se a formação de exércitos. As longas horas de espera são preenchidas através de regimentos idealizados, com guerreiros fantásticos que teriam poderes incríveis, como Vencecavalo (id., p. 127):

E se eu lhe der uma dentada, eu lhe tiro sua cabeça fora (...). Se eu lhe cuspir no olho, eu lhe cego. Se eu bater palma, deixo a tropa toda surda. (...) Vencecavalo agarrou as balas com os dentes e cuspiu elas no chão (...) e aí pegou um burro pelo rabo em cada mão e rodou e rodou e rodou e foi atacando a tropa com os burros e cada um que se levantada tomava uma burrada.

Os poderes fantásticos de seus guerreiros imaginários representam críticas às suas concepções de governo como atividade restrita à expansão territorial. O discurso do narrador condensa ideias de poder relacionado a tendências repressoras e expansionistas, como reflexo de um pensamento que é substrato da forma como as elites concebiam sobre como se constrói uma nação. A partir das ideias do Sargento é possível associá-lo às declarações de Hannah Arendt (2008, p. 235):

a reconstituição do Estado (após o feudalismo), que, porém, não resolve o problema fundamental: a origem da legalidade do poder do Estado. O resultado da identificação oitocentista de nação e Estado é duplo: o Estado como instituição jurídica declarava que devia proteger os direitos dos homens (...) surgindo uma confusão entre os direitos humanos e direitos nacionais.

Getúlio carece de impessoalidade que deveria ter um funcionário do Estado. Ele possui entendimento equivocado de hierarquia até dentro do setor que trabalha, pois se considera mais subordinado a um político do que ao tenente do destacamento. As suas ações são pautadas mais por questões políticas do que pela segurança pública. Ele serve aos interesses de um deputado, não do povo. Com um pensamento assentado em bases imperialistas, a sua ideia de governo está relacionada à necessidade constante de imposição nas comunidades. O discurso do Sargento está impregnado de costumes dominadores admitidos nas relações sociais, que se associam à análise de Célia Pedrosa:

“Há compreensão da nacionalidade como unidade política e territorial (...) o nacionalismo estimula guerras de conquista e justifica a militarização das sociedades” (ARENDR, 2008, p. 285). A autora questiona o conceito, pois ao identificar nação com Estado, muitas vezes em prol da conquista territorial torna-se a forma de manter e expandir domínio. Segundo Hannah Arendt (p. 236), há uma tendência por parte do Estado em buscar a conquista de mais territórios e se tornar agressivo. A identificação do Sargento com expansionismo e domínio é reflexo de sistemas sociais que concebiam tais funções como indispensáveis na rotina da administração pública do Estado.

A preparação para combates era vista, contraditoriamente, como forma de garantir a paz. Sendo autoritário, militarizado e dissociado dos interesses do povo, o Estado, segundo Hannah Arendt se tornou “supremo perante o qual todos os outros indivíduos deviam se curvar” (idem, p. 237). A leitura que se faz é a de que Getúlio incorpora pontos de vista que defendem Estados totalitários. As visões imperialistas surgem nas noções hierárquicas do narrador sobre quem estaria abaixo de Deus: “talvez seja o padre, parece de ser um padre importante. Talvez seja todos os padres, depois de Deus. Sei não. Tem Cristiano Machado e o Brigadeiro e Getúlio Vargas. O governador” (RIBEIRO, 1980, p. 99). As posições hierárquicas atribuídas aos políticos são irônicas, pois Cristiano Machado era um mero candidato. Isso leva a questionar a ideia da pressuposta superioridade e discernimento que os líderes conseguem manter no imaginário popular. De acordo com José Luiz Segatto (1999), concepções como estas se encontravam enraizadas no pensamento da população, ao longo do século: “o povo ou a sociedade tratados como uma criança ignorante e incapaz, impertinente e abusada, precisando, ao mesmo tempo, ser tutelada e castigada pelo Estado” (p. 204). O povo, além de “acuando diante de qualquer “soldadinho”, quando investido de autoridade, usa e abusa do poder”, também estava condicionado a nunca duvidar das deliberações dos governantes, fossem legais ou ilegais, pois “incorporou em seu imaginário um sentimento de impotência ante os desatinos dos donos do poder” (idem, p. 205). As pessoas acreditavam que estes supostamente saberiam identificar o que era necessário em benefício do povo e do fortalecimento da nação.

2.2 Obedecer é não pensar

Em várias situações, o narrador relaciona a prática da violência com abdicar o pensamento próprio, como quando se refere ao assassinato da esposa grávida: “Quando matei, nem pensei mais em matar. Matei sem raiva” (RIBEIRO, 1980, p. 52). Portanto, conclui-se que Getúlio a matou por obrigação social, já que ele não podia desistir para restaurar sua imagem: “vinha com dor (...). Eu tinha que fazer” (...). Quis falar de novo. Eu podia dizer, mas tive medo de conversar. Se quer fazer uma coisa, não converse. Se não quer, converse” (idem, p. 53). Nesse momento, o narrador estabelece contrastes entre comunicação e o impulso de matar. O diálogo representaria a possibilidade de não cumprir mecanicamente a sentença exigida pela sociedade. As demonstrações do Sargento são de que embora esteja acostumado a matar: “No natural, não falo com quem atiro”. Este se trata de um caso mais grave, que tenta minimizar através da linguagem: “Já se viu, por exemplo, matar um porco e dizer a ele que ele vai morrer por isso e por aquilo outro” (id., p. 53). Segundo a sua ótica, as ações bárbaras são opostas à reflexão. Ao associar o assassinato da esposa a uma situação equivalente a matar um porco, inicialmente tratado de forma realista, transforma-se numa visão sarcástica da morte, que visa legitimar a naturalidade da violência.

A narração do assassinato da esposa encerra-se com a expressão: “na hora que enfiei o ferro, fechei os olhos” (id., p. 53). Isto marca o afastamento da realidade, como se ao fechar os olhos ele abdicasse à própria capacidade de compreendê-la, guiado pelas opiniões alheias, ele fica entregue aos instintos violentos determinados pelos consensos sociais que legitimavam a violência como regra social necessária. O trauma familiar o afasta da reflexão e o acomoda às decisões do grupo político.

Após abdicar a reflexão e a tomada de iniciativa, conforme demonstrado, Sargento Getúlio passou a acreditar apenas na superioridade de discernimento do chefe, em detrimento de seu próprio pensamento: “Bem que eu queria ver o chefe agora, porque sozinho me canso, tenho que pensar, não entendo as coisas direito” (id., p. 99). Isso representa que ele incorporou os pressupostos da estrutura dominante, submetendo cegamente à ideia de que aqueles que já estão no poder são os únicos com discernimento suficiente para julgar o que é certo ou errado e por isso lá chegaram. Ele se abstém de decisões e de refletir, como se isso resguardasse a sua identidade “ética” mesmo perseguindo, torturando e matando adversários políticos: “chegasse lá sentava,

historiava e esperava uma decisão” (RIBEIRO, 1980, p. 23). Com este artifício, o narrador reivindica para si certa inocência devido ao caráter de submissão como se obedecer a ordens apenas o isentasse de culpas. Segundo Alfredo Bossi (2010), também o inconsciente coletivo é a forma consagrada de deixar os outros assumirem responsabilidades sobre o que é certo, assim o sujeito é amparado por trás das ideologias dominantes do partido. Embora isto não o inocente, ganha ênfase o jogo político ainda mais imoral: o mandante fica impune e ainda mantém os privilégios; o sistema de corrupção praticado por aqueles que têm obrigações sociais para com o Estado continua, sem que o indivíduo se sinta culpado, pois atribui as responsabilidades sempre aos outros.

No decorrer da narrativa, aumenta o cerco a Getúlio, porque ele decidiu desobedecer. Os confrontos entre as atitudes por ele assumidas, que contrariavam as determinações trazidas pelos emissários do partido, levam-no a refletir sua condição, agindo diferente do modo como fazia antes. A mudança de planos por parte da cúpula do partido foi comunicada ao Sargento por Elevaldo, o porta-voz avisando que o caso já havia chegado aos meios de comunicação: “O chefe disse na rádio que não prendeu ninguém” (RIBEIRO, 1980, p. 59). Acrísio negou a responsabilidade por ter solicitado a prisão. Portanto, supõe-se que a partir daí ele vá continuar negando e deixar o preso na fazenda demonstra a tentativa de abafar o caso. A popularidade é o único objetivo do político que já teve de dar explicações pelo rádio e tentou isentar-se de culpa. Quaisquer convicções ideológicas mesmo a favor da ordem pública nem são cogitadas, e Getúlio declara orgulhosamente: “— Ele mesmo não prendeu, quem prendeu foi eu” (idem, p. 59). Dessa forma, ele faz justamente o jogo esperado pelos políticos.

Em diversas passagens, o narrador revela admiração por atitudes sustentadas publicamente, como quando levanta a hipótese de ser deputado: “Aí quando eu chegasse na câmara com esse traste dali amarrado pelo pescoço, eu dizia a meus corligionários (...) Vou enforcar este presente para todo mundo ver, e enforcava ele no pé da mesa da sala. E dizia: Esse palmo de língua eu dou à mulher do governador.” (id., p. 124). O Sargento considera suas ações legítimas para a manutenção da ordem, pois acha que o preso poderia ser executado em plena Assembleia. Esse pensamento absurdo do Sargento representa práticas violentas ocorridas sem que responsabilidades fossem assumidas. Walter Benjamin (2011) menciona que há “a violência historicamente reconhecida (...) sancionada e não sancionada” (p. 124). Isso se associa ao fato de que, muitas vezes, a violência é praticada inclusive pelo Estado, como se fosse realmente

necessária ou possível de ser justificada. Portanto, “não sancionada” é aquela que é silenciada, que pessoas não foram responsabilizadas. No caso de **Sargento Getúlio**, a violência torna-se não-sancionada, pois quem assume a culpa não possui relevância política, enquanto que aqueles que se mantêm no poder tratam de omiti-la. Esse tipo de violência não poderia jamais ser sancionada, pois não condiz com o estado de direito, nem se sustenta nas leis, mas nas práticas cotidianas de um universo autoritário. Acrísio lutava para que os atos brutais não fossem relacionados a ele, visto que são aplicados no preso por motivos políticos. Motivo ao qual não pode ser atribuído qualquer sansão ou justificativa. Embora eles situem-se num ambiente no qual muitas vezes até mesmo as atrocidades eram justificadas, sob pressupostos de se manter a segurança. A ideia de enforcar o prisioneiro político na câmara dos deputados torna-se uma grande ironia sobre a violência ilegal praticada pelo Estado, mas que é omitida.

O narrador, já condicionado a não fazer reflexões e questionamentos, demonstra que não compreende o jogo político em que foi envolvido: primeiro que na política há atos públicos e atos ocultos. O Sargento desconsidera que o político possui uma imagem pública, cujas mazelas que fazem parte do seu jogo precisam ser escondidas. Segundo, que a situação política havia mudado, pois as novas tendências exigiam acordos entre opostos. As noções sobre trato social com adversários por parte do Sargento são problemáticas, pois ele os trata como inimigos. Raymundo Faoro (1988) denomina “ostracismo” o fechamento dos partidos políticos em si mesmo. Havia pressupostos de fidelidade ao partido que poderiam levar ao “banimento” (idem, p. 77). Getúlio declara uma dedicação total ao partido e ao chefe, semelhante ao que menciona Faoro: “A fidelidade aos chefes, a solidariedade destes, o sentimento de honra, estes os doces vínculos que prendem ao partido” (id., p. 78). O narrador demonstra grande incômodo só porque se submeteu a uma refeição na casa de um adversário: “eu comi em São Cristóvão, na casa de um udenista que tem lá, muito rico, que porém é udenista e amigo do chefe” (RIBEIRO, 1980, p. 85). O seu desdém é evidente no uso da conjunção “porém” e na atitude dos comensais: “todos comendo no calado dando uns arrotos” (idem, p. 88). O narrador demonstra admiração pelos atos autênticos, mesmo de personagens de conduta questionável. Lampião que se tornou um de seus ídolos: “arrancando todos os pentêios do xibu da mulher na frente de todos, tudo ali reunido por obrigação, porque Lampião só fazia tudo na frente de todo mundo” (id., p. 31). Ao defender atos em público, o narrador se opõe à hipocrisia dos políticos cujos objetivos são ocultos e lhes falta transparência às ações.

O Sargento reafirma a sua responsabilidade pela missão, que para ele não é antiética, embora se trate de conduzir um preso político. Já que por ser uma ordem de Acrísio, ele deduz ser nobre. O protagonista conserva uma visão negativa a respeito dos acordos entre partidos, pois acredita que as opiniões contrárias devem ser suplantadas. A valorização desse discurso de identidade e de valores inquebrantáveis evidencia que o inimigo não é aquele que está errado, mas aquele que acredita inquestionavelmente que está certo e que é capaz de fazer qualquer coisa em nome desses ideais. De acordo com Raymundo Faoro (1988, p. 86) “José de Alencar via a causa do ardor sanguíneo nas disputas eleitorais na conquista exclusiva do poder pelo vencedor (...). O remédio seria garantia da presença do partido minoritário na câmara”. Sob a perspectiva de Alencar, os acordos entre contrários passam a serem vistos como positivos, pois apontam para uma possibilidade de consenso parcial, possível para evitar conflitos intermináveis. Os valores do Sargento estão imbricados no cerne da política que não é sinônimo de democracia, apesar de ter que se sujeitar às suas noções. Segundo José de Souza Martins (1994, p. 20), “nenhum partido político tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com grupos tradicionais”. Esses contrastes, entre tendências políticas antigas e atuais, se devem ao fato de que no Brasil as oligarquias políticas foram se fracionando, colocando a seu serviço as instituições do moderno domínio político. Esse fenômeno não é aceito pelo Sargento, que possui convicções políticas limitadas à ideologia do próprio partido, desconhecendo a legitimidade dos outros.

O Sargento não entende a democracia, pois não era praticada no seu meio social, dessa forma a política lhe parecia inconveniente ou inútil: “Pra ser deputado não é preciso nada” (RIBEIRO, 1980, p. 124). Ele nutre nostalgia e passa a idealizar as ordens sociais do passado, ainda praticadas no interior, onde ocorria mais facilmente a utilização de meios ilegais, por membros do Estado, para fins particulares ou partidários. Getúlio começa a se identificar com alguns mitos que se opuseram ao poder central e negaram a legitimidade do governo: “se eu fosse para o cangaço, se tivesse cangaço. Antigamente, eu tinha raiva de cangaceiro, acho que até ontem, tresantonte, mas agora não tenho mais” (idem, p. 118). O fato de tornar-se oponente ao sistema político dominante fez com que ele se identificasse com personagens rebeldes.

Segundo Kátia Matia e Wilson Moura (2010 apud Schüller, 1989), **Sargento Getúlio**, recuando a uma antiga concepção mítica, considera Sergipe o centro do mundo, desprezando o que se passa fora do pequeno Estado. Isso facilita a configuração dos sistemas regionais autoritários, pois a realidade limitada daquele povo é a única

referência. As regras políticas e sociais estavam imunes às pressões externas de grupos mais democráticos. Getúlio refere-se ao preso: “quase só vive dependurado em mim e fica se arrastando, é mesmo uma fraqueza por demasiado, só dá para a política de prosa”. (RIBEIRO, 1980, p. 108). A concepção do narrador sobre democracia é distorcida, pois pressupõe apenas a “política” da violência e qualquer abalo, na visão imperialista do governo, e aos seus métodos de controle são vistos negativamente: “A política está mudando, está ficando uma política maricona” (idem, p. 67). No seu ponto de vista, o governo deve conformar-se exclusivamente de elementos de seu partido político e estar isento a qualquer processo de pressão popular, que deve ser reprimido.

O Sargento não se considera fora-da-lei, pois, segundo as suas convicções, matar faz parte da rotina policial e política. O narrador faz distinção entre si e o parceiro: “Tonico gostava, era mais pistoleiro do que político. Eu sou político, não mato à toa” (id., p. 40). O Sargento quer reivindicar ao “direito natural” para justificar seus crimes, sob alegação de que podem ser considerados meios aceitáveis para que a justiça seja atingida no final do processo. Walter Benjamin (2011, p. 124), que definiu “direito positivo” como aquele praticado seguindo o princípio de que “fins justos podem ser alcançados por meios justificados”. Baseado nessa ideia, o Sargento reivindica sua inocência pressupondo a necessidade da violência. Ele argumenta que apenas o Tonico é assassino: “atira dando risada (...) não treme a mão (...). Aponta assim para frente e aguenta firme com toda a sacudida” (RIBEIRO, 1980, p. 40). A sua condição política, determinada por Acrísio Nunes, o dispensa de questionamento.

Havia a pressuposição de que o líder tivesse sabedoria suficiente para tomar decisões capazes de garantir a ordem independentemente do processo realizado. Portanto, qualquer atitude era admitida para a obtenção do resultado buscado, mesmo com a prática da violência ilegal, se através dela o resultado final fosse considerado justo pelo seu grupo político. Segundo a teoria do direito natural “as pessoas abrem mão de todo o seu poder em favor do direito do Estado” (BENJAMIN, 2011, p. 124). O Sargento considera razoável ignorar os direitos individuais com crimes hediondos, em prol da manutenção ou criação de noções de justiça subordinadas ao ponto de vista do seu partido, em relação ao qual demonstra estar equivocado. Getúlio não percebe os avisos do próprio chefe, que está consciente da impossibilidade de justificar tamanha violência perante a opinião pública. Getúlio declara que todo mundo saiu “leso” e gaba-se de ter exagerado:

O homem que matei na cama, matei a raça toda (...). Quando fomos apanhar o camarado dentro da casa da mulher-dama, estava lá todo entupigaitado, de roupa de diagonal e gravata lustrosa. (...) tinha até um homem no oitão *querendo fazer discurso*. No meio daquele baba todo, o homem querendo fazer discurso. (...) Que significa isso, sargento? (...) A dona da casa *falando carioca*, parecia até coisa que prestasse (...). Pensa que calou a boca? (...) Já se viu mulher-dama ter querer, onde já se viu. (...) e a putarrelas ficou descalmada (...). O chefe disse: me traga esse homem vivo, Seu Getúlio. Quero o bicho vivão aqui, pulando (...). O homem era valente, quis combate (...) Uma parabelada no focinho, passarinhos aqui e ali e parou (...). Era só dar umas *porretadas de ensinamento* (RIBEIRO, 1980, grifo meu, p. 34).

O narrador destaca traços que conotam importância no sujeito que fora prender a mando de Acrísio. A cena resume-se à invasão da casa de família, em que todos são tratados com brutalidade, como se isso fizesse parte da rotina de trabalho. A fala é um contraponto à violência, que deve ser reprimida. As ações violentas baseiam-se na retirada do direito à argumentação. Em nome da ideologia partidária são desrespeitados quaisquer direitos individuais, apenas por que se trata de contrários políticos: “Udenistas comunistas”. Com total desrespeito aos direitos humanos, Getúlio manifesta preconceitos com as diferenças sociais, linguísticas e com as mulheres, pois considera o sexo feminino inapto para política e para dar opiniões. Tudo isso, com total desconhecimento das ideologias partidárias ao atribuir aos membros da UDN, a condição de comunistas. O fato de pertencer à outra sigla é considerado motivo suficiente para qualificá-los como ameaça e dispensar-lhes um trato tão violento. Acrísio queria o udenista vivo, pois possuía prestígio social. Como forma de se aproximar do interlocutor, ele emprega termos coloquiais enfáticos, mas o Sargento contraria as suas determinações. Ele já vinha sendo avisado: “Seu Getúlio, o senhor não vai me deixar ninguém mais vivo em Sergipe, assim não podemos” (idem, p. 40). Mas por trás da imagem ponderada, o político demonstra que não estava preocupado com direitos humanos: “O chefe deu uma gaitada daquelas surdas”. Ele apenas visava amenizar as repercussões. Com prisioneiro, em torno do qual se constrói toda a narrativa, provavelmente Acrísio já previra possíveis violências praticadas e o assunto torna-se de conhecimento público. Assim, a morte do Sargento se tornou conveniente naquele momento, pois além de “solucionar” crimes anteriores ao seu mando, também desviaria a atenção pública para o policial, que assumiria todas as culpas.

A forma como a casa de família foi invadida e o Sargento conduz o preso mostram que ele acha razoável o emprego da violência de forma gratuita, somente como forma de disciplinar e dar o exemplo aos que pudessem reagir ou rebelar-se. Segundo a sua ótica, uma parcela significativa da população era considerada indolente e sem a

capacidade de pensar. Logo, ele agia baseado em pressupostos da indispensabilidade da violência para manter a ordem e reafirmar autoridade através de castigos indiscriminados, mesmo quando não tivessem cometido quaisquer faltas. As “porretadas de ensinamento” sugerem formas de tratamento semelhantes às aquelas aplicadas aos escravos, antes da abolição. Em **Sargento Getúlio**, entretanto, o conceito de indisciplina está relacionado à apenas insubordinação e à falta de fidelidade ao PSD. Por isso, o prisioneiro é conduzido sob tortura física e psicológica. Considerando que o livro foi publicado em 1971, um período em que a ditadura militar era bastante severa, comprova-se a alusão ao momento da escrita, no qual se admitia prisões políticas e sem mandatos judiciais. Isso demonstra a continuidade de práticas autoritárias em diferentes momentos históricos, pois há apenas um intervalo entre as ditaduras da Era Vargas e a iniciada em 1964, mantendo-se práticas repressivas às ações populares. O país realizou eleições presidenciais apenas entre 1945 e 1960, segundo Simon Schwartzman (2007, p. 231), não houve participação plena por parte da maioria da população, predominando o sistema de cooptação, termo que se refere a “um sistema de participação política débil, dependente, controlado hierarquicamente, de cima para baixo (idem, p. 59). Embora tenha havido no decorrer desse período uma crescente participação, mobilização política e de surgimento de oposições ideológicas, com aparente processo evolutivo, ocorreu uma polaridade entre os sistemas de cooptação-representação (id., p. 62), que resultou no colapso do sistema em 1964.

O Sargento admite apenas o PSD (Partido Social Democrático), em nome do qual as ações mais extremas eram consideradas razoáveis em prol da sua sustentação que, por si só, já garantiria o alcance de finalidades justas. Os seus preceitos autoritários, como instrumentos de domínio, excluem dos processos eleitorais os analfabetos, as mulheres e, se possível, os eleitores dos outros partidos, que poderiam ser eliminados ou tratados com violência, no caso de não se submeterem. Getúlio parte do princípio de que apenas uma parcela da população deveria possuir direitos políticos. Isso talvez fosse considerado natural no contexto no qual estava inserido.

Além das diferenças partidárias, o Sargento alega vários crimes praticados por ele: “É um cabra ruim (...) deu veneno a Ocrinolino (...) mandou atirar em Anfrísio (...) secou Ribeirópolis, afrontou os paraibas. Botou sal no chão, deu fim na bezerrada”. “Garanto que, na hora de apertar o gatilho para matar uma família toda, nem pensou” (RIBEIRO, 1980, p. 42, 48). Getúlio defende que crimes implicam invariavelmente em punições. Então de acordo com aquilo considera ético, o preso sendo culpado, não pode

ser solto e merece castigos. Pelo que conhece do sistema, Getúlio receia que o preso não seja nem julgado: “É uma finura. Como se nunca tivesse dado uma ordem de morte, como se nunca tivesse anulado uma urna” (RIBEIRO, 1980, p. 58). O Sargento então decidiu agir de acordo com as próprias convicções e não se considera criminoso: “o bandido sou eu aqui, eu que nunca dei tiro por trás de ninguém, nunca” (idem, p. 58). A sua luta lhe parece justa, por causa das ameaças comunistas que, de acordo com as normas internalizadas, representavam riscos à segurança da sociedade.

O narrador paradoxalmente revela-se um bandido nobre, já que de acordo com a sua consciência considera-se cumpridor da lei e mantenedor da ordem. Sem compreender completamente o sistema do qual é vítima, continua o apoiando. Como o Sargento já havia julgado o preso e decide agir de acordo com as próprias convicções, querendo evitar a provável hipótese de impunidade, ele traz questionamentos sobre os limites da ação do policial diante do criminoso. Sobre até que ponto ele pode seguir apenas deliberações próprias, sem subordiná-las às outras instâncias. Então parte do pressuposto da obrigatoriedade de punição, ainda que sumária, pois sabe que aquele homem havia sido preso por questões políticas, não pelos inúmeros crimes. E naquele momento, justamente por motivos políticos, ele deveria ser solto sem que lhe considerassem os crimes. Getúlio considera injusto que a justiça deixe de ser feita só porque a situação política mudou. A questão é que, mesmo que aquele preso seja realmente culpado, o Sargento defende as mesmas praticas. Ele luta pela eliminação de contrários e gostaria de tomar as mesmas atitudes que ele se tivesse poder para tanto: “Isso em Aracaju, porque se fosse no interior a gente fazia como eles fizeram em Ribeirópolis” (id., p. 36). Embora se oponha a grupos, o seu conflito é com as diferenças apenas partidárias, pois eles defendem os mesmos sistemas.

A redenção do Sargento, conduzida pela narrativa, ocorre quando se percebe que ele é vítima de um jogo político maior e mais corrupto. Assim anti-herói consegue que se torça por ele. A sua morte é inevitável, pois a sobrevivência do protagonista, um assassino sanguinário, gera repúdio. No entanto, os reais responsáveis por derramamentos de sangue de maiores dimensões, continuam sem punição e, o que é pior: no poder. Assim, o Sargento vivo representa ameaça a esse grupo dominante, responsável pela opressão, que arquiteta tanto a sua morte quanto a dos adversários. José H. Dacanal (1988, p. 19) considera a história: “Comovente porque Getúlio marcha inexoravelmente para a autodestruição, apesar de se saber que ele é inocente. As forças que o impelem para o cataclismo final são exteriores a ele”.

Essa leitura demonstra o quanto a personagem consegue se redimir por ser manipulado pelas classes dominantes. Entretanto, deve haver um questionamento sobre essa inocência que lhe é atribuída, pois ele assassinou até a esposa grávida e possui “vinte mortes nas costas”, que não foram causadas em nome da segurança, mas são trabalhos a mando político. Convém lembrar que o narrador, dono da voz, desenvolve recortes e versões dos fatos a seu favor. Portanto, a caracterização de “vítima inocente” feita por José H. Dacanal deve ser questionada por posições mais críticas contra a violência e posturas coniventes com a criminalidade, principalmente se praticada por um membro da polícia. Além disso, não é possível amenizar crimes hediondos praticados para o domínio político de um grupo, nem esquecer que o narrador integra uma rede de interesses imperialistas que oprimem os cidadãos. Getúlio não deixa de ser um assassino hediondo, mas Dacanal ainda reforça (1988, p. 25): “Getúlio não tem mundo, é vítima inocente sacrificada pela história”. Essa condição atribuída ao narrador só pode ser usada para explorar algumas contradições sociais, inclusive as que inocentam criminosos.

O fato de cumprir ordens e tornar-se vítima de um sistema maior de corrupção é capaz de inocentar um indivíduo de vários crimes? Há fatores que tentam redimi-lo como personagem. Um deles é o fato de que o Sargento pensava que conduzia um preso, mas na verdade, não percebera que ele próprio era, de forma premeditada, o conduzido a um local onde pudesse ser eliminado. Mesmo fazendo concessão sobre o que possa tê-lo levado a cometer tantos crimes, os resultados não podem justificar a aprovação de suas práticas como policial. Por isso ele morreu fuzilado, paradoxalmente, confirmando a necessidade da violência, que deveria ser combatida, tornando o sentido do livro ambivalente, pois toda a corporação policial acaba por acentuar a violência, ao invés de tentar reduzi-la ao mínimo. De acordo com a ótica de Adorno, o indivíduo torna-se aquilo que tenta combater se usar os mesmos instrumentos. Por isso, qualquer violência torna-se condenável. Mas no caso de **Sargento Getúlio**, é através da narrativa que é possível desmascarar os maiores culpados: “só vem os mandados, os mandadores não vem” (RIBEIRO, 1980, p. 153). A impunidade e o êxito pessoal dos mandantes, que planejam as mortes, passam a provocar mais repúdio do que os crimes do protagonista. No final, a consciência do Sargento, quando os soldados se aproximam para matá-lo, é a daquele que já esteve no mesmo lugar como executor: “é engraçado como vem esses homens e nenhum está pensando nada” (idem p. 153). O narrador

ênfatiza novamente a relação entre matar e não pensar. A reflexão é o contraponto de toda essa violência, que ele tenta praticar como se fosse algo banalmente necessário.

Uma análise do porquê das interpretações positivas que o personagem recebeu, apesar de seus crimes, pode ser feita estabelecendo relações com Luiz E. Soares (In: PEREIRA et all, 2000, p. 23), que declara que “nos anos 60 era comum serem atribuídas funções políticas nobres aos criminosos”. Ele menciona os mitos criados em torno de cangaceiros, bandidos e qualifica como uma idealização romântica e simplista. Justamente os personagens que o narrador passa a admirar. Soares declarou (idem, p. 24) que naquela época havia a ideia do herói do povo, o bom bandido, vingador da sua classe, que enfrentava as forças do capitalismo. Limitando-se a este ponto de vista, determinados crimes são vistos como positivos quando amparados em determinada ideologia perante a sociedade, que sustentam essa ilusão de heroísmo e valentia pautados na violência e na opressão.

Em **Linguagens da violência** (id., p. 25), Soares declara que a exaltação da malandragem teve destaque em determinadas épocas, “Qualquer que fosse o nosso itinerário (...) através de várias modalidades de valorização, sempre ambígua e perigosa, do malandro tradicional, e desafiadora da questão da lei, da ordem, da margem e das transgressões” (id., p. 25). Porém, esta postura era admitida em alguns casos em sua “versão minimalista e benigna, que corresponde à criatividade adaptativa, sobre a frieza reducionista e generalizadora da lei”. No entanto, é considerada negativa a sua aplicação mecânica, quando a valorização da malandragem equivale à “negação dos princípios elementares da justiça, como igual diante da lei, ao descrédito das instituições democráticas” (id., p. 26). No contraponto às interpretações que qualificam o Sargento como vítima ou de inocente, considera-se que há leituras, como a de Dacanal, que são oriundas de épocas em que a violência era aceita. Soares (p. 30) declarou que mais grave do que justificar a violência, é quando a idealização dos criminosos torna-se aquela em que se v qualquer dificuldade em traçar uma linha divisória entre o justo, o legítimo, o injusto e o ilegítimo; entre a ordem e a desordem, entre a lei e a marginalidade. **Sargento Getúlio** representa essa dificuldade de distinção  medida que o protagonista se subordina totalmente às decisões do líder, abdicando a própria reflexão. O narrador manifesta um processo de distorção de valores, por considerar apenas pontos de vista e interesses pessoais com tendências antidemocráticas.

Em **Sargento Getúlio**, há uma idiossincrasia quando, ao questionar, acaba sustentando aquilo que pretende combater, pois ele faz exatamente o que é esperado

pelos seus alçozes: “ao desobedecer, obedece”. Esse pensamento de Adorno pode ser associado ao fato de que o sargento estaria confirmando a necessidade dessa violência toda, neste caso contra ele próprio, para manutenção da ordem social. A forma como o narrador morre com a narrativa em pleno andamento: “vidaeu sou eu e vou e quem foi ai mi nhalaran jeiramur chaai e eu vou e cumpro e faço e”, mostra a interrupção da vida é que simultânea a do discurso. Nessa última frase do livro, os termos como “ai mi nhalaran” são palavras que não consegue pronunciar direito, ao ser atingido pelos primeiros disparos. A expressão “jeiramur chaai” sugere um espasmo de dor, antes de reafirmar sua “missão” e finalizar com um “e”, uma conjunção aditiva, que pressupõe o acréscimo de outra oração coordenada, mas esta não ocorre, já que ele morreu rapidamente devido aos inúmeros disparos. Assim, conclui-se a continuidade do mesmo sistema de práticas: um sujeito cai, mas o seu discurso autoritário continua na voz de outros indivíduos que compartilham com as mesmas concepções.

O Brasil vive sob constituições de bases liberais e democráticas que se fundamenta na obediência à lei pautada, através de representantes. De acordo com Soares (In: PEREIRA et all, 2000, p. 30), quando o indivíduo percebe que há “impotência do Estado em prover segurança e meios adequados de sobrevivência e chances de prosperidade, se legitima a desobediência civil”. Como recusa reconhecer a legitimidade de representantes de outras correntes partidárias, o Sargento se opõe aos acordos políticos que ocasionaram mudanças com as quais entra em conflito. Ele passa a opor-se a um governo, no qual admitia apenas elementos do grupo com o qual se identifica ideologicamente. As próprias leis passam a ser questionadas, pois são pautadas por uma assembleia formada por políticos que não reconhece como legítimos. O fato de Acrísio retroceder, na ordem de manter o prisioneiro, representa que as instituições brasileiras são o resultado do acordo entre elites, do compromisso entre oligarquias e das pressões da coletividade. Getúlio opõe-se a estes acordos corroborando um modelo no qual a lei é do mais forte. Assim, o narrador representa o processo de transição de um modelo social baseado na violência e outro no qual a democracia ainda é vista como um entrave. Ao incorporar sem reflexão as tendências de um ambiente social, o sujeito é impelido a praticar constantemente a violência, cuja consequência se torna a própria causa de uma sucessão de outros crimes. Embora o protagonista seja um assassino, a sua sobrevivência representa risco para o sistema político, ao qual poderia provocar grande abalo enquanto não o matassem, pois manteria aberto o debate e o questionamento dos fatos.

3. As bases do autoritarismo em *O Coronel e o Lobisomem* e em *Sargento Getúlio*

A comparação de **O Coronel e o Lobisomem** com **Sargento Getúlio** permite relações textuais das obras e suas linguagens intrinsecamente ligadas a espaços nos quais o autoritarismo era sustentado pela discriminação social e pela violência. A abordagem entre as obras, sem a pretensão de provar influências de uma sobre a outra, permite entender a relação de complementaridade entre esses dois narradores nos contextos sociais que representam. O coronel e o policial são diferentes tipos sociais, que se analisa separadamente, num primeiro momento, para compreender como suas ações se articulam para sustentar bases de sistemas autoritários. Nas partes finais, será possível formular hipóteses sobre a composição dos contextos históricos e literários que possam ser relacionados às obras.

Uma das peculiaridades dos protagonistas é simular discursos orais, que apresentam falas peculiares típicas de formas de expressão autoritárias. Os narradores se elevam ao primeiro plano da narrativa, por representarem a própria imagem e às tentativas de autoafirmação nos seus contextos sociais. As linguagens dos narradores trazem marcas de imposições, em tom injuntivo, apoiadas em clichês ideológicos, como se fossem verdades absolutas. A coragem e o preparo militar, exibidos falsamente por Ponciano, são traços de prestígio no meio rural. Getúlio realmente possui habilidades excepcionais de combate, o posto de sargento, atitudes ameaçadoras e “vinte mortes nas costas”, que lhe permitem intimidar com a fama de matador implacável a qualquer cidadão que de alguma forma se oponha aos interesses que defende. Com elevado volume de voz e atitudes agressivas, ambos encerram argumentações pela força. As pressões psicológicas tornam-se formas de manter os demais submissos, tendo grandes efeitos sobre os humildes e indefesos. A grande diferença é que o Sargento admite os mais diversos modos de agressão, humilhação e tortura, enquanto que o Coronel não assume atos violentos praticados pessoalmente. Os seus discursos demonstram opiniões pessoais colocadas acima de tudo, às vezes até da própria lógica, para impor as suas

vontades, apoiadas na falácia, na violência e na condição econômica, pois se consideram numa hierarquia social superior à das classes populares.

Tanto o Coronel quanto o Sargento exibem inúmeras inovações de linguagem. Ponciano mistura expressões de domínio militar, jurídicas, populares, acadêmicas, etc. O Sargento forma palavras e acrescenta-lhes sufixos e prefixos, usa redundâncias, provérbios, narrações grotescas e neologismos. Na narrativa, predominam as marcas de uma linguagem tipicamente oral que intercala diálogos, discurso citado e monólogos. Há trechos que a fala de Getúlio acompanha o seu pensamento, aproximando o texto de um fluxo de consciência e, sem delimitações precisas entre cada tipo de discurso. A fala constante de Getúlio, com os outros e consigo mesmo, justificada no início pelo motivo que não pode dormir. Ele se dirige em tempo presente ao motorista e às vezes ao prisioneiro. Amaro, com quem inicialmente se irrita, por não lhe responder, justifica que é porque “não gosta de prosa” (RIBEIRO, 1980, p. 29). O Sargento discorre numa filosofia grotesca, sobre a vida e a morte, a justiça e a política. A atitude de modificar a língua de forma arbitrária é uma representação dos próprios caracteres autoritários dos narradores e seus ambientes sociais.

O uso sentencioso de provérbios e ditados pelos narradores demonstra a imposição de ideias pré-determinadas sem refletir, como se as verdades já estivessem prontas e não devessem ser questionadas. Em ambas as narrativas, intercalam-se lendas, canções, poemas e provérbios. Na tentativa de caracterizar as obras, utiliza-se o termo “plinguísmo”, de Mikhail Bakhtin (1990). Nestes livros, encontramos uma multiplicidade de manifestações da cultura popular: “obras cômicas verbais (inclusive as paródias)” e de diversas naturezas, orais ou escritas, o vocabulário grosseiro, insultos, lendas e com influências literárias dos gêneros folclóricos. Isso demonstra o quanto o autoritarismo estava enraizado nas personagens e na sociedade, com suas linguagens arbitrárias, que estavam impregnadas nas manifestações artísticas da cultura popular.

José H. Dacanal (RIBEIRO, 1980) entendeu que nas obras há um progressivo “irracionalismo narrativo” à medida que se aproxima o desfecho. Essa irracionalidade oscila entre a lucidez e o devaneio com a morte iminente que ocasiona a falência do narrador. A suposta realidade é cada vez mais questionada em relação ao grau de distanciamento provocado pelas ilusões dos narradores, que se tornam suspeitos, pela narrativa dissimulada. Estes termos de Mikhail Bakhtin (1990) que se aplica aos narradores-personagens, com discursos em causas próprias. Estes protagonistas chamam mais atenção para as informações pressupostas a partir de seus discursos. Estes

elementos lhes colocam numa relação especial com a realidade, pois “matéria de aventura no romance não é um fim em si mesmo”. Mas há uma crítica social, com recursos retóricos, num clima da “alegre relatividade” e postura bem-humorada perante a morte iminente. Assim, debilitam-se “a seriedade retórica unilateral, a racionalidade, a univocidade e o dogmatismo” (BAKHTIN, 1981). A própria pretensão à verdade das personagens leva a duvidar de qualquer visão “positivista” de história e realidade.

3.1 As bases do autoritarismo em *O coronel e o lobisomem*

Em *O Coronel e o lobisomem*, as formas de domínio são sustentadas pelos discursos eloquentes e condicionadas pelo nascimento, cuja herança assegurava a manutenção da autoridade sob controle de quem fazia parte das classes dominantes. O coronelismo representou tentativa de construir uma unidade em torno dos benefícios para os proprietários, em detrimento de outros cidadãos. Nesses ambientes sociais, o êxito material do Coronel, no campo financeiro e nas relações afetivas e pessoais, representava a ampliação do seu poder e da sua rede de domínio. Isso explica a obsessão de Ponciano por manter a “fachada social” (FERNANDES, 1999) que visava reforçar sua imagem carismática. Com esse objetivo, ele adota determinados comportamentos e ostenta poder financeiro. Essa era uma linguagem assimilada mecanicamente pelos camponeses, que tiravam a subsistência das suas terras, dos quais o poder do Coronel dependia da aceitação de sua liderança. O autoritarismo substitui, no contexto das obras, qualquer aspecto legítimo dessa relação que considera o seu sistema o único viável dentro da sua ótica pessoal para manter a ordem na sociedade, revelando ideias fixas sobre prestígio social, trabalho e família.

A autoridade dos coronéis é satirizada nas bases que lhe sustentava, através de Ponciano, que parte da crença de possuir um prestígio superior à média da população herdado do avô Simeão. Sobre este tipo de sistema social, Faoro declara (1988, p. 205) que o coronel agrupa-se numa classe que tira sua importância do prestígio social, de hábitos e estilos de vida assinalados como superiores, cultos, finos, elegantes. Este protagonista baseia-se numa estrutura rural e no *status* que lhe garantiam de domínio. Ponciano ostenta uma patente sem representação legal, que impõe pelo discurso e pela

propriedade. Segundo Faoro (1988, p. 205), os proprietários “São os guardas da tradição, idealizada para o efeito de manter um sistema de valores, sujeita a transformações para assegurar a superioridade”. Ponciano representa uma valorização de hábitos e aparências tradicionais, mas desenvolve dificuldades de se adaptar em novos espaços e tendências sociais. A partir da leitura de **Coronelismo, enxada e voto** (1978) e de **Os donos do poder**, é possível concluir que o poder do coronel dependia de bases sociais e materiais. Entretanto, Ponciano desenvolve relação conflituosa com os indivíduos típicos dos quais um grande proprietário normalmente dependia, com as terras que herdou e não conseguiu sustentar sua autoridade apenas pelo discurso.

Na cidade, Ponciano esquivou-se aos estudos e não se adaptava ao campo, demonstrando repúdio aos interesses típicos de um produtor rural. Ele apenas queria desfrutar as regalias e ostentar a imagem de proprietário. As bases do seu autoritarismo sustentavam-se por elementos legados pela herança, da qual incorporou apenas aspectos externos. Ponciano tenta reproduzir a figura mítica do avô Simeão, da qual concebe advir toda a sua suposta competência administrativa da fazenda. Entretanto, ele desenvolve processos de identificação nas falsas aparências, na boemia e no ócio. Hugo Achugar (2006, p. 33) analisa como o indivíduo relaciona-se com as tradições: “Há heranças que são rejeitadas, há legados que despojam, há tradições que são mudadas”. O Coronel está convicto que só de mando reside o trabalho na fazenda e que, para administrá-la, bastam alguns berros: “Nunca que eu apareci no Sobradinho ou em Mata-Cavalo para um auxílio de neto, para misturar meus gritos de goela nova nas suas ordens de velho” (CARVALHO, 1982, p. 15). Segundo Faoro, o trabalho braçal era considerado negativo para quem queria atingir a nobreza, como traço distintivo das classes privilegiadas que identificou em algumas personagens de Machado de Assis. O Coronel quer manter, em pleno século XX, comportamentos típicos da era imperial brasileira, desde quando ao sujeito de elevado nível econômico era considerado negativo para a imagem social o envolvimento direto com o trabalho braçal.

o maior obstáculo para que sentasse o homem humilde à mesa do estamento, além da própria falta de tradição e nome, era o exercício passado de um ofício manual, infamante por ele próprio (...) pior que isso não havia, nem mesmo o passado nos bancos da criminalidade (FAORO, 1988, p. 28).

O Coronel demonstra, em vários momentos, acreditar que a posição de liderança exige que se dedique exclusivamente às atividades restritas ao comando e ao intelecto. Conclui-se que esse pensamento teve origem no comportamento das elites mantido desde antes da proclamação da República. A sabedoria que Ponciano acredita

que precisa ostentar se revela como uma forma de esconder a sua total ignorância sobre o trabalho rural. Como não queria admitir isso, exhibe um autoritarismo desnecessário:

De gado é que eu pouco alcançava pelos motivos de meu avô não querer o neto vadiagem dos currais. Desse desconhecimento nunca dei o braço a torcer. Gente que tem mando não pode dar parte de fraco no lidar com o povo dos ermos. (CARVALHO, 1982, p. 18)

Conhecidas as suas atitudes na cidade, questiona-se a contradição de “vadiagem dos currais”, pois é um lugar de trabalho, onde os jovens aprenderiam as tarefas desde cedo. Ponciano pode ser associado com as considerações de Terry Eagleton (1943, p. 191) sobre o “nobre inglês tradicional que era tão avesso ao trabalho desprezível, que não podia nem ao menos articular as palavras adequadamente”. Ele usa a expressão “esforço moral”, atitude que falta da parte de Ponciano para com os outros. Justamente, aquilo poderia proporcionar relações sociais mais produtivas, mas que sua arrogância impede. Segundo Antonio Candido (2002b, p. 937), “a grande importância dos grupos rurais dominantes (...) manifesta-se pela supervalorização do talento, das atividades intelectuais”. O Coronel recusava-se ao envolvimento com o trabalho⁸ e acreditava que nem sua presença seria necessária para administrar a propriedade.

O Coronel não se considera subordinado a ninguém: “Não uso este utensílio (barba) para enfeite. Não sou coronel por benefício do governo” (CARVALHO, 1982, p. 299). Faoro apresenta o coronelismo, como expressões regionais, em que eles mantinham uma relação de poder dentro do município. A partir daí, o surgimento do coronel autônomo (FAORO, 1997, p. 646), cujo poder reside apenas na propriedade de terras e é restrito à região, podendo se aliar inclusive aos interesses de comerciantes, tornando-se até oposição ao poder central. Nesse cenário, era possível que, inclusive as noções de democracia se baseassem nos interesses particulares. A imagem de superioridade social foi conquistada em bravatas: “na guerra do circo de cavalinhos ganhei patente de capitão” (CARVALHO, 1982, p. 13). A patente militar é predeterminada pela origem, recebida com a morte do avô. Com um quadro institucional brasileiro ainda não totalmente formado, no interior as concepções de justiça se restringiam às opiniões do Coronel e às classes de prestígio.

⁸ Essa aversão ao trabalho do Coronel é associável ao seguinte fragmento de **Cidade dos Padres** (SILVA, Dionísio, 1986, p. 40, 42), que permite reflexões sobre esse aspecto da influência portuguesa no Brasil: “O tabu da preguiça, esse traço distintivo português. Quanto mais preguiçoso, mais digno (...). No Rio Grande do Sul, a oligarquia portuguesa perdeu o poder local para os imigrantes europeus do século XIX, sobretudo alemães, italianos e polacos, porque a nobreza territorial gostava muito de mandar e pouco de trabalhar; muito de comandar e pouco de lutar; muito de contar e pouco de realizar”.

A autoridade herdada pelo Coronel é reivindicada como um “direito natural”, que de acordo com Walter Benjamin (2011, p. 124), está baseado em pressupostos míticos e religiosos, segundo os quais a justiça será atingida independentemente do processo realizado, desde que aplicada por um sujeito de notória capacidade de discernimento. Faoro (1997, p. 621) declara que “O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza”. O sistema atribuía à escolha de representantes somente aos líderes, cuja indicação era socialmente valorizada sem que lhe coubesse questionamento. Nas pequenas cidades, os portadores de cargos, principalmente legados por políticos da capital, adquirem uma imagem mítica e lhe são atribuídas qualidades especiais de liderança e carisma, que é conquistado “porque se lhe reconhece esse poder num pacto não escrito” (idem, p. 622). Em virtude da sua suposta sabedoria, consagrada na prática social, qualquer atitude – violenta ou não – é justificável para que se obtenha o resultado necessário.

Raymundo Faoro, em **Os Donos do Poder** (1997) declara que assim como no Império, na República continuaram os mesmos sistemas de manutenção do poder, porque estes já eram praticados tradicionalmente, como as nomeações arbitrárias, normalmente em trocas de favores, que eram ocorriam desde essa época, entrando os novos séculos em plena prática. Ponciano usa o termo apalavrado algumas vezes: “Sinhozinho (...) andava apalavrado (...) em repartição do governo” (CARVALHO, 1982, p. 21). Até mesmo o Lobisomem, em forma de cachorrão, que o Coronel declarou ter encontrado, implorando piedade lhe disse: “já estou de emprego apalavrado com o povo do governo” (idem, p. 181). Essa é uma grande ironia sobre a naturalidade como ocorriam as nomeações por indicação política, sem que causassem estranheza.

Entre os tipos sociais relacionados ao coronelismo⁹ deduz-se que há aqueles que representam uma expressiva parcela de população de descontentes com a cobrança de impostos. Raymundo Faoro (1997) declara que este povo diversificado tornava-se difícil

⁹ Raymundo Faoro (1988) cita tipos sociais relacionados ao coronelismo. Muitos são encontrados em **Coronel e o lobisomem**: comerciantes, o Major Juju Bezerra, dono da Farmácia Esperança e de terras, Antoninho do Areal, negociante pobre, pai de dez filhos, que fora ameaçado por Jordão Tibiriçá, o cobrador de impostos; fazendeiros, Caetano de Melo, Badejo dos Santos, Serapião Lorena e Zacarias Valadão; agregados, como Juquinha Quintanilha, Antão Pereira, Janjão Caramujo, João Ramalho, Saturnino Barba de Gato e muitos outros; descendentes de ex-escravos, como Francisquinha e “as negrinhas”; industriais, como Cerqueira, dono de engenho, Juventino Ferreira; funcionários, como o bancários Artur Fontainha, Setembrino Machado, Seabra e Selatiel de Castro, Peixotinho do Cartório, os tabeliões Pergentino de Araújo e Timóteo cunha, o escrevente de cartório Totonho Borges; Juízes, como Perligeiro de Sá Menezes, Secundino Peralva; advogados, Macedo Costa e Pernambuco Nogueira.

de dominar. Movimentos de rebeldia contra o Estado são representados na Praça de Santo Amaro tomada por cavaleiros armados, duas vezes descrita por Ponciano: na prisão de José Mateus e para reprimir Jordão Tibiriçá. O Coronel e o Major Juju Bezerra são os principais organizadores desta invasão armada, com apoio de Sinhozinho Manco, que “tirou garrucha contra um cobrador de impostos” (CARVALHO, 1982, p. 152). Ponciano demonstra claramente a forma de obter apoio:

já minhas ordens pulavam de cabrito novo na frente do vento, chamando os boiadeiros ao serviço das armas, com que juntei num relancinho trinta carabinas debaixo do meu mando

O bicho berrou na porta do Bazar Almeida:
– Fecha tudo que o coronel do Sobradinho vem pior do que um cacho de capetas. Não ficou um varejo de porta aberta. (...) Entupi a pracinha da igreja de pata de cavalo (...) a grandeza da armada que vinha vindo em proteção de Sinhozinho (...)

Padre Malaquias: “na sua cadeira de rodas, esperava por mim. Mandou intimação para que eu aparecesse na sacristia (...) levei minha patente à presença do confessor de meus pecados, que batia os dedos no livro da missa em sinal de desgosto (idem, p. 153).

A revolta contra a cobrança de impostos paralisou o comércio local. O Coronel atribui isso somente à sua chegada, mas é possível supor que os comerciantes, também taxados por impostos, agissem assim em forma de protesto, não apenas por respeito a ele, conforme alega. Embora, a entrada em Santo Amaro tenha causado impacto, devido ao poder bélico ostentado, tudo termina com um pedido de desculpas ao padre. O bater de dedos é a imagem da repreensão que, em contraste aos costumeiros socos na mesa do Coronel, vinda do líder religioso, que representa a única entidade que respeitava. Ele concebe Igreja, como parte da administração pública. Ponciano mostra-se mais submisso à figura enfraquecida do padre do que aos representantes do governo e das instituições públicas: “– Padre Malaquias, sua vontade é minha lei” (id., p. 154). Mas esse respeito, não é por ser devoção, mas pelo que representa socialmente a imagem religiosa do Coronel, como “homem de irmandade”. Ele não hesita em mentir ao padre para justificar seus atos e transfere a responsabilidade da manifestação a Juju Bezerra:

– Se vossa reverendíssima não bota embargo, vou chamar o major à responsabilidade

Então com a cara mais enfarruscada que a dos réus do pelourinho, cortei a praça em passo militar, arrastando na espora os boiadeiros do sobradinho. Junto a Juju Bezerra engrossei a garganta de modo a ser ouvido em dilatada distância pelo confessor dos meus pecados (id., 154).

O Coronel primeiro gabou-se da perícia em organizar a revolta, mas com medo das consequências e responsabilidades, mais tarde, demonstrou em público o seu poder de terminar com o manifesto, usando os termos jurídicos e o “passo militar” acompanhados de gritos, para impressionar: “Logo fiz olho mofino para quem não

levasse a sério a minha figuração, que era coisa só para o padre ver (...) E na força do ombro, empurra um, empurra outro, desmontei o povaréu que infestava a Farmácia Esperança” (CARVALHO, 1982, p. 154). O Coronel se aproveitou do fato de Juju Bezerra ter andado ausente da igreja para levá-lo à repreensão:

O Major, desde remoto mês, não pisava o assoalho de Malaquíás, pelo que entrou meio vendido, testa no chão sem poder da patente, que o vigário não admitia regalias no debaixo do telhado de Nosso Senhor Jesus Cristo.

– Honraria fica lá fora. Na igreja de Deus todo mundo é igual. (idem, p. 155).

As posições hierárquicas privilegiadas da sociedade são reprimidas pelo padre, que solicita o reconhecimento da igualdade pelo menos na igreja. A “testa no chão” representa uma postura contrária à costumeira soberba que mantinha no cotidiano. O Coronel desvia a reprimenda ao Major: “Teve Juju Bezerra de aturar sermão de fogo. Aguentou tudo de cabeça pendida, como menino pegado em delito com cabrita” (id., p. 156). Os mesmos sujeitos autoritários na sociedade mostram-se submissos ao padre. O Coronel coloca uma revolta armada no mesmo patamar de gravidade do que “brincadeiras sexuais” de um menino com uma cabra. O sacerdote ironicamente demonstra uma mudança brusca de comportamento: “Ao ouvir o nome do cobrador de impostos, o reverendo pulou da cadeira (...) vou acertar as contas com esse tal de Jordão Tibiriçá” (id., p. 156). Tudo termina com a tentativa de compra da aprovação do padre pelo dono da farmácia: “Juju correu em busca dos frascos de remédio (...). Malaquíás ainda relutou em aceitar o auxílio do Major” (id., p. 157). Os eventos da praça tomada acabam sem consequências violentas, mas representam métodos de pressão de elites, que usavam trabalhadores humildes para defender seus interesses.

Com interesses materiais no Coronel, agrupam-se tipos como: Artur Fontainha, bancário “recurvado que nem cabo de guarda-chuva e peito contraído em anos de subalternismo”, que tinha postura submissa apenas por vantagens financeiras. Chiquinho Lima, falido de açúcar, que “enricou” da noite para o dia, desde que ficou “na cabeça de uma repartição de impostos” (id., p. 129). O termo repartição tem caráter ambíguo, pois inicialmente representa setor em instituição pública, mas relacionado a fatores do contexto, pode ser entendido também como derivado do verbo “repartir”, sugerindo o mau uso das verbas. Em inúmeras situações, os serviços públicos representam um cabedal de empregos para o coronel. Pernambuco Nogueira, Chiquinho Lima e outros são sujeitos cuja rebeldia foi jugulada pelos cargos recebidos. O Coronel representa inúmeros instrumentos de manutenção desse sistema, incorpora um

individualismo que se opõe aos próprios interesses, pois suas convicções íntimas entram em conflito com a sua realidade externa.

Um aspecto indispensável para a imagem social do coronel era a formação de um núcleo familiar bem sucedido. A continuidade do sistema dependia de uma rede de descendentes e do casamento, que poderia reforçar o seu prestígio, mas o percurso revelado pelo narrador é composto de várias tentativas de relacionamentos sem sucesso, sem que esses fracassos sejam admitidos por ele, pois os atribui à sua fama de mulherengo. Ponciano parte do pressuposto de que todos anseiam agregar-se a sua estirpe. Essa condição dos coronéis é mencionada por Faoro (1988, p. 242): “Toda a gente, a futura noiva, os vizinhos se sentiriam honrados em ingressar no corpo dos amigos e dos dependentes do grande homem”. Porém, em **O coronel e o lobisomem**, essa expectativa não se confirma por parte de Ponciano. Uma das suas maiores contradições é imagem de conquistador que ostenta em contraste com a sua solidão. Ele afirma que é um grande galanteador e “ministra aulas de safadeza a Juju Bezerra” (idem, p. 172), mas o mais próximo que chega das mulheres é na beira das “ribaltas” do *Moulin-Rouge*.

Ponciano não demonstra intimidade com as mulheres e as relações referem-se a “safadezas” imprecisas, nas quais valoriza mais o comentário diante dos outros do que o ato em si. Há o interesse constante por mulheres casadas: Celeste, esposa de João Fonseca; Estefânia, mulher de Totonho Monteiro; Mercedes, a mulher de Tude Gomes e, principalmente Esmeraldina. Isso o desvia totalmente das relações possíveis. Logo, nunca teve uma relação verdadeira: “O que mais desbeneficiava o Passadio de Paus Amarelos era a carência de rabo-de-saia. Nunca vi nos dias todos de lá uma perna ou anca que quebrasse o meu resguardo”. (CARVALHO, 1982, p. 92). Ele sempre se refere às mulheres por membros isolados: perna, trança, anca, bojudos assentos, largos tirocínios, etc., ou relacionados a objetos: par de platibandas, compartimentos de baixo, repartições, par de popas, etc. Isso demonstra a sua concepção superficial e materialista a respeito dos relacionamentos, tendo com elas relações de posse. Como, nem as mulatas que deseja, nem as prostitutas jamais poderiam ser sua esposa, todas as relações são referidas como delito, safadezas e sem-vergonhismo.

As tentativas malsucedidas de casamento se devem, principalmente, ao fato de que o Coronel procurava um padrão ideal de mulher: “Que ele vasculhasse os ermos e desentocasse, em casa de família, moça aparelhada de todos os comprovantes, capaz de tomar estado comigo” (idem, p. 65). Ele buscava origem nobre, inocência, beleza e que

fosse filha de um proprietário de terras. A primeira que lhe despertou interesse foi “Branca dos Anjos” (CARVALHO, 1982, p. 8), cujo nome sugere os critérios exigidos: a pele branca e a inocência. Outra relação idealizada pelo Coronel foi com Isabel Pimenta, devido à beleza e o grau de instrução. Como era professora, ele a denomina de mestra das letras. Na certeza da reciprocidade de sentimentos, ele considerou positiva a devolução de um cravo lhe dizendo: “Muito desvanecida, coronel” (idem, p. 73). Convicto de que não seria rejeitado, em função do seu prestígio, anunciou antecipadamente o casamento a todos: “meu primo até o pano da padrinagem mandou cortar (...). Sinhozinho amamentava uma leitoa”. Ela o rejeita, assim como Dona Bebé de Melo, filha de fazendeiro com educação na Europa, com a qual ocorre o mesmo processo. Ele distancia-se cada vez mais das mulheres possíveis, como Mocinha Cerqueira, Nazaré e outras que ele desqualifica: “Uma prima filha do sepultado tio Tomé de Azeredo, ficou toda ensabonetada pro meu lado. Juca Azeredo desaconselhou: — Aquilo é tábua de passar roupa. Moça para o primo tem que ter coxão fornido, capaz de aguentar o repuxo” (id., p. 17). Nota-se que ele se protege através do desdém.

Desde as primeiras páginas, Ponciano se confessa atraído pelas mulatas, mas não admite relacionar-se com agregadas, devido às diferenças sociais, pois as julga de classe inferior: “Digo que meu olhar mulherista nunca encalhava em beleza de povo subalterno do sobradinho” (id., p. 25). As relações referidas às mulatas demonstram que, entre os fazendeiros, representavam prestígio, mas deveriam visar apenas a mera satisfação física. Porém, na visita de Nicanor do Espírito Santo¹⁰, Ponciano demonstrou ciúmes de Nazaré: “Dando com o retinto, a rouxinha tomou porte orgulhoso, esmerou no andar, apertou a chita do vestido (...). Em voz autoritária, aborrecido de ver tal assanhamento, intimei que trouxesse a aparelhagem de escrever.” (id., p. 125). A reação do Coronel revela seus sentimentos de posse, e a reprime de forma autoritária com fala agressiva e termo jurídico “intimei”. Uma caneta torna-se “aparelhagem” para um simples bilhete. Com essas atitudes, Ponciano manifesta sentimentos que gostaria de esconder, e tenta mostrar que seus interesses são restritos apenas às “práticas de safadezas”. Mas, no inverno, ele admite até o desejo de ter um filho com Nazaré.

São Bartolomeu abriu o saco de ventos (...). Era um assobiar sem remédio, um gemer sem fim (...) o inverno fuçava inchações e rendiduras de gente e de

¹⁰ O Coronel apresenta um conjunto de traços, como a linguagem, as atitudes típicas dos brancos bem-sucedidos, prestar reverência a ele e ser afilhado de outro coronel, como fatores de prestígio que demonstram superioridade social do mestiço: tinha “modos de branco”, ao cavalo luxuosamente encilhado, era afilhado de Caetano de Melo, a “fala do retinto era limpa, de quem alisou bando do colégio (...). Por tudo pedia licença. Ordenei que ocupasse a cadeira” (CARVALHO, 1982, p. 124).

bicho. Um frio desse quilate e o coronel em cama solteira, sem perna de moça. (...) Por desgraça, a rouxinha Nazaré teve de novo seus préstimos requeridos pela comadre Alvarina. Lá foi embora aquele rabão de saia em lombo de cavalo e eu sem força para embargar a viagem. (...) ainda mais que Ponciano tencionava tirar da afilhada de Francisquinha as maiores serventias em práticas de noite (...). O caso é que se a rouxinha estivesse à mão, no meio do ventão velhaco de agosto, que é mês de plantar criança, ia mesmo tirar seu plantão de safadeza (...). Não podendo ter, pelo relatado, as belezuras de Nazaré, desforrava o coronel o desgosto de suas ausências (CARVALHO, 1982, p. 139).

Ponciano tende aos relacionamentos platônicos. O nome Nazaré relaciona-se ao Cristo, conhecido na Bíblia como “Salvador” da humanidade. O nome dela associa-se a sua possibilidade de salvação, não fosse o destino determinado pelo seu caráter preconceituoso condicionado pelas convenções sociais da sua classe. Caso constituísse família na fazenda, o Coronel continuaria com a proteção de Francisquinha e talvez tivesse outro destino. Mas ele acreditava que a autoridade dependia de que os subordinados fossem tratados como inferiores e buscava para esposa mais um sobrenome do que um ser humano: “perguntei a Juju Bezerra se não restava moça vaga na família dos Melo (...). Mesmo parenta mais distanciada” (idem, p. 143). O seu depoimento de galanteador se contradiz, pois sempre incumbia Juju de lhe conseguir uma moça.

O casamento era uma aspiração do Coronel, mas causava-lhe pânico. Após ser rejeitado por Isabel, justificou-se que foi delicado demais, o que a levou a pensar que ele estava despreparado para um “namoro de repuxão”. Ele citou Totonho Rosa, que “perdeu as forças no dia do compromisso (...) nem com chá de catuaba” (id., p. 143). Segundo Ponciano afirmava uma moça para ele necessita de “coxão fornido” para aguentar o “repuxo”, mas se preocupava com “garrafadas de catuaba” e “revigorativos”. Ele considerava o cortejo uma humilhação: “tamanho subalternismo, de cravo no dedo (...) talqualmente um vira-bosta qualquer recoberto de medidas e tremeleques” (id., p. 79). Após ter os pedidos recusados, ele praticava retaliações, como no caso de Branca dos Anjos: “Na despedida, já dentro da canoa fiz umas galhardias e grandezas – Na voz dessa ameaça, retorci a barba – garanti que não ia ficar no barro sem resposta” (id., p. 08). Ele considerava que lhe negar um pedido de casamento equivalia a uma vingança e casava-lhe um rebaixamento social: “Bem ponderado, bem aquilatado, eu saia de tudo isso com a patente denegrida e o galão desautorado” (id., p. 79). Ponciano reagia defensivamente tentando convencer que ele é que não queria e era solteiro por opção, ridicularizando um noivo, que na verdade invejava: “provei a Juju que um sujeito do meu feitio não era mesmo para amarrar suas liberdades em rabo-de-saia (...). Fiz troça

do marchante (...). Parecia boi de presépio” (CARVALHO, 1982, p. 143). Dessa forma, tentava esconder os fracassos com uma postura de homem livre e bem-sucedido.

O Coronel não formou uma família. Sem parentes que se articulassem na administração das suas terras, passou a depender dos agregados. A força de trabalho, do modo de produção que herdara, é associável ao descrito por Victor Leal (1978, p. 51) a partir do recenseamento de 1940. Segundo este levantamento, 35,01 % da população era autônomo; 28,19 % de membros da família. O somatório destes dados representa que a maioria do povo rural ocupava as diversas categorias e exercia sua atividade principal na agricultura e pecuária. Os autônomos eram os que trabalhavam por conta própria, sem remuneração direta, que se somavam às pessoas da própria família, compondo um conjunto de trabalhadores em regime de parceria. Leal (1978, p. 43) declara que é “para o próprio coronel que o roceiro apela nos momentos de abertura”.

As pessoas que trabalhavam nas terras de Ponciano, muitas habitavam nelas, podem ser enquadradas em uma categoria de difícil interpretação. Não era composta por parentes diretos, mas reunida de acordo com as necessidades, que desenvolviam vínculos sociais duradouros. Segundo Victor Nunes Leal (p. 52), o conceito censitário sobre membros da família: “são aqueles que exercem atividade em benefício de outrem, sem perceberem salário fixo ou por tarefa”. Nesses contextos, os autônomos e membros das famílias somavam juntos 63,20 %. Logo, representavam a maior parcela da mão-de-obra nas fazendas, que ajudava a sustentá-la, retirando dali seu próprio alimento.

As fazendas produziam seus próprios alimentos (fubá, farinha de mandioca, feijão, carne-seca e toucinho), adquirindo fora de seus domínios apenas ferro, sal, pólvora e chumbo. Pequena era, assim, a necessidade de numerário (...) para o pagamento de salários (FAORO, 1988, p. 190).

O único parente que restava a Ponciano era o primo Juca Azevedo. No interior, o Coronel possui autoridade sobre os agregados que dependiam das suas terras. Quando conheceu Juquinha Quintanilha, logo identificou as características que julgava positivas, como inocência, bajulação, submissão e reverência: “Simpatizei com ele, com seu modo cerimonioso de tratar as partes. Era coronel para lá, coronel para cá (...). Riso sem prevenção, de sujeito simplão” (CARVALHO, 1982, p. 19). Juquinha já se acomodara às convenções de classe, abdicava à própria vontade e se tornou o principal elemento de sustentação da fazenda. Ele era seu porta-voz e confirmava as suas versões tendenciosas. Quando o Coronel decidiu permanecer na cidade, ficaram bem claras as expectativas que tinha dos agregados. Estes deveriam assumir responsabilidades com tal presteza, sem lhe exigir qualquer compensação:

Ministrei ensinamentos e dei ordem a Saturnino Barba de Gato (...). Queria, na volta, encontrar o gado limpo, sem berne, sem bicheira. Que metesse obra nos currais, mudasse os caibros da casa (...). Outro feixe de incumbências deixei em poder de Antão Pereira (CARVALHO, 1982, p. 171).

As ordens unilaterais são consideradas “ensinamentos”, através do verbo “ministrar”, que reforça a idéia de superioridade intelectual, reafirmando que não fossem questionadas. Assim, o Coronel tornou Quintanilha responsável pela fazenda, nas suas ausências prolongadas, supondo que a propriedade deveria se auto-sustentar, contando apenas com a fidelidade dos agregados, como se residir ali fosse um privilégio tal, que eles lhe deviam todas essas obrigações mencionadas, sem salário. Ele esperava que a fazenda mantivesse rentabilidade suficiente para sustentar seus privilégios e gastos supérfluos na cidade. As recusas de Ponciano em dispensar qualquer esforço, mesmo mental, em relação ao campo, baseavam-se na “carta branca” que dera a Juquinha. Supondo que ele devia solucionar sozinho todos os problemas do campo, ele passa a ignorar seus apelos: “Nas primeiras vindas dele ao Hotel das Famílias ainda mostrei interesse numa coisa e noutra” (idem, p. 205). A impaciência de Ponciano sobre os assuntos do campo vai se acentuando até que um dia ele declarou que com o passar dos meses deixou de lado os fingimentos e não queria ao menos ouvir falar sobre isso. A forma como enfatiza a sua aversão ao trabalho rural mostra que ele considera o envolvimento direto com estas atividades uma demonstração de inferioridade social que não correspondia à posição econômica que exibia no meio urbano. Ponciano adotou um comportamento que pode ser associado à análise de Faoro (1988, 208-209) sobre o narrador de Machado de Assis: “Renda sem trabalho, com horror ao trabalho das mãos. Esta será a vida de Brás Cubas (...). O traço comum dessa legião de filhos e sobrinhos aquinhoados pela morte virá do horror ao trabalho; todos cultivam o bom e elegante ócio”. A herança que garante ao coronel uma vida sem esforço conota-lhe prestígio social e reforça a imagem supostamente superior perante os camponeses: “Um estilo senhorial (...) que repugna o contato do trabalho rotineiro” (idem, p. 225). Ponciano, sendo contemporâneo ao êxodo-rural, demonstra a sociedade considerava o distanciamento das funções do campo uma marca de prestígio.

Apenas o sumiço do galo Vermelhinho lhe deixou indignado e ele tornou às exigências. A perda do animal, símbolo da sua ostentação, representou o momento a partir do qual começou o seu declínio financeiro. Juquinha tentou justificar (CARVALHO, 1982, p. 215): “Deram buscas e rebuscas (...) afundaram carrascal adentro num espichado de vinte léguas. De noite, munido de tochas, o pessoal

vasculhou os ermos”. Após buscas vãs, Quintanilha adoeceu e Ponciano diz ter sido humanitário: “na cabeceira dele, em noites desdormidas, velei seu padecimento (...) governou com perícia e mestria chifre de boi e verde de pasto” (CARVALHO, 1982, p. 217). O Coronel reconheceu tardiamente a sua importância e revelou os seus cuidados com a fração que lhe cedera:

No bafo do meio dia, sol a pino, pisei o chão de minha herança (...) passei a *vista de dono* pelos pastos e benfeitorias, cada melhoramento mais avantajado que o outro. Mesmo as várzeas infestadas de vassourinhas (...) logo pegaram no trato de Quintanilha, viço de capim novo, capaz de aguentar, em meio alqueire, cascos de inúmeros gados (p. 68); Queria que eu vistoriasse uma obras de carapinagem, um celeiro de milho já no último prego. A contragosto fui espiar o melhoramento (idem, p. 70).

Na frente de Isabel Pimenta, Ponciano agira com desdém diante da produção das suas terras. Mas a mão-de-obra de Juquinha era imprescindível e ele lamentou: “De coração partido, vi o compadre deixar o mando currais (...). O próprio Dr. Pereira Nunes aconselhou Juquinha a mudar de ofício” (id., p. 217). O coronel explorou o seu trabalho com a suposta autonomia, que significava excesso de responsabilidades sem remuneração. Diante da perda de Quintanilha, devido a um conselho médico, ele reconheceu o merecimento na administração de suas terras nos “anos de trabalhadeira¹¹”. Depois disso, ainda ausentaram-se Tutu Militão e Antão Pereira.

Das bases de sustentação do Coronel, Francisquinha era a única personagem a quem jamais afrontava¹². Ele declarou que “Simeão deu todo o poder de mando a Francisquinha, negra de confiança, vinda dos tempos apagados do meu avô rapazola (...). A velha sabia dar ordem na cozinha, governar sala e saleta” (id., p. 07), justificando-se assim o seu prestígio dentro da fazenda e por que lhe era obediente. É possível levantar a hipótese de que ela tenha sido sua ama de leite, pois ele perdeu os pais “no gosto do primeiro leite”. Antes de partir para a cidade por longa data, ele declarou: “larguei a responsabilidade do Sobradinho no ombro dela” (id., p. 171). Nota-se uma grande similaridade entre o perfil de Francisquinha e a “negra de

¹¹ Uma vez que não é questionada a sua honestidade, os resultados permitem hipóteses de que Juquinha soube aproveitar a oportunidade de usar as terras do Coronel e possa ter retirado dali alguma produção, também em proveito próprio, pois conseguiu alcançar independência: “Comprou o compadre, com os guardados que ajuntou em anos dos meus currais e trabalhadeira, meio alqueire de mato (...). A chácara era de boa presença, possuía de água corrente, no beijo da estrada, o compadre montou varejo” (CARVALHO, 1982, p. 218)

¹² Desde menino, ele tentava comprar sua colaboração “Francisquinha ameaçava delatar o que eu fazia (...). Diz nada. Amanhã boto em seu pescoço prenda de ouro” (idem, p. 13).

Na tentativa de acalmar suas reclamações, ele a presenteou: “em definitivo cativei o favor dela (...) munido de uma santa toda dourada” (id., p. 185).

confiança” descrita por Graciliano Ramos, em *Pequena História da República*¹³, que fez uma síntese do período após a Proclamação, que ajuda a compreender as funções que as ex-escravas e descendentes representavam nas fazendas:

A negra velha, antiga mucama e ama-de-leite dos filhos de Iaiá, não pode afastar-se. Até então recebera ordens e obedecera, porque tinha se habituado a ouvir os gritos (...). No fim de maio a preta velha aguentou mal a irritação dos patrões (...). Arrumou a trouxa e ganhou o mundo (...). as plantações murchas, bambas, arriadas; a fazenda quase deserta. A autoridade soberba do patriarca encolhera. Tudo encolhera – e nesse encolhimento, nessa conformação, os ombros caíam resignados, os braços moles se cruzavam, os olhos espíavam no fogo as panelas escassas. Pobreza, devastação, indícios de miséria. Desalento, rugas e cabelos grisalhos (RAMOS, 2009, p. 144).

Graciliano descreve em detalhes o declínio da fazenda, nos setores da lavoura e da cozinha. Em **O coronel e o lobisomem** há dependência total de Ponciano em relação à Francisquinha. Ele lhe alimenta, administra o Sobradinho, acalma seus medos, cuida de sua saúde, etc. Com a partida dela para a fazenda de Caetano de Melo, também iriam outros trabalhadores: a “miuçalha do Sobradinho”, as “negrinhas” e Nazaré, que se casou com Nicanor do Espírito Santo. Há como supor que faltava à grande maioria dos ex-escravos e seus familiares a capacidade de abandonar a condição de subordinados a algum coronel que mostrasse melhor desempenho econômico e pudesse assimilar a força do trabalho do vizinho em declínio. Ponciano, que sempre temia o inverno no campo, não permaneceu nele para assistir esse processo, que representava o fim da mão-de-obra estabelecida pelo sistema de dependência herdado do avô Simeão.

Ponciano abandonou o campo e isso acabou desmotivando os agregados, que se retiraram gradativamente, embora condicionados a aquele sistema, em troca de alimento e moradia. Ele não trabalhava, mas sua presença não era indispensável. Com o discurso, ele os mantinha envolvidos em seus interesses, motivados às demonstrações de coragem que entrassem para o rol de aventuras narradas com exagero pelo coronel. O imaginário era importante no meio rural, onde chamar de covarde equivalia a lançar um desafio, sem que os camponeses se importassem de arriscarem em seu favor.

No meio rural, as histórias de assombrações se integravam aos discursos de reafirmação do direito natural à propriedade. No Sobradinho, o Coronel dissemina comentários sobre aparições de parentes mortos, como da Prima Sinhá, cuja tosse era ouvida no oratório: “Depressinha o acontecido pulou o muro e a vizinhança ficou

¹³ Texto escrito em 1940, período de vigência do coronelismo no Brasil, possibilita uma abordagem dos fatos de forma mais recente, anteriores ao declínio do sistema, mas que o autor já destacara com ênfase a grande importância que o trabalho de ex-escravas representava nas fazendas. (In: **Alexandre e outros heróis**, 2006).

sabedora de que Sinhá aparecia no oratório dos Azeredos Furtados da Rua da Jaca. Agregado nenhum, a par da penitência, teve mais ânimo de perambular pelos corredores passada a ave Maria” (CARVALHO, 1982, p. 06). O fantasma do avô Simeão na sala do Sobradinho, mesmo se tratando de uma imagem formada por um tecido e um par de botinas com esporas, na noite escura, gera boatos, que são espalhados entre os camponeses supersticiosos, pelos quais estes casos eram facilmente aceitos, pois eram credices compartilhadas. No ponto de vista do proprietário, era como se os antepassados ainda continuassem ali, a proteger os bens materiais, mesmo depois da morte. O ambiente da fazenda criava um clima propício para essas histórias, que haviam se naturalizado nestes espaços sociais. Os relatos tradicionais de assombrações geralmente se relacionam às posses e habitam os casarões, onde ainda vigiaria a alma do antigo proprietário. As histórias assumem uma função formadora no imaginário da comunidade que passa a identificar as terras com os donos. Ponciano apresenta-se como o único capacitado para lidar com estes fenômenos que por ser descendente ganha importância o seu grau de parentesco com os fantasmas. Esse mecanismo ajuda a assegurar a ideia de que a propriedade era intrínseca à sua descendência familiar. No meio rural, o hábito de contar histórias ocupava grande espaço e elas tinham significado no imaginário coletivo. Com os meios de comunicação e atrativos, o hábito de contar histórias perdeu a funcionalidade antes no meio urbano do que no campo. Estas são marcas de um fenômeno já percebido por Walter Benjamin (1985), quando reflete sobre a falência da habilidade de narrar na sociedade moderna.

As relações sociais que garantiam trabalhadores subordinados aos interesses do coronel não se baseavam apenas no discurso simplesmente, mas na propriedade, onde o dono tinha poder irrestrito de mandar e inventar sem que ninguém lhe ousasse duvidar. Ao invés do campo relacionar-se à agricultura e à pecuária, como seria o normal, para o Coronel, ele representa os aspectos míticos da tradição e os mistérios criados nos “pios de coruja e asas de caburés”, como se o local fosse testemunha das façanhas de seus antepassados. Caso fossem podados todos os exageros, nos espaços rurais, o livro resumir-se-ia apenas a algumas caçadas, brigas de galo e tiros desnecessários em algum pássaro pousado para impressionar os humildes.

Na cidade, o Coronel se deixa seduzir pelos prazeres, o ócio e a ostentação. Logo, é possível relacioná-lo às considerações de Raymundo Faoro (1988, p. 290) sobre Custódio, de **Esau e Jacó**: “nascer com a vocação da riqueza, sem vocação ao trabalho, tinha o instinto das elegâncias, o amor do supérfluo, (...) das belas damas, dos tapetes

finos, dos móveis raros”. Ponciano era avesso ao trabalho, não sabia administrar, rejeita aos assuntos de campo, em diversas situações: “a uns boiadeiros que vieram tirar perguntas comigo a respeito de rês e replantio de pasto. Saí com duas pedras na mão: quero lá saber disso, de rotina de curral” (CARVALHO, 1982, p.110). Dessa forma esconde a sua ignorância e a falta de habilidade do manejo da terra que, somados à sua soberba, a arrogância e a preguiça que o tornariam dependente dos outros também na cidade. Ele não admite afastar do círculo social urbano e age para reafirma o seu prestígio nesse meio. Descontente com as compras ponderadas de João Fonseca, o Coronel empregou Fontainha, funcionário do Banco da Província e montou um escritório só com o objetivo de ostentar uma posição social elevada, “da sacada via o povinho passar (...). E era assim de lorde que eu recebia as partes, manobrava os postulantes (...). Quem quisesse falar comigo devia antes passar pelo coador do magricela” (idem, p. 199). O escritório serve apenas para exibir superioridade. O que permite reforçar relações com as análises de Faoro e os personagens de Machado de Assis: “Não será com o escritório, com as causas e o foro, que se alçarão as alturas (...) este caminho calça-se de outras pedras, o casamento rico, o favorecimento e a proteção política” (1988, p. 299). Dessa forma, o Coronel não conquista espaço político nem econômico. O seu prestígio passou a depender apenas das vantagens financeiras que poderia fornecer, com aparências superficiais, que passaram a ser vistas como “caricatas”. Raymundo Faoro (1997, 622, vol. II) declara que “Caricaturas eram os coronéis da realidade, submisso à superficialidade do roteiro herdado, no qual se tornava fácil dominar”. As tendências iniciais de Ponciano à caricatura representam a forma mecânica como essas lideranças eram determinadas na sociedade. O narrador se distingue justamente pela dificuldade de integrar-se a esse roteiro herdado pela tradição. O paradoxo está nesse mesmo Coronel que parecia “poderoso”, junto a seus agregados, era outro reduto fácil de manipular por aqueles do meio urbano, cuja ambição era mais objetiva, pois visavam apenas o lucro imediato.

Ponciano não se casou e se deixava dominar por Esmeraldina, mas tentava demonstrar o contrário: “Estando eu em tais alturas, de dama quase submetida, não tinha cabimento perder sábado ou domingo em terra de boi” (CARVALHO, 1982, p. 206). Na sua concepção, o sentimento amoroso relaciona-se à submissão. Enquanto processos judiciais eram abertos contra ele, em favor do marido e do primo, ela desviava a sua atenção do assunto: “A conversa da mesa recaiu em desavenças e demandas da Justiça. Vez por outra, Dona Esmeraldina puxava o relato do pasto — se o

coronel tinha onça nova em mira” (CARVALHO, 1982, p. 113). Assim, o Coronel torna-se vítima das próprias histórias que utilizava para distrair os agregados.

Ponciano tentou não transparecer o abalo provocado pela perda das terras e minimizar o valor de sua propriedade: “em beco sem saída, torrei na pressa de agoniado a herança Mata-Cavalo. Vendi tudo em transação de porteira fechada, sem direito nem de retirar louças e armários. Confesso que não tive grande dó de perda (idem, p. 267). A uma contradição do narrador, pois disse “não tive grande dó da perda”, mas confessa que vendeu “agoniado” e perdeu até “louças” e “armários” que representavam a tradição familiar. A sua defesa é o desdém debochando dos compradores que falavam em cultivar cana. O narrador insistia que ainda era o coronel, mas estava perdendo a principal base de sustentação de sua autoridade. Ele continuou acreditando que o seu prestígio ainda era evidente e que, apenas mudou de ramo, com a falsa imagem de bem sucedido. Sem as posses, virou-lhe às costas o grupo político de Nogueira, que antes proferia discursos lhe exaltando.

Ponciano se revoltou e fazia acusações, mas o trem tornou-se o único lugar onde pessoas ouviam os seus discursos, criticando políticos e responsabilizando o governo por falências de proprietários: “apontei a carcaça do engenho que passava, encabulada, pela janela do trem” (id., p. 292). O narrador declarou que agia assim “de estação em estação (...) de ódio solto, charuto devastador no dente” (id., p. 293). Os transportes coletivos, como meio de convivência, são apontados por Raymundo Faoro (1988, p. 61): “o convívio de todas as classes quem o provocará é o bonde (...) obrigando ao contato de todas as classes sociais”. Esse fato pode ser associado ao Coronel que, neste tipo de veículo, os demais eram obrigados a ouvi-lo. Ele agrediu um “embonecadinho” que “resmungou embargo contra a fumarada do Flor de Ouro” (CARVALHO, 1982, p. 293). Esta é uma demonstração das mudanças nas normas da sociedade, pois ele estava habituado a “infestar os recintos do Foro” sem que ninguém ousasse protestar. O seu autoritarismo não encontrou efeito em público disperso, pois ninguém dependia dele, mas ao contrário, a sua imagem ameaçadora até causava risos: “Da janela, cara de fora, barba ao vento, eu devia ser a figuração de satanás” (idem, p. 293). Expostas as fraquezas e a ineficiência das práticas dos coronéis, a perda da influência desse tipo social já foi satirizada por inúmeras séries, telenovelas, livros e até programas infantis. A narrativa de Ponciano, mesmo tentando reafirmar o coronelismo, incorpora a sua negação, pois acaba desestruturando todas as suas bases.

3.2 As bases da repressão em *Sargento Getúlio*

A análise de **Sargento Getúlio**, em busca de representações de como o autoritarismo se sustentava, leva a atos de violência tão brutais, que esse sistema arbitrário é caracterizado como repressão. Com tais práticas, eram negados os direitos humanos e individuais, reprimindo tendências ideológicas, opiniões, participação da mulher na política e a liberdade de expressão. A partir desses pressupostos buscam-se as origens destas práticas no contexto histórico imediato, anterior e posterior, à criação da obra através de hábitos que se instauraram socialmente. Um sargento que estabelece relações com sujeitos das instituições públicas, envolvidos com a segurança do Estado, mostrando sórdidas estratégias políticas de domínio e manipulação eleitoral.

A relação do texto literário com fatos reais, em **Sargento Getúlio**, encontra marcadores temporais específicos, que remetem ao início da década de 1950. Entre os personagens históricos, que ajudam a compor o cenário social, são mencionados: Cristiano Machado do PSD (Partido Social Democrático), que segundo José H. Dacanal (1980, p. 20), concorreu com Getúlio Vargas do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o brigadeiro Eduardo Gomes da UDN (União Democrática Nacional). Dacanal concluiu que **Sargento Getúlio** demonstra certos vícios políticos da época, pois na realidade ocorreu o apoio formal do PSD a Cristiano, mas que na realidade apoiava Getúlio Vargas. Um fenômeno político que não foi compreendido pelo sargento-narrador. Isso demonstrou o carisma pessoal do presidente eleito e a sua capacidade de comando sobre a clientela política, segundo Simon Schwartzman (2007, p. 89), que confirma que o rompimento da aliança PSD-PDT não havia sido aprovado pelas lideranças do PSD. Por isso, a tentativa de lançar o candidato para concorrer com Getúlio Vargas não recebeu apoio da maior parte dos integrantes do próprio partido.

O apoio incondicional do narrador ao PSD e a insistência em que as ações desencadeadas sejam concebidas como autênticas se opõem às posições políticas assumidas pelos líderes. Ele demonstra uma consciência ética superior a dos políticos, que não aceitam que o cumprimento da sua missão seja exposto em Aracaju. Estas práticas entram em choque com as convicções do Sargento, que passa a exigir a transparência dos atos e não admite ceder em seus princípios só porque as tendências eleitorais mudaram. Ao contrário de muitos líderes, Getúlio demonstra um senso de

responsabilidade sobre a missão, que se torna uma ideia fixa. Já acostumado com práticas violentas, ele possui confiança plena da legitimidade da tarefa que cumpria, num contexto histórico no qual se praticava a obediência irrestrita às ordens de superiores. Getúlio assume apenas a incumbência, sem questionar a capacidade de decisão que, supostamente cabia apenas ao líder. O narrador demonstra qualidades como: a persistência, determinação, lealdade, posições ideológicas autênticas, etc., revelando atitudes éticas que faltam a alguns políticos.

Sargento Getúlio foi primeiramente publicado em 1971, apresenta uma narrativa ambientada na década de cinquenta, e o narrador rememora fatos dos anos trinta. A alusão aos contextos históricos em que os governos de Vargas foram dominantes pode ser um artifício para questionar também a ditadura do momento da sua escrita. Ao longo destas décadas, continuaram a ocorrer prisões políticas, portanto se supõem que há críticas indiretas a todos esses governos autoritários. A tese de Maria G. Antunes (2007, p. 107), que analisa os processos de tradução para o inglês, defende a relação indireta da narrativa com os fatos contemporâneos aos da escrita. Segundo ela, havia preferência do público-leitor profissional pelos romances relacionados ao momento político vivido na época, que denomina de história “factual” do povo brasileiro, favorecendo a sua publicação nos Estados Unidos. A autora expõe que, no ano de 1971, quando o livro foi lançado no Brasil, o povo testemunhava à prisão do deputado Rubens Paiva, a primeira sentença de morte concedida pela justiça desde a implantação da República, a morte do jovem membro do Partido Comunista Brasileiro: Teodomiro Ribeiro dos Santos e à caçada e morte de Carlos Lamarca. Embora seja obra de ficção, **Sargento Getúlio** associa-se às práticas de prisões e torturas políticas nos períodos repressivos. A narrativa possui essa ambivalência temporal: as críticas ao regime da década de trinta, quarenta e cinquenta, encontrariam eco na realidade social dos anos seguintes. Dessa forma, aborda-se o autoritarismo como um fenômeno prolongado, empregado em diferentes momentos históricos, com níveis variáveis de opressão e violência ao longo do tempo, sem um fim específico para as suas práticas.

O narrador integra uma base de repressão, que utiliza um discurso impositivo, com alto teor de injunções, e em tom de verdade absoluta que visa predizer como os outros devem, ou não agir. Dessa forma, ele ajuda a negar o direito à cidadania a uma parcela expressiva da população, excluída por razões de origem ou simpatia ideológica. O Sargento se identifica com aqueles que assumem a voz do povo e suprimem suas opiniões e manifestações populares. A censura, segundo Candido (1993), surge no

campo da linguagem como um elemento autoritário que sustenta outras formas de opressão: a fala autoritária acompanhada de constantes intimidações, críticas, ameaças, agressões verbais e físicas, prisões e até execuções para impor sua ideologia partidária.

A divisão social é outro fator que pode favorecer a manutenção do poder por quem já está nele. Embora companheiros de profissão, com os falsos conceitos sobre ideologias partidárias, sargento e tenente se enfrentam para dar estabilidade ao sistema. O conflito na fazenda de Nestor demonstra a gravidade destas diferenças, que levam policiais a se enfrentarem por interesses de terceiros. O fazendeiro gritou ao tenente na porteira: “o senhor é do governo da Bahia?” (RIBEIRO, 1980, p. 80). Embora a posição hierárquica superior dentro da Brigada, a autoridade do tenente depende da sua filiação política. As personagens demonstram separação radical, dentro da mesma comunidade, de forma que governo e corporação policial passam a estar subordinados a determinada corrente partidária para que sejam reconhecidos como legítimos. Assim eles demonstraram que não reconhecem os princípios democráticos. O fazendeiro respondeu com desdém: “Meu mesmo não, disse Nestor (...) e deu um bufa (...). Bom, eu sou do governo que interessa” (idem, p. 80). Entende-se como “governo que interesse” como aquele que está em vigor, mas a sua desqualificação ocorre devido à corrente ideológica com a qual não se identificam. Isso é suficiente para enfrentarem o batalhão policial. Eles recusam-se a entregar o prisioneiro, o tenente chama o Sargento “corno” e “desertor”. Assim, inicia um tiroteio, em que o oficial é degolado. Embora seja determinante para iniciar o conflito, o fazendeiro não sofreria nenhuma consequência. Isso mostra que as vítimas desses conflitos políticos são os mais humildes.

Enquanto Acrísio toma decisões e solicita trabalhos, supostamente de interesse público, o Sargento acata de forma irrestrita e ainda exagera na violência. Estas ações são totalmente dissociadas dos direitos humanos e individuais mais básicos. Getúlio incorpora um sujeito que não admite argumentações que não estejam vinculadas às suas lideranças políticas, negando ao acusado, todos os direitos, inclusive à opinião e à defesa. Tudo pela rede de conveniências que atua manipulando articuladamente os cidadãos, inclusive dele, para reprimir outros semelhantes, só por simpatizarem com correntes ideológicas consideradas condenáveis, como o comunismo.

Getúlio declara oposição aos Integralistas, mas na prática serve aos mesmos interesses, sem reconhecer essas afinidades, nas quais o anticomunismo era a base comum. Esse foi o pretexto para que lhes atribuíssem a culpa pela queima do jornal comunista, embora tenha sido praticada pelo Sargento e comparsas. Acrísio antecipa

uma forma de abster-se de qualquer responsabilidade e ordenou: “Seu Getúlio (...). Me traga essa gente toda (...) estava assim de integralista ah porque não foi eu (...) depois o chefe botou no outro jornal que os integralistas era que tinha queimado” (RIBEIRO, 1980, p. 35). A narrativa sugere que integralistas nem sabiam do evento, mas levavam facilmente a culpa, devido à oposição aos comunistas: como se tratava de um grupo disperso, sem ligação direta ao governo, subentende-se que ninguém em específico ficou responsabilizado pelo crime contra o jornal. O Integralismo, segundo a **Revista de História da Biblioteca Nacional** (2010, p. 35) possuía muitos atos escusos:

A “democracia” pregada pelos integralistas era bastante curiosa: somente os cristãos e anticomunistas poderiam ter liberdade. Socialistas, comunistas e os demais adversários eram tratados como inimigos da democracia e, portanto, deveriam ser proibidos, censurados e perseguidos.

Nota-se a afinidade do pensamento de Getúlio com estas opiniões que são assimiladas, mesmo sem perceber, como legítimas para a prosperidade da nação. O narrador apresenta contradições sobre as posições políticas dentro da sociedade. Ele confunde Udenistas com comunistas e declara-se oposição aos Integralistas, mesmo com os mesmos pontos de vista. Segundo uma matéria da **Revista de História da Biblioteca Nacional** (p. 18), o integralismo começou a se formar a partir das ideias de Plínio Salgado, que partem do princípio que “o homem está subordinado ao Estado como parte deste”. As suas palavras-chaves são “Pátria”, “Raça” e “chefe-nacional”. Ainda o integralismo defendia ideias como de pôr em prática “políticas de miscigenação” e de “homogeneização cultural”.

Segundo a **Revista**, o integralismo conseguiu forte adesão na década de trinta e foi mais um elemento em combate a movimentos populares. Getúlio orgulha-se de ter reprimido manifestações, como a Coluna Prestes, que era tachada como iniciativa de comunistas: “Luiz Carlos prestes. Faziam mítingue na Praça Pinheiro Machado (...). Eles lá muito monarcas no distúrbio e nós destaboaquemos pela Praça Fausto Cardoso e casquemos a lenha” (RIBEIRO, 1980, p. 35). Com isso, reforça a sua inclinação para relacionar movimentos populares à desordem social, aos quais há necessidade de reprimir. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, a “reconquista da democracia” representou o surgimento de barreiras ao poder do Estado, devido à possibilidade de manifestações e resistências. Baseado nestes pressupostos, Getúlio demonstra um conceito equivocado sobre ordem social: “Me deu vontade de falar alto, e esse prefeito da pustema não calça essa rua não, siô, e que meleca de cidade mais esbodegada essa, siô (...). Mas em missão não se pode fazer arruaça” (idem, p. 49). O ato de participar em qualquer movimento de

reivindicação ou protesto torna-se inconveniente e passa a ser sinônimo de desordem social. Os termos “não se pode fazer arruaça” tornam-se irônicas, depois do narrador degolar o tenente, durante um tiroteio com policiais, que são expulsos no final. Conclui-se que a organização social pretendida refere-se unicamente a manter o monopólio da violência pelo seu grupo político na luta pelo controle do Estado.

O anticomunismo era cultivado pelos Integralistas, por isto contou com muitas adesões com o coronelismo já em declínio. O poder, antes era centralizado em forças rurais, começava a tornar-se representado por uma maioria urbana. Desse modo, não foi difícil disseminar o medo de uma invasão soviética, principalmente entre os proprietários de terras, dos quais conquistaram simpatias, mesmo os que não sabiam da existência do movimento, havia quem simpatizasse com seus princípios. Segundo a revista (p. 37), o Integralismo favoreceu inclusive o golpe de 64, criou restrições à organização dos trabalhadores, na constituição de 1946, subordinando os sindicatos ao Estado. Além disso, conseguiram a afirmação de uma democracia excludente, inclusive impedindo certos partidos de concorrerem, desde que fossem taxados de exóticos, marginais ou com tendências comunistas.

Entre as afinidades do Sargento Getúlio com os Integralistas, pode-se citar o fato que ele demonstra constantemente rejeição às diferenças culturais com os povos que viviam em torno de seu restrito reduto: “Buquim é Brasil? Porto da folha é Brasil, com aqueles alemães falando arrastado? Aracaju não é Brasil. Socorro não é Brasil, é? A Bahia não é Brasil. Baiano fala cantando” (RIBEIRO, 1980, p. 31). O narrador considera qualquer diferença sempre como exótica ou defeituosa: “Preto ruim, baiano. Preto e baiano não dá certo” (idem, p. 36). O narrador, inclusive mostra ser racista, e demonstra preconceitos que impregnam todo o discurso que, neste caso, são expressos de maneira hiperbólica: “Todo o paraibano é coveiro” (id., p. 38). Esta afirmativa generalizadora sugere a inferioridade, segundo a sua ótica, daquele povo: “profissão miserável”. Getúlio demonstra preconceitos também com as famílias, subordinando o prestígio à origem, de forma que o sobrenome invariavelmente determina os sujeitos: “Peixoto é macho. Isso os antigos sabem (...). Vieira é que é nome ruim” (id., p. 37). A partir da ideia de que o carisma é um atributo herdado, esse tipo de discriminação é próprio do fechamento cultural defendido pelos integralistas, pois as diferenças culturais, as influências estrangeiras, eram sempre uma ameaça à ordem da nação. Segundo a revista citada, até mesmo a segregação racial chegou a ser admirada por

integrantes. Mas, depois identificadas tendências fascistas pelos grupos contrários, eles atraíram negros visando reduzir essa impressão causada na década de trinta.

Há outras opiniões fixas que Sargento possui em comum com os Integralistas, como as tendências antidemocráticas, a defesa pelas restrições aos partidos, os preconceitos raciais, as restrições às mulheres e um conjunto de princípios conservadores que visam à manutenção do autoritarismo. A sua confusão começa pelo nome: “integralistas”. Assim, ele forma, sem saber, uma construção irônica. Segundo a **Revista de História da Biblioteca Nacional**, existiam membros dos integralistas que se disfarçavam na sociedade para identificar comunistas. De certa forma, eram espiões e tinham a função de: entrega lista de simpatizantes do comunismo para estes serem cerceadas pelos donos do poder. Em alguns casos, inclusive com apoio de autoridades responsáveis por resguardar essa tal ordem pública. O Sargento não percebe que os interesses aos quais serve possuem articulações com os diferentes grupos, mesmo com partidos concorrentes. O narrador entra num embate com o próprio Estado quando este é dirigido por um partido contrário, cujos integrantes lhe representam inimigos da nação a serem combatidos e, se possível, exterminados.

Já que as noções políticas são moldadas pelas elites, as convenções geralmente adquirem funcionalidade política, tendo servido para justificar a exploração, domínio dos subordinados, reprimindo movimentos de reivindicação populares e ideologias que ameacem desestabilizar o sistema político, em defesa de interesses particulares, desvinculadas dos interesses do povo. **Sargento Getúlio** está inserido numa época em que ainda não existiam concursos. As nomeações ocorriam por indicações de políticos. Estas modalidades de ingresso no serviço público provavelmente criavam vínculo de obrigação entre nomeado e aquele que o indicava. Por isso, o sujeito tendia a se tornar servidor do governante ao invés do Estado, pois ficava devendo favor a um político. Dessa forma, os partidos passavam a dispor de funcionários públicos que lhes apoiassem. Até mesmo a própria polícia podia reprimir os cidadãos, conforme Antonio Candido (1993, p. 205-206) descreve como representantes do próprio Estado podem ser usados para reprimir, através de sujeitos como o Sargento. As noções confusas de Estado, que trazem dificuldades da inclusão social, facilitam esse tipo de manipulação. O próprio João U. Ribeiro (1998, p. 29), na introdução já aborda o fato de que a palavra “Estado” vem tendo utilização confusa para os brasileiros, sendo comum que as pessoas usem como sinônimo: Estado, nação, país.

O Sargento, perseguido pelo próprio sistema, também incorpora um sentimento de oposição em que passa admirar personagens da Guerra de Canudos e os Cangaceiros, também cita Lampião, usado contra a Coluna Prestes, pelo governo. Paulo Sérgio Pinheiro (1991, p. 45) menciona governos que não conseguiram assegurar o controle da violência que eles próprios provocaram. Esta é uma circunstância associável ao caso de Acrísio Nunes em relação a Getúlio, que se torna um policial militarizado, mais combativo, vingador do que agente de segurança. Os personagens rebeldes preenchem seu imaginário durante o tempo angustiante de espera enquanto esteve sitiado: “fiquei sentado vinte e duas horas, cinquenta e oito horas” (RIBEIRO, 1980, p. 129). Apenas no final, o Sargento demonstrou vaga consciência da realidade: “a gente pensa que o mundo para. Mas não para nada, se sabe. Tem uma porção de gente se mexendo, e eu aqui no meio, parado” (idem, p. 125). Ele, que levava o preso, é que era também conduzido, pois precisava ser calado, em nome da segurança dos poderosos. Mesmo predizendo uma sentença antecipada para ele, Getúlio não o mata, como se percebesse que ambos representam sujeitos de mesma sequência de elementos que precisam ter a atuação social anulada. A estrutura do livro dá voz a um policial que precisa ser exemplarmente castigado pela lei devido aos seus preceitos desumanos. No entanto, a sua sobrevivência torna-se contraditoriamente necessária, pois representava a única ameaça contra esse sistema corrupto. Apenas enquanto o Sargento vivia o sistema político estava em xeque, pois ele ameaçava a desmascarar as bases políticas de domínio sobre o povo expondo o preso em público.

3.3 A Naturalização da violência

Em **O Coronel e o Lobisomem** e em **Sargento Getúlio** observam-se excentricidades no caráter, na linguagem, nas ideias fixas e nas histórias narradas. Os protagonistas consideram essa característica normal, pois relacionam o prestígio ao carisma, que consideravam um traço determinante da superioridade social, e partiam do princípio que assim ostentavam personalidades fortes e demonstravam firmeza de caráter. O ser excêntrico, sem que isto lhes cause nenhuma estranheza, com exagero de algumas atitudes, já contém uma sátira, em linguagens inusitadas, que podem ironizar opiniões pessoais baseadas em ideias únicas e totalitárias de ordem social.

As formas inusitadas permitem que nos textos literários possa se questionar processos históricos. A partir de Bakhtin, em **Problemas da Poética de Dostoievski** (2002, p. 114), pode-se encontrar ideias que ajudem a explicar estas excentricidades: “A memória da literatura permite que esta retenha uma história, que não obedece talvez às mesmas regras que a história do mundo, mas que tira de um imobilismo redutor”. Dessa forma, é possível fazer reflexões sobre quais conceitos fixos, mantidos como se fossem verdades absolutas, e visões unitárias de narrativa histórica que são colocadas em xeque. Segundo Bakhtin (1981, p. 94), nas “fantasias mais audaciosas e descomedidas” e “situações extraordinárias” há fins filosóficos por elas motivados. Os fatos fantásticos narrados, com a aproximação do desfecho de cada obra, satirizam os sistemas autoritários. Os relatos do Coronel, que ele próprio resiste em acreditar, e do Sargento, com o “naturalismo de submundo extremado e grosseiro”, possuem função ideológica, de questionamento da opinião e da verdade.

Os relatos e comportamentos extravagantes, como traços de autenticidade, são concebidos pelos camponeses subservientes como positivos do caráter do líder carismático. Hidelbrando Dacanal classificou **O coronel e o lobisomem** como literatura regional fantástica. Realmente, há fatos incríveis narrados com naturalidade. Porém, o caráter de “invencioneiro” de Ponciano leva a questionar a própria narratividade de uma história. Ele se apoia em clichês, jargões sociais e credices que eram acatados pelos camponeses. O uso constante destes termos por Ponciano pode ser relacionados às reflexões de Theodor Adorno (1986) sobre estes elementos de linguagem, pois eles visam proteger quem os utiliza ao emitir opiniões e pareceres sobre o que não conhece. Diferentemente de **Sargento Getúlio**, no qual o narrador realmente acredita nos ditados e jargões como “verdades absolutas” consagradas pela sabedoria coletiva. Uma análise dos delírios e racionalizações do Coronel leva à reflexões entre o ilusório e o real, em face da desconfiança na imparcialidade do narrador. De acordo com a perspectiva de Adorno (2003, p. 57), o romance contemporâneo “precisa renunciar a sua pretensão de realista” para demonstrar aquilo que não é possível dar conta por meio do relato. Assim, ele declara que a “própria alienação torna-se um meio estético para o romance” (idem, p. 56). Portanto, a veracidade do que Ponciano narra torna-se menos relevante que sua condição enquanto narrador. Embora tanto o Ponciano quanto Getúlio possua características próprias, em ambos os casos trata-se de falas apelativas sem

questionamento da racionalidade, como se toda a cultura já estivesse preformada¹⁴, impossibilitando debates sobre democracia e autoridade.

A pretensão de superioridade e a petulância do Coronel permitem relacioná-lo à figura do “homem ridículo”, característica que Bakhtin identificou nas personagens de Dostoievski, devido a sua constante necessidade de exaltar as suas próprias qualidades. Assim não o pareceria se não fosse tamanha insistência: “o homem é o único a conhecer a verdade e por isso os demais zombam dele como um louco (...) portador da verdade, em relação às outras pessoas que consideram a verdade uma loucura ou bobagem” (1981, p. 130). A autoconfiança, a soberba e valentia ostentadas é que o tornam ridículo. Em contraponto às suas certezas, com tanta veemência impostas pela posição econômica, demonstra as suas contradições, à medida que sucumbe às próprias fraquezas. Enquanto tenta reafirmar sua força e desconstrói o tipo social do Coronel. Ponciano demonstra muitas incoerências entre o que conscientemente declara e o que é possível deduzir a partir das consequências das suas ações.

Há ironias que compõem O coronel e o lobisomem a partir das suas contradições. A principal delas refere-se à coragem que ostenta e a covardia que revela. Ele diz que é um grande conquistador, porém está sempre solitário. Também, gaba-se de grande conhecimento jurídico, entretanto ele sucumbiu às hipotecas, golpes de sócios e ações de funcionários; declara-se um militar, mas é civil. O Coronel procura mostrar lucidez, reprimindo relatos sobrenaturais dos outros, entretanto é o mais supersticioso e o primeiro que fica com medo por causa do escuro ou até de pios de corujas. A própria valentia é reafirmada de forma redundante e, com frequência, ele tenta assustar os outros, mas leva um tremendo susto diante do suposto o fantasma do Simeão, mesmo sendo apenas um tecido: “Não trago medo, e o povo dos pastos, por léguas e léguas, sabe do meu proceder. Mas digo que senti uma pontada no espinhaço como em noite que fui picado de jararaca (...). Fiquei sem tirar o olho do meu avô presente em forma de renda” (CARVALHO, 1982, p. 40). Há uma preterição ironicamente apresentada e o medo do narrador é tão evidente que perdeu a fala: “a voz deste coronel respeitou a presença do velho, pelo que saiu fraca (...). Eu só sabia manobrar assombração de fora. Diante de visagem da família eu ficava de pé amarrado, sem força de dizer meia-dúzia de desaforos” (idem, p. 41). A sua principal preocupação era com as opiniões ao seu

¹⁴ Fragmento retirado do texto de apresentação do grupo de pesquisa ÍCARO, que permite explicar as peculiaridades destes narradores, relacionando-os às reflexões de Theodor Adorno (1982). Disponível em: <<http://icaro.ufpel.edu.br/arquivos/icaro.pdf>>. Acesso em 25.02.2013.

respeito e tenta se justificar. A recorrência a estas histórias e atitudes revela como estas crenças estavam naturalizadas no meio rural.

Já Sargento Getúlio sustenta as afirmações de coragem: “E não tenho medo de alma, não tenho medo de papa-figo, não tenho medo de lobisomem, não tenho medo de escuridão, não tenho medo do inferno, não tenho medo de zorra de peste nenhuma” (RIBEIRO, 1980, p. 90). Isso se comprova na forma como enfrenta o cerco e, nas últimas horas, continua entoando cantigas e contando histórias, mesmo perante a morte iminente. As contradições deste personagem devem-se aos fatores ideológicos e éticos. A sua personalidade entra fatalmente em choque com o meio exterior. Há contrastes agudos à medida que o Sargento afirma a responsabilidade em concluir totalmente a sua missão. As suas convicções, embora distorcidas, fazem dele um bandido nobre que incorpora elementos de uma utopia social absurda que visa recuperar um sistema social arcaico sob o ponto de vista democrático. Getúlio leva às últimas consequências o seu princípio pessoal. Maria Raimunda Gomes (2007, p. 62) diz que a não desistência da missão, é uma forma de “provar apara Antunes que é um homem de honra, sendo é o seu cumprimento a derradeira verdade”. Mas é possível concluir que decide agir de acordo com as próprias convicções a sua visão de ética, opondo-se ao fato de políticos não assumirem os próprios atos; também à provável impunidade do preso e ao fato que a sua prisão e a sua liberdade serem determinadas por acordos partidários.

Sargento Getúlio trata da violência com extrema naturalidade desde a primeira página. A sua condição de matador, ele chama de “Trabalheira ordinária” (RIBEIRO, 1980, p. 27). Nesses contextos sociais, o ser violento justifica-se como produto inevitável do meio. Getúlio conta que matou “uns três infelizes” tenta amenizar atribuindo as mortes ao destino: “Inda xinguei por me fazer caçar pelessas catingas (...) correndo contra o destino. A hora de cada é a hora de cada um.” (idem, p. 27). O comentário é irônico, pois o que chama de “hora de cada um” foi determinado por ele mesmo, que o assassinou. Ele tenta justificar que o “segundo cabruquento (...) já estava mordido de barbeiro mesmo” (id., p. 27). Deve-se considerar também que a picada do barbeiro em si não trás consequência, a não ser que o inseto esteja infectado. Além disso, a Doença de Chagas leva muitos anos a se manifestar e não é fatal a curto e médio prazo. Segundo Antonio Candido (1993, p. 205), os sujeitos autoritários “pregam o reconhecimento do fato consumado”. Diante do qual já não cabem discussões, pois a realidade já se impôs.

As suposições sobre da necessidade de conflito, para equilíbrio dos meios sociais, como uma característica imanente do próprio mundo, surge na alusão à reza católica *Salve, Rainha*¹⁵: “A morte apressa-se. É um alívio. Este *válio de lágrima*, esta merda. Defunto é que nem praga de abobra, nesta terra” (RIBEIRO, 1980, grifo meu, p. 52). A violência parece a única alternativa viável para o sujeito situar-se na sociedade. Getúlio concebe a violência como um dado da natureza, em sua filosofia grotesca. A admiração da Virgem Maria pelo Sargento, concebida como advogada que faz o intermédio das relações humanas com Deus pode ser relacionada com os sistemas políticos vigentes. Já que nestes havia intermediários entre as classes populares e o governo central, isolado da população, com a qual se articulava indiretamente através de lideranças regionais.

As execuções são tidas como indispensáveis à rotina de trabalho: “A primeira é mais difícil, mas depois a gente aprende a não olhar a cara para não empatar a obra. De perto não é bom. Se agarram na gente, puxam a túnica para baixo (...) me aborrece que suje a farda” (idem, p. 32). O vocábulo “obra” é sarcástico, pois trata de assassinar como se fosse uma rotina normal do seu ofício, cuja única preocupação é que respingue sangue na farda. Ainda há os urubus à espreita “a tarefa aí não é mais de punição, e de limpeza. Urubu é o asseio dos matos” (id., p. 28). No primeiro capítulo, durante o percurso de automóvel, é que ocorrem as narrativas mais grotescas sobre a morte. Entende-se isso como uma forma de intimidar os demais.

Em Buquin, fizemos uma tocaia (...). Tônico levou metralhadora anã (...) e saiu lasca de queixada e foi lasca de homem por tudo que era lado (...). As ordens que vieram era: não encosta no corpo. Mas mal corpo havia

Em Salgado (...) o médico me disse: sargento, arranje um homem para juntar cadave. Ele nem sabia que era dois cadaves, não era um cadave só. Mandei dois homens ajuntar tudo, mas não ficou um serviço perfeito, tinha dado formiga nuns pedaços e os miudinhos elas carregaram (...). O doutor disse: como não tomou conta dos corpos e deixou as formigas levar os pedaços e está assim essa vergonha que depõe contra. (...) bem olhava as formigas, ou dava uns tiros nuns, tatus, que tatu é doido por cadave. (...) Então comemos tatu de ensopado. (id., p.39-40).

Um médico, conhecedor da anatomia humana, não perceber a diferença entre um ou dois cadáveres é uma ironia sobre a indiferença do ser humano, principalmente alguém responsável pela saúde, com os outros. Os termos “depõe contra” demonstra que se preocupam apenas com a repercussão dos fatos. Destaca-se também a falta de

¹⁵ Oração católica à Virgem Maria: “Salve, Rainha, mãe de misericórdia,/ vida, doçura, esperança nossa, salve!/ A vós bradamos os degredados filhos de Eva./ A vós suspiramos, gemendo e chorando neste vale de lágrimas./ Eia, pois, advogada nossa (...) Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7827309/ANALISE-BIBLICA-DA-ORACAO-SALVE-RAINHA>>. Acesso em: 25 de mar. 2013.

testemunhas, pois são os restos mortais que “depõe”. As recriminações ao Sargento não se devem aos assassinatos, mas por não ocultado completamente os fragmentos dos corpos. Há uma sequência de sarcasmo e humor negro, pois os mesmos tatus que devoravam cadáveres lhes serviram de banquete. A combinação morte com alimento ocorre em várias passagens. O Sargento pratica constante tortura psicológica no preso com suas histórias violentas: “arrancar um pedaço de sua tripa (...) e tomar com cachaça, porque se tem uma coisa boa essa coisa é uma tripa de cabra safado assada de tiragosto fritada na farinha-do-reino” (RIBEIRO, 1980, p. 120). Ele expressa ideias de profanação dos corpos: “Um tenente que eu cortasse a cabeça, arrancava os dentes e fazia um colar” (idem, p. 124). No sétimo capítulo, enquanto faz mira aos policiais, analisa um deles:

lá quase na curva um bando de cabra safado (...). Eu mesmo não escutei nada, estava pensando numas rapaduras e Luzinete estava catando uns piolhos. (...) Aquele ali deve de se chamar secundino da Moleira grossa, (...) Amaro, aquele tu deve dar na barriga, de banha de porco, do torresmo de carneiro, aquilo vale nada. Um homem desses está prenho, e o nome dele é Fabriço Fraco Fofolento da Farofa.

Luzinete, depois a gente mandamos cobrar um as contas de conserto de reboco no destacamento (...) quando tu acertar a pança dele vai ser como Vaza-Barril impazinado (...) não tem doutor que cate os centos de chumbos no bucho e foi uma beleza, ainda mais naquelas dobras... (id., p. 133-134).

O narrador combina prosa e poética, com aliterações, tornando o texto ainda mais sarcástico. Há inversões da ordem social como quando cogita cobrar no destacamento os consertos do reboco da casa de Luzinete. As cenas de batalha, em **Sargento Getúlio**, são preenchidas com uma mescla de histórias trágicas, cômicas e profanas, atribuindo características grotescas aos adversários. Outra cena de morte com descrições chocantes, devido à riqueza de detalhes, é a morte do finado Cavalcante: “quando um homem resiste à morte não tem visagem mais assombrada...” (id., p. 39). A morte é representada com extrema naturalidade, sem que cause espanto ao narrador. Nas cenas de combate, o Sargento admira Tércio que, na hora de matar, atirava dando risada e recitava versos como estes:

Quando dormia era ruim
E acordado pior
Matava quatro por dia
E ainda dizia – é um só
E um dia só pra inteirar
Deu um fim até na avó. (id., p. 50)

O Sargento faz uma trajetória em que a própria morte torna-se cada vez mais inevitável, mas num clima alegre diante do caos, entoando diversas cantigas e lendas: “foi um dia a vaca vitória, deu um peido e se acabou-se a história” (...) “uma velha que

comeu um macaquinho e depois de dois dias ela botou vivo, vivo, no pinico (...) saiu inteiro e cantou: eu vi eu vi o cuzinho da velha” (RIBEIRO, 1980, p.109). Essa rotina violenta só poderia ser mantida por um tipo de vida sem compromissos sociais, representada na expressão: “moro andando”. A vida em movimento, sem estabilidade, torna-o livre para executar. Mesmo os detalhes mais grotescos parecem não chocar o narrador, que relaciona partes do corpo humano com objeto, animal ou vegetal. Além da brutalidade do assassinato, há o detalhamento das cenas de morte (idem, p. 83):

só escutei um barulhinho da cara dele entrando, tchunque, como quem parte uma melancia (...) e fui assim cantando e arrastando pelo cabelo (...) por dentro tinha mais coisa do que pensei, uma porção de nervos, só o osso de trás que demorou um pouco, mas achei um buraco no meio de dois, escritinho uma rabada de boi, e aí foi fácil, atravessando ligeiro o tutano e encerrando, a cavalaria de Deus pela justiça, corno é a mãe, teve sangue como quatro torneiras, numa distância mais do que se pode acreditar.

A degola do tenente ocorre após um golpe com uma pedra no rosto. O narrador dirige-se a Nestor entoando uma cantiga sarcástica, enquanto arrasta o corpo: “pois ô de casa/ abre essa porta/tem uma visita/ de cara torta”. Getúlio se delega o poder de julgamento e execução, pois concebe uma ofensa meramente verbal, somada à antipatia pelo sujeito, motivos suficientes para executar quem a proferisse. Ele revela noções de Direito subordinadas às concepções pessoais, evocando o que Walter Benjamin (2011, p. 124) denomina “direito natural”, no qual a violência é considerada como dado da natureza. O Sargento vale-se dos princípios do direito positivo, que visa garantir a justiça, que para ele é o cumprimento da missão, cuja finalidade é por si capaz de justificar tais meios. Embora suas noções estejam subordinadas à honra e vingança, ele considera que isso justifique todo o tipo de violência, inclusive o enfrentamento da própria corporação policial, com a qual deveria se unir para o trabalho em comum.

A exploração das concepções vigentes nestas sociedades, que tornam o autoritarismo e a violência elementos naturais de suas rotinas, leva também em consideração os discursos problemáticos sobre religião que os narradores possuem. De acordo com as reflexões de Walter Benjamin (2011, p. 152) sobre “Direito divino”, buscam-se as raízes de práticas agressivas arraigadas na mentalidade e instituições, como se fossem necessárias para o equilíbrio entre os seres humanos.

Em **O coronel e o lobisomem** há muitas referências à religião. As ações do padre Malaquias não são problemáticas, exceto neste trecho em que parece conservar hábitos da época da escravidão: “o Padre Malaquias requisitou negra de lava-pé. Deram ao reverendo a bacia de prata” (CARVALHO, 1982, p. 16). As ideias de Ponciano é que

são estranhas e demonstram pouca familiaridade com a igreja e o **Novo Testamento**. Embora afirme ser “um homem de irmandade”, ele manifesta ideias confusas sobre convenções religiosas¹⁶, com termos como “reza de rebite”, “levantar cabrito em louvor”, “levantar carneiro de muita religião” (CARVALHO, 1982, p.16), pois os sacrifícios eram práticas apenas do **Antigo Testamento**. Uma oração é tida como um ritual de poderes mortíferos¹⁷.

Segundo o seu pensamento do Coronel, Deus é concebido como uma entidade que vigia e pune a falta de atitude do sacerdote diante dos pecados alheios. Quando invadiu a Praça de Santo Amaro, levou um sermão do padre: “De cara gemida (por causa de uma ferroada no joelho), respondeu Malaquias ser tudo castigo de Deus por não ter dado atenção a algum pecado que passou rente a sua batina” (idem, p. 154). Sob esta ótica, são responsabilidades do padre as tarefas de fiscalizar, punir e reprimir pecados. Caso contrário, o castigo recairia sobre ele mesmo. Sobre a ameaça que teria sofrido de Cicarino Dantas, o Coronel declarou: “o ladrão jurou em porta de oratório, que ia passar na pólvora a minha língua ferina” (id., p. 20). A jura assume um tom solene e inevitável como, se prestando contas à divindade, ele possa justificar a violência, subentendendo que a confissão ao padre a legitimava.

Já em **Sargento Getúlio**, a imagem do Padre de Aço da Cara Vermelha é um personagem problemático e demonstra os preceitos autoritários e violentos impregnados nos hábitos de uma sociedade repressiva e violenta, integrando-se até em às ordens religiosas. Observam-se as suas atitudes ao recebê-los (RIBEIRO, 1980, p. 73):

vinha uma de dois canos serrados e cães puxados, que ele aguentava no subaco e no cotovelo, mirando em frente (...). Então, disse o padre, e se der um trompaço eles batem (...). E vosmecê não acha que esses cães vosmecê devia de encostar devagar nas espoletas (...). O padre alisou o lado da bicha devagar, empurrou o cata-piolho em cada cão bem devagar e fazendo uma caretinha e descansou a bicha

Mas dentro da igreja eu não atirava (...) não se pode matar dentro da igreja, mata-se lá fora. (...) Teve um tempo que se fazia eleição na igreja, disse o padre, aí, aí é que era preciso muito preparo disse o padre enfiando o cano da espingarda pelo meio do buraco de trás dum banco

¹⁶ “Ladainhas, dúzias dela mandava eu rezar todo o ano pelo bem-estar e bom passadio das almas avulsas e não avulsas dos Azeredos Furtados, abarcando mesmo os mais distanciados, os falecidos em tempos das sesmarias dos bugres” (CARVALHO, 1982, p. 41). Isso contraria os preceitos bíblicos de que um sujeito não pode se arrepender pelos erros de outra pessoa, assim ficaria a salvação condicionada ao indivíduo e só poderia ser decidida pela própria pessoa. Portanto, seriam inúteis rezas pelos que já morreram. Isso pode demonstrar concepções imperialistas, sobre a possibilidade de que existam homens superiores, capazes de determinar a condição de uma alma alheia pelo seu poder de intermédio com Deus.

¹⁷ Quintanilha propõe contratar um rezador: “que o homem era isto e aquilo, que possuía reza mortal” (idem, p. 38). A expressão “reza mortal” sugere a capacidade de uma oração desencadear a violência por parte da divindade, ironicamente capaz de matar as corujas, mas segundo o Coronel bastava dizer “em três sextas-feiras seguidas, o santo nome de Onofre (...) seca tudo no galho. Ninho, asa, bico, o diabo!”.

– Um tiro aqui despenca tudo. Não fica nada. Não tenho dinheiro para escorar.

Passou uns tempos assim (...) porque não tinha dinheiro para isso, não tinha dinheiro para isso, não tinha dinheiro para aquilo.

– Isso é uma porra – disse o padre, levantando os braços duros para o lado e descendo para bater forte nos quartos. Desce todo mundo para rezar.

Em contraste com os modos ameaçadores do padre, observa-se que Getúlio se mostra mais ponderado que ele, alertando-o sobre o risco de a arma disparar. Sobre as eleições realizadas na igreja, questiona-se o tipo de preparo ao qual o padre possa estar se referindo. Getúlio declara que não atira dentro da igreja, o que se subentende seja por razões religiosas, o padre diz que não faz isso por que “despenca tudo” e não teria dinheiro para consertar, queixando-se das dificuldades financeiras. Já, em **O Coronel e o lobisomem**, em conversa de Tutu Militão, Ponciano declara o oposto, enfatizando a grande arrecadação da igreja: “acusei de grande ganhos, de ter mês de correr mais dinheiro para o bolso dele do que os lucros de um bispado em ano e meio de água benta (...). Criação de Jaguaracuçu é mais rendosa do que serviço de padre e comércio de bois juntos” (CARVALHO, 1982, p. 76). As afirmações polêmicas sugerem críticas aos lucros da igreja.

Segundo Maria Raimunda Gomes (2007), em **Sargento Getúlio**, o padre comporta-se “mais como um jagunço”. Além das suas atitudes agressivas e o vocabulário de baixo calão, o sacerdote lhes ordena que desçam para rezar. Há atitudes que sugerem inversão dos valores socialmente esperados em sociedade democrática, mas aceitos, numa tradição violenta, causando estranhamento até mesmo ao Sargento. As alternativas apresentadas pelo padre em relação ao preso são absurdas, por não ter outra possibilidade como conselho: “ou dá um fim direto nesse cristão, louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo (...) ou então solta ele” (RIBEIRO, 1980, p. 88). Ao sugerir o assassinato do preso, como se uma louvação a Cristo afastasse a culpa, o padre que deveria pregar a paz admite a deliberação humana sobre a vida alheia, ignorando preceitos religiosos e bíblicos, que admitiriam esse poder apenas a Deus. Ele ignora até o mandamento “não matarás” que, segundo Walter Benjamim (2011, p. 132) não estabelece uma punição, mas que, segundo essa perspectiva, o direito deveria contentar-se em simplesmente conter a violência. O sacerdote segue pressupostos de um “direito natural” que concebe a violência para manter o Direito e alcançar fins justificáveis. Assim, o padre compactua com a violência e o abafamento da situação.

Sobre o caso do tenente, o padre acrescentou: “Que desses umas porradas, ainda vá, ou arrancasse um olho na disputa” (RIBEIRO, 1980, p. 89). No início, o sacerdote

discordou da degola, mas quando o Sargento disse que o oficial o chamou de corno: “– É isso mesmo – diz o padre – devia de ter cortado mesmo” (RIBEIRO, 1980, p. 89). Sendo um representante de igreja, ele demonstra que admite assassinatos, desde que haja justificativas. Essa maneira de pensar pode refletida a partir de Walter Benjamin (2011, p. 152) sobre “violência divina” como aquela que atesta essa prática como mantenedora da ordem. No entanto, sob a perspectiva de Benjamin (p. 150) este pensamento é contraditório, pois a “violência divina” não pode ser atestada pela tradição, pois é “aniquiladora do direito”. Ele argumenta, a partir do mandamento “não matarás”, que este prevê que o ato de matar seja suspenso, mas não prediz uma punição para quem o faz. Isso contraria os preceitos do Coronel e de Getúlio que são baseados na vingança e no castigo como exemplo para intimidar os demais.

Outra prática conservadora do padre é a reza em latim que, além de incompreensível, exige o silêncio absoluto. Toda vez que Amaro tentava rezar, o padre o gritava: “cale essa boca” (RIBEIRO, 1980, p. 74). Em **O Coronel e o Lobisomem** há uma situação análoga, Ponciano conta que: “Puxei uma procissão em louvor de Nossa senhora do Parto (...) o padre (...) veio pedir que eu rebaixasse o tom (...) – Não rebaixo nada. (CARVALHO, 1982, p. 290). Nota-se que, diferente da atitude submissa de Amaro, o Coronel reage. Essa relação entre os dois livros permite questionamentos críticos aos rituais da igreja. Sobre a forma como a missa era conduzida, de modo a impedir a participação e a reflexão dos fiéis. Dessa forma, a própria igreja torna-se um reflexo de uma sociedade onde apenas os líderes tem voz. Apenas o padre pode falar, enquanto que as pessoas deveriam, em silêncio, esperar sua vez para repetir as palavras determinadas pelo sacerdote. Padre de Aço da Cara Vermelha desenvolve uma missa mais semelhante às formas praticadas na Idade Média. Segundo André Altoé (SILVA, 2009, p. 38), embora as inovações litúrgicas do Concílio do Vaticano II, realizado em 1962 e 1965 – como “a celebração da missa na língua vernácula em lugar do latim com o padre voltado de frente para o fiel – ainda em 1981 não haviam sido implementadas em Campos dos Goytacazes”. Isso comprova que métodos conservadores e autoritários foram praticados pela igreja até a contemporaneidade, em certas regiões.

O Padre de Aço da Cara Vermelha, ao manter estas práticas e assumir uma postura violenta, sugere a conivência da igreja com sistemas sociais desumanos, reproduzindo na própria missa as estruturas sociais repressivas. O Sargento demonstra apatia e desmotivação de espectador: “fazendo tensão de dormir”, o Padre, de costas para os indivíduos, reproduz uma cerimônia incompreensível. Enquanto isso, eles

assistem passivos e até a oração é restrita ao padre, como se apenas a ele coubesse o intermédio a Deus. Uma situação análoga à praticada na sociedade, na qual sujeitos de destaque, como os coronéis, eram que faziam intermediações entre os homens comuns e os governantes. Nesse contexto, apenas os membros das elites tinham acesso às leis, incompreensíveis para a população, como uma missa em latim. De acordo com Raymundo Faoro (1988, p. 430), “o padre, historicamente, seria o censor de costumes, sentinela do tirano”, dispendo de poderes na administração pública, existiria “o padre político, intrigante e ambicioso”. Tudo isso era vivenciado com naturalidade, visto que até a igreja usava uma linguagem autoritária.

O padre de Aço da Cara Vermelha compartilha cantigas sarcásticas e de humor negro: “com uma voz grossa, bate palmas (...) canta sem mudar a voz e quebra a música com umas risadas¹⁸”. O Padre demonstra satisfação em narrar fatos brutais da Guerra de Canudos: “socavam pregos enferrujados na espingarda para fazer de balas (...) e quando não morria da pregada morria da doença (...). A mortandade foi tão grande que os urubus só comiam altas patentes (...). E deu uma risada” (RIBEIRO, 1980, p. 96). Ao contrário do esperado, o padre narra a violência e desconsidera a igualdade entre os homens. A sua risada torna-se sarcástica perante o preso com risco de morrer de tétano, devido aos quatro dentes arrancados por um instrumento enferrujado: “aquilo assim de ferruge, tão assim que abriu com um roncor devagar, e deu o alicate” (idem, p. 70). Segundo Getúlio, até Deus tem posições políticas: “Deus é contra os udenistas, sempre digo, comunista não tem Deus”. Com isso justificaria o castigo ao preso.

O Sargento Getúlio, no início do livro, compara o ser humano com “as galinhas de Deus (...). Quando menos a gente espera, Deus pega um e torce o pescoço e não tem chororô” (id., p. 29). Dessa forma, concebe a morte invariavelmente como resultado de uma deliberação superior, seja humana ou divina: “Desde que nasce começa a morrer. Tárccio dizia: eu só faço os buracos, quem mata é Deus” (id., p. 52). Isto leva ao questionamento à ideia do Poder supremo sobre a vida. Um sistema que atribui a alguém a capacidade de deliberação sobre a vida do próximo e se baseia na ideia de Deus que também age assim. Sob estas concepções internalizadas em grande parcela da população assimila normas sociais capazes de legitimar certas práticas, como vingança,

¹⁸ Os urubus de Canudos
Escreveu pra capital
Que já tão de bico fino
De tanto comer oficial (RIBEIRO, 1980, p. 94).

aplicação de castigos e até sentenças de morte.

Nos momentos mais críticos, preenchidos com canções populares e histórias fantásticas, o Sargento passa a valorizar os companheiros e, mesmo depois da morte, continua dirigindo-se a eles e ainda atribui “santidade” ao companheiro recém-morto, devido ao fato deste ter morrido em combate: “Diga: louvado seja nosso Senhor Amaro (...) tão bom senhor Amaro (...) o melhor amigo que um homem pode ter” (RIBEIRO, 1980, p. 140). Por morrer lutando ao seu lado, o chama de “meu irmão” e Luzinete, a “minha santinha”. Independentemente das causas, o fato de morrer em batalha já é, por si, suficiente para conduzi-los à santificação, segundo o seu ponto de vista. A ideia de superioridade do cotidiano desaparece com a proximidade da morte: “A criatura se desmancha-se em elementos. Udenista, pessedista, qualquer” (idem, p. 29). Nos momentos finais de **Sargento Getúlio**, ele assalta uma delegacia de burro e vestido de mulher, o que contraria o seu perfil machista, pois não era um simples disfarce: “lá na vista de todos os machos que tem lá, fui apanhando o que bem quis. Precisar não preciso, fui só de abuso, graças a Deus” (id., p. 123). A atitude profana de louvar a Deus durante um crime se repete na narrativa e, finalizando, com uma fuga fácil de burro diante do batalhão policial armado e motorizado.

Durante o cerco, Getúlio idealizou batalhões que a partir de sua linhagem consolidaria a formação de tropas de combate: “o Exército dos homens machos donos dessa terra, tudo uns campeões e sempre fazendo guerra, tudo uns santos” (id., p. 140). A relação entre “santos” e “sempre fazendo guerra” são elementos contraditórios demonstrando um pensamento militarista até nos preceitos religiosos. As noções de santidade e governo são restritas à guerra: “se eu quiser ser governador (...) quem quiser que se acerte com o meu exército, que quase nem cabe no Estado de Sergipe” (id., p. 141). No plano espiritual, representado pelo céu, também ele concebe um estado de luta entre o bem e o mal: “O Capitão Geraldo Bonfim, que já ganhou de São Jorge e botou o santo correndo no prado, dando uns berros de santo e pedindo misericórdia” (id., p. 143). O estado de confronto violento também se mantém entre as entidades religiosas. Ele diz São Jorge queria impedi-lo sangrar um homem: “esse homem é meu devoto” (id., p., 143). Getúlio concebe o favorecimento até por parte do santo, protege porque é devoto. Mas o capitão respondeu: “o senhor é São Jorge, mas Deus me perdoe (...) se Vossa Santidão não sair desse Estado nestante” (id., p. 143) e expulsou São Jorge, que “esporeou seu cavalo voador” e numa corrida que durou dois dias e meio, “Acabou o santo se escondendo atrás duma nuvem”. A predisposição para guerra é vista como um

valor elevado e atribuí uma visão positiva e santificada sobre os conflitos armados.

Em **O coronel e o Lobisomem** e em **Sargento Getúlio** os narradores contam a própria morte. A reflexão em torno destes eventos se aproxima das noções de “diálogos nos limiares”, que são termos de Bakhtin (1981). A situação criada em torno das últimas horas de vida permite percepções especiais da realidade e levam as personagens a transitar entre os limites da “loucura” e da “lucidez”, que proporcionam um despertar de consciência em torno de temas fundamentais da vida. As profundas reflexões ocorrem “limiares imprecisos” entre vida, devaneio e morte e surgem com uma sucessão de imaginações e sonhos exóticos, dos quais sempre emergem “o fantástico” em tensão profunda com as sua realidade.

Em **O Coronel e o Lobisomem**, Ponciano relata os momentos de transição, entre a vida e a morte¹⁹, cujo momento é impreciso, tornando-o um narrador problemático, que permite profundas reflexões. A narração em primeira pessoa, à medida que se aproxima o desfecho, traz ao enredo, seus sonhos e delírios. O fato de estar moribundo não lhe tira a presunção, mesmo quando toma consciência da própria morte, sobre a qual a narrativa deixa pistas da aproximação. O narrador declara uma convivência familiar fraterna com os subordinados mais humildes, como Antão pereira. Tutu Militão surgiu saudável, do qual não havia confirmação de ter morrido. Ele foi assim recebido: “Apertei o pardavasco como aprecio apertar gente de minha especial estimação, no arrocho, no quebra-costela” (CARVALHO, 1980, p. 297). Nota-se um despojamento de algumas convenções sociais.

O processo da morte do Coronel inicia com uma “agulhada no centro do peito” (...) “Ainda percebi, no derradeiro furo das minhas forças, aquele corre-corre, cada vez mais lonjal — Tutu pedindo vela e Antão Pereira em choro” (idem, p. 299). Após cair, ele narra a movimentação dos outros personagens. A princípio, isso parece ser a sua morte, mas a narração continua: “Quando dei por mim, sei lá quanto tempo decorrido, já andava longe, em terras de Badejo dos Santos” (id., p. 300). A partir disso, a narrativa segue no limiar entre vida, sonho e morte: “Fiz toda a viagem em relâmpago (...). Andava eu em leveza de passarinho, sem gasto de botina, sem esforço de perna” (id., p. 300). Nos últimos momentos, diz que fez um voo pela fazenda, onde o clima sinistro de antes é substituído por descrições paradisíacas. Durante esta viagem pelos campos, ele

¹⁹ Sobre continuar narrando após a morte, diferentemente de Brás Cubas, Ponciano não se preocupa em justificar e concebe essa capacidade naturalmente, como se a personalidade do Coronel mantivesse resistência até no além. Isso, sem a imparcialidade e o desapego de sua posição social do narrador de Machado de Assis.

encontrou um campeiro, do qual se queixou de que teria passado “sem consideração por sua pessoa (...) sem dar confiança, sumiu na poeira” (CARVALHO, 1980, p. 301). Ponciano demonstra falta de consciência da sua atual condição, pois chamou o sujeito de “filho de uma vaca”, mas ele continuou. A cena representa o apego à sua condição autoritária e a resistência da personalidade de coronel à morte. Na fazenda, ele declara que encontrou “Felisberto das Agulheiras, que uma jararaca tinha dado morte em anos bem recuados” (idem, p. 302). A predominância de elementos do além confirma o distanciamento do seu mundo concreto. A partir desse evento, é como se houvesse uma separação entre o narrador Ponciano e o Coronel, entre o ser social e sua essência:

Não é com resignação melancólica que o herói aceita a ruína, mas de cabeça erguida, certo de realizar sua essência concreta no momento em que assume a fatalidade, sem os disfarces da vida comum, subindo ao degrau mais alto da existência: No destino que dá forma e no herói que, criando-se, encontra a si mesmo, a pura essência desperta para a vida, a simples vida aniquila-se perante a única realidade verdadeira da essência; (LUKACS, 2012, p. 205).

A transição do Coronel para o além demonstra ambivalências de valores, ora mantém certos apegos à sua classe, ora tem sentimentos mais elevados. Ele reconhece outros valores, dissociados da violência, percebendo que a força de um líder pode estar baseada em outras qualidades. Ele mostra um distanciamento da terra: “Embaixo da sela passavam os banhados, os currais, tudo o que não tinha mais serventia para quem ia travar luta mortal com o pai de todas as maldades” (CARVALHO, 1980, p. 304). No final de **O coronel e o lobisomem**, o narrador demonstra desapego material e a aceitação do destino, mas reafirmando qualidades do seu caráter:

A bem falar, voltava o neto de Simeão de bolso vazio, mas enricado de muitas e boas experiências. Sujeito nascido como eu, altão, de mais de uma nuvem encalhar no meu cabelo, não podia ficar arreliado com as picadas dos gongolôs e das minhocas cá de baixo. No mais, não era de bolso vazio quem possuía um passarinho como o que herdei do falecido João Fonseca (...) prenda que não barganho nem do maior sultão das Arábias (idem, p. 291).

No seu aspecto físico, de maneira hiperbólica, a sua superioridade surge em contraste com seus desafetos, nesses momentos minimizados. Ponciano tenta demonstrar consciência da identificação excessiva que teve com as questões materiais, mas mantém esse apego excessivo à sua classe. O protagonista mostra evolução, no reconhecimento de alguns erros e procura se redimir politicamente. No entanto, isto não faz com que mude as suas ações, pois agride Antão Pereira: “teve o desplante de negar presença de meirinho nas imediações (...). Que eu desculpasse a sua pouca vista (...). Espumei de raiva, culpei os olhos dele” (id., p. 299). O Coronel continuava autoritário, fazendo aquilo que sempre fez mecanicamente, e tenta persuadir: “na cidade, deixei em formato

de benfeitorias, em bondades que espalhei, em crenças que tive por causa dos outros” (CARVALHO, 1980, p. 291). A personagem ironicamente se mostra como um mártir da classe dos coronéis. A sua maior resistência revela sua maior virtude: a capacidade de inventar, a sua fértil imaginação, sem a qual toda a narrativa seria monótona.

O tipo social mantém o seu discurso de persuasão, tentando reafirmar-se socialmente. Depois de consciente da morte, o Coronel reassume a sua presunção habitual: “Lá vai o Coronel Ponciano de Azeredo Furtado em sua mulinha de desencantar lobisomem. Vai para a guerra do Demônio, que o Coronel não tem medo de nada” (idem, p. 303). O fato de reivindicar a continuidade da sua missão, mesmo no além, onde tenta reafirmar a sua patente, pois teria uma nova guerra a travar com o Demônio, que ouviu falar que anda “fazendo umas malvadezas”, representa uma grande sátira sobre a resistência desse sistema social em se manter, mesmo com a democratização da sociedade. A condição de militar graduado após a morte é irônica, pois o coronel dirige-se ao inferno por vontade própria. Além disso, “bem guarnecido de armas, em mula segura, “que devia ser prenda de São Jorge” (id., p. 303). A reafirmação da autoridade, a escolha do destino, sob proteção do Santo guerreiro, a manutenção da “farda mais vistosa de coronel”, a mulinha e “bem guarnecido de armas” demonstram o seu apego ao tipo social militarizado. Mostra admiração essa figura como um personagem picaresco²⁰ digindo-se à guerra. Mas é uma luta mais abstrata contra o mal: pela autoridade, diante da morte e do demônio. Bakhtin (1981) diz que a combinação de relatos fantásticos com temas de aventura pode relacionar-se à “aguda temática social do cotidiano”. Os delírios do Coronel estão imbricados na sua realidade atual, na aceitação de novos valores, mas com a manutenção da imagem do mito, na farda, na mulinha, assemelhando-se a São Jorge, a irônica santificação do coronel.

As cenas das mortes dos narradores e seus devaneios representam os conflitos que as personagens tinham com as suas realidades. Em **Sargento Getúlio**, a narrativa finaliza-se com assassinato do narrador pelos policiais de forma brusca e repentina. Um fim coerente com a sua ideologia da violência, que confirma em si mesmo a necessidade da sua aplicação. Nas regras sociais de ambos os livros, a violência é usada para a

²⁰ Segundo Bakhtin, “O romance Picaresco retratava a vida desviada do seu curso comum e, destronava as pessoas de todas as suas posições hierárquicas, jogava com essas posições, era impregnado de bruscas mudanças, transformações e mistificações do contato familiar” (1981, p. 94).

solução de conflitos, pois o Coronel utiliza-se da força e das ameaças para retirar os posseiros das terras, mas na cidade, a surra que diz ter empregado em Baltazar e Fontainha rende-lhe um processo na justiça. A impossibilidade dos narradores empregarem os mesmos métodos no meio urbano permite relacioná-los a Bakhtin (1981): “o passado absoluto dos mitos e lendas entra em choque com o presente”. Os pontos de vista conservadores dos protagonistas permitem o questionamento na própria estética e de qualquer visão de história acabada, devido as suas ilusões em choque com a “atualidade viva” e contemporânea, que se observam em ambas as obras, em suas referências aos sistemas político-econômicos dos períodos repressores em que foram produzidos: o auge do autoritarismo, na ditadura militar e o coronelismo. Nestes livros, os exageros naturalmente narrados conduzem ao questionamento das formas absurdas de determinados sistemas autoritários. Os dois narradores sofrem crises em seus conceitos, que consideravam estabelecidos e nem compreendem totalmente. A partir destas narrativas, é possível que se faça reflexões que se opõe a um único ponto de vista e conceitos absolutos de verdade.

3.4 Os diálogos com a tradição autoritária

Uma análise dos integrantes de sistemas autoritários de manutenção de estruturas políticas, que favoreciam as elites, encontra no Coronel e no Sargento apenas dois elementos de uma rede mais ampla de conveniências que determinavam o poder tanto na Colônia, quanto na República e que entrou os novos séculos em prática. O coronelismo é satirizado através das contradições de Ponciano e também aparece nas figuras de Badejo dos Santos, Caetano de Melo e outros, em **O Coronel e o lobisomem**. Já em **Sargento Getúlio** o sistema social autoritário é representado pelo fazendeiro Nestor e o dono de usina Dr. Renivaldo. Os políticos intermediários na base política, que manipulam as classes populares, têm como representantes: Pernambuco Nogueira e Acrísio Nunes.

A partir de 1891, já havia uma rede formada pelo governo central que visava manter sua autoridade e garantir o poder, que nem sempre se articulava conforme o esperado. O país era administrado muito mais para evitar fortalecimentos de

comunidades que poderiam se opor ao governo, com as insurreições locais. O Sargento e o Coronel guardam traços característicos que representam uma alegoria, inclusive da conservação de certos “vícios” do Brasil Colônia após a Proclamação da República. Raymundo Faoro, em **Os Donos do Poder**, declara que o poder central e a construção unitária de nação sustentavam-se basicamente no coronelismo, numa constelação de cargos e nas relações do governo com os militares. Na era Imperial, o rei dependia de uma inúmera rede de conveniências para governar, conquistada com nomeações e delegações de autoridade, tentando unificar diferentes regiões, contou com apoio dos coronéis: “Na base, a “política dos governadores” apoiada no aliciamento eleitoral do coronelismo dará estabilidade ao sistema” (1997, p. 468). Dessa forma, a necessidade de garantir o poder central foi um dos fatores que também apoiou a manutenção de diversas formas de violência.

Nesses contextos históricos, noções de direitos serão moldadas pelas elites de modo a desenvolver meios que desonerem e assegurem a propriedade da terra. As convenções sociais e ausência de regras trabalhistas podem adquirir funcionalidade política, tendo servido para a exploração. Segundo João Ubaldo Ribeiro (1998, p. 37), “o Estado exerce coerção sobre tudo o que está contido na ordem jurídica, como a coerção é uma forma de violência, inclusive física, o Estado detém, conseqüentemente, o monopólio legítimo da violência”. O fato de monopolizar a violência não torna legítima a sua utilização. Como é o caso dos “trabalhos” realizados pelo Sargento e do preso que transporta por motivos políticos, também é problemática a forma como atuaram os policiais na prisão e tortura de José Mateus e na ausência deles quando o Coronel e seus capangas armados invadiram de Santo Amaro.

Ponciano e Getúlio representam sujeitos que acabam se opondo ao governo. Os grupos de descontentes eram compostos por uma diversidade de indivíduos que, muitas vezes com diferentes razões pessoais, trouxeram dificuldades de o Estado exercer controle sobre o povo nos sistemas de transição principalmente, por isso “a República pune, vinga e reprime, com os instrumentos de suas oligarquias e de seus coronéis” (FAORO, 1997, p.654). Essas insurreições, disseminadas pelo território nacional, representavam ameaças para aqueles envolvidos na administração pública: “O direito considera a violência nas mãos dos indivíduos um perigo capaz de solapar a ordenação de direito (...). O interesse em monopolizar a violência com relação aos indivíduos, mais pela intenção de manter o direito” (BENJAMIN, p. 127, 2011). A exclusividade ao emprego da violência torna-se mais uma das formas de controle ideológico. Raymundo

Faoro cita Oliveira Viana (1997 apud 1927, p. 53) que apoiava o sistema: “as grandes e pequenas oligarquias não são condenáveis. Elas são, dado o estado do povo, inevitáveis, mais: elas são necessárias”. (FAORO, 1997, p. 624). A ele, somam-se outras manifestações que consideravam o sistema necessário e indispensável:

constituem verdadeiras expressões de reação orgânica da sociedade no sentido de estabelecer uma forma de ordem política, que substituísse o caos a que fatalmente seríamos arrastados, se não surgissem núcleos de força para orientar coletividades incapazes de seguir diretrizes próprias... (FAORO, p. 658, 1997. apud AMARAL, Azevedo, 1938, p. 67).

A liderança exigida pelo Coronel possui eco na realidade, sem ser questionada, por um período prolongado. Em determinadas épocas, até mesmo a violência e a manipulação eleitoral eram praticadas sem contestação e concebidas como fins indispensáveis, para a manutenção da ordem, da propriedade privada e do Estado. Raymundo Faoro assim descreveu a população do fim do século XIX, como “A plebe rural, abandonada e desajustada no quadro institucional, refugia-se no messianismo e no cangaceirismo” (1997, p. 624). Essa era a imagem que as elites sustentavam a respeito do povo. Além disso, havia pequenos comerciantes, industriais e “empregados de colarinho branco” descontentes com a perda de privilégios ocasionados pela transição para a República. Nesse pensamento, de que a nação era formada por um povo desordeiro e desajustado, está a origem das contínuas tentativas de justificar a repressão. Nos contextos históricos dominados por essas oligarquias rurais, a aplicação da lei dependia do ponto de vista e do julgamento do coronel, sem nenhum embasamento jurídico ou legal. As noções de direito também eram determinadas pelas classes dominantes, proporcionando poderes aos grandes proprietários, com a conivência do Estado, também em períodos em que já não havia legalmente mais o posto de Oficial da Guarda Federal.

O apoio da polícia e funcionários públicos ao Coronel, por causa de posseiros em frações de terras, demonstra que estes eram vistos como ameaças. Logo, as repressões, em favor dos fazendeiros, eram consideradas necessárias para o equilíbrio da sociedade. No entanto, quem desenvolve relações conflituosas com o governo, até com ações armadas em seu reduto, é o próprio coronel. Até por que lhes são atribuídos inclusive direitos de decidir sobre a necessidade do uso de violência. O Coronel Ponciano coloca-se avesso aos órgãos do Estado, pois foi vítima dos que lhe intermediavam os negócios, os empréstimos, os investimentos. De acordo com Raymundo Faoro (1988, p. 249), “havia uma relação ambivalente entre o Estado e as

classes sociais”, pois este foi configurado separadamente dos interesses populares. Assim, o “Coronelismo – traria ao primeiro plano as lutas de aldeias, as guerras de facções, as brigas de família” (FAORO, 1988, p. 249). Algumas lideranças regionais se tornaram rebeldes, em luta por independência local, tentando romper com a unidade nacional.

Desse modo, não foi difícil justificar a necessidade da participação do Exército, tanto nos processos de Proclamação da República, quanto na configuração e distribuição do poder nas décadas seguintes. Diferentemente da história oficial das elites, não era o progresso da nação, enquanto coletividade, um dos objetivos principais dos governantes. Nos períodos de ausência de governos militares, os coronéis com patente reafirmavam a necessidade de impor tutela ao povo e exibiam o “O vistoso uniforme da guarda nacional” (...) “base e o cimento de toda a ordem administrativa, política e social (...) a vida dos fazendeiros não se sustentaria sem a guarda nacional” (idem, p. 46). O país era administrado muito mais para evitar fortalecimentos de comunidades locais que poderiam se opor ao governo com as insurreições e protestos. Para isto, os policiais e coronéis eram os principais elementos de controle regional. A forma como Ponciano valoriza exageradamente a posição de militar graduado ironiza a idéia de prosperidade de uma nação ligada exclusivamente ao fato de ser militarizada.

Assim como o Sargento, o coronel também desenvolve uma relação complexa com agentes do Estado, embora ajudassem a sustentá-lo. Isso, por que este lhe cobra impostos, executa ações judiciais e ainda pode ser determinante nos sistemas de garantia de propriedade. Embora a perda da terra e de seus bens ocorra mais por sua própria causa e dos interesses particulares de políticos, como Pernambuco Nogueira, e burocratas, como Artur Fontainha, funcionário do Banco da Província e Selatiel de Castro, Ponciano desenvolve uma revolta maior é com o que denomina “meganhas da governança” se referindo aos agentes do Estado, em relação ao qual desenvolve noções confusas e se opõe quando não correspondem as suas necessidades. Na sua visão capitalista, sobre o poder das fazendas, ele acredita na capacidade de alimentar um sonho utópico de autonomia dos interesses locais contra o poder centralizador da União, tentando reprimir a cobrança de impostos com ameaça de revolução. Ponciano trata o Sistema Fiscal como iniciativa de um único indivíduo e alguns comparsas, perseguindo Jordão Tibiriçá, o funcionário local, que chama de “cobrador de dízimos”. Confunde a contribuição dada a uma igreja, com os impostos pagos à Receita Federal. Sob sua concepção, o governo ainda está subordinado à Igreja, refletindo princípios primitivos

de sistema político-social típicos do Brasil colônia.

A ausência de mecanismos democráticos pode acentuar rebeldias e divisões sociais, sem que os indivíduos envolvidos tenham noções claras a que direcionar a revolta: aos políticos ou ao Estado. Logo, um sistema corrupto acaba gerando oposição a tudo que se relaciona ao país, junto a seus dirigentes centrais. Disso resulta uma infinidade de sujeitos, das mais variadas correntes ideológicas que podem se revoltar contra o governo²¹. Graciliano Ramos (2006), em *Pequena História da República*, fez em 1940 uma síntese da história do Brasil, até esta época, mostrando que ela foi composta por uma sucessão de revoltas disseminados nas mais diferentes regiões, às vezes até simultâneas, que indicam permanente conflito desde a Proclamação da República, em diferentes locais que se opuseram ao poder central. Algumas até almejavam independência, em algumas regiões, com tentativas de rompimento com o “poder centralizador da União.” Simon Schwartzman (2007) destaca com bastante ênfase a tradição militar do Rio Grande do Sul, onde ocorreram sucessivos conflitos, também mencionados por Graciliano Ramos, como a Guerra dos Farrapos e a Revolução Federalista. Esta, sendo dividida em dois núcleos básicos, centralizados em Pelotas e Bagé, nos quais também havia divisões internas. Conclui-se, portanto, que as revoltas contra o governo central não se restringiam a um único Estado, mas ocorreram disseminadas pelo país, sem êxito porque os movimentos rebeldes eram fragmentados.

A análise dos conflitos pode ser associada a Alfredo Bossi (2002) a respeito da polícia, órgão fundamental para a manutenção da segurança, mas sempre teve dificuldade de funcionar como sistema por causa das “ocorrências” individuais internas. Alfredo Bossi declara: “no Brasil, porém a corrente hegemônica que se seguia à independência e jugulou as rebeldias provinciais, armou uma interpretação conciliadora da formação nacional”. Nesse tipo de pressuposto, justifica-se a necessidade da participação da violência, tanto nos processos de Proclamação da República, quanto na forma como se configurou e distribuiu o poder nas décadas seguintes. De acordo com Raymundo Faoro (1997, p. 633): “Do compadrio depura-se o compadre-mor, que se entrosa com as categorias estaduais, na ordem econômica como na política. Lidar com a

²¹ Os narradores desenvolvem posturas idealistas de enfrentamento aos líderes, principalmente Ponciano que profere discursos contra o governo e morre numa luta ilusória contra os “meganhas da governança” (CARVALHO, 1980, p. 299). A partir dessas ideias é possível formular hipóteses de que há um campo fértil na literatura brasileira sobre as resistências locais contra a autoridade do poder central. Esse sentimento rebelde observa-se, por exemplo, nas palavras do Capitão Rodrigo (VERÍSSIMO, 1997, p. 177): “Se é contra o governo podem contar comigo (...). Governo é governo e sempre é divertido ser contra”.

polícia, com a justiça”. As relações entre policiais e fazendeiros são problematizadas nos dois livros devido ao fato de que ambos consideram que deliberações jurídicas podem ser determinadas por indivíduos, de acordo com a propriedade ou o cargo que possuem.

Em **Sargento Getúlio**, Nestor é quem determina a punição e anuncia que o preso não será entregue aos policiais. Ele deveria abrigar o preso em suas terras e alega resistência devido à necessidade de defender a fazenda. O Sargento, acostumado apenas a executar as determinações, demonstrou dificuldade de tomar decisões. Quando o preso quis justificar-se, sobre o ocorrido com a filha do Nestor, que teria sido abusada por ele, mesmo com as mãos amarradas: “Seu Nestor ia lá e dava com o joelho por baixo dele toda a vez que ele falava” (RIBEIRO, 1980, p. 69). O Sargento apenas assistia e ainda tentou argumentar: “Seu Nestor, melhor o homem ficar inteiro. Minha obrigação é entregar o preso inteiro (...). Vosmecê me desculpe, inteiro daqui é que ele não sai” (idem, p. 70). O fazendeiro decidiu confirmando a incapacidade de determinação do narrador, pois se o preso estava sob sua responsabilidade, devia protegê-lo.

O Sargento já nutria a antipatia pelo prisioneiro: “É bicho, pode crer. Udenista é gente siô. (...) Para mim ele é bicho” (id., p. 69). Ele nega-lhe até condição humana, por causa do partido, e compactua com Nestor sobre a necessidade de puni-lo. Então, passaram a discutir a forma de tortura na sua frente: “vou deixar rancolho. Vosmecê queima?”; amarrar um fio de cabelo de rabo de cavalo na raiz do quiba”; “pode dar com uma mão de pilão (...) Pode ir pilando, pilando (...) vai inchando e rende. Fica um espotismo de cunhão” (id., p. 69). O fazendeiro provavelmente vê na figura do preso uma ameaça a sua propriedade, pois ele chegou taxado como comunista. Assim, o Sargento se submete às determinações dele, acatando e executando as suas ordens. As noções relativas à justiça e à segurança subordinam-se aos interesses particulares: “Eu lá. Calado, a terra não era minha, só o couro é que era” (id., p. 80). O fazendeiro impôs e o Sargento enfrentou policiais, companheiros seus, para não entregar o preso. Questões legais nem são cogitadas, pois naquele meio, justiça era considerada a aplicação sumária de uma vingança, embora baseada apenas em questões pessoais, pois acreditava estar agindo em nome de fins justos e disciplinadores. O enfrentamento dos policiais e a degola do tenente foram determinantes para que Acrísio fosse forçado a traiçoeiro o capanga. O político ainda pareceria defensor da segurança, ao combater um sargento “desertor”, perante àqueles que não sabiam que era ele mesmo que o sustentava, mas já havia se tornado inconveniente nas suas ações. O Sargento faz valer a

decisão do fazendeiro, enfrenta o batalhão liderado pelo tenente sob o pretexto, que foi só por que lhe chamou de corno.

Há demonstrações de como os castigos eram considerados importantes para manter a ordem social. Getúlio ainda ajudou Nestor a castigar a menina: “eu e Amaro fomos ajudar a segurar para dar umas porradas nela. Merecia. (...) Punitivos é bom. (...) mas não teve precisão de segurar mais, porque aquele manguá era dos de amansar burro, de maneira que ela amunhecou” (RIBEIRO, 1980, p. 66). Além da punição, considerada indispensável, a mulher é inferiorizada socialmente: “Diabo de mulher tem querer não” (idem, p. 67). Getúlio ainda destaca a bondade do fazendeiro, senão a jogaria no mundo para “seguir carreira de mulher-dama”. O motorista sugere que a mande “para o Convento São José, disse Amaro. Lá depura. Sai velha e esquecida da memória. Ou então bote num daqueles que tem grades” (id., p. 68). A resposta do pai é “Por mim morria”, demonstrando o caráter desumano do autoritarismo na própria filha.

O Coronel também se declara detentor de direito concedido naturalmente que permite até que utilize meios ilegais, como mandar prender e torturar sem provas, mas partindo do pressuposto que, no resultado final, isto represente restauração da ordem que, neste caso é a segurança pessoal e a garantia de posse das suas terras, ainda que em desconsideração aos direitos individuais. As razões de Cicarino Dantas e José Mateus nem são cogitadas pela polícia, que se ocupa de proteger o Coronel que chega acompanhado de vários capangas armados com total direito de vingar-se da ameaça. Levando em consideração que o movimento de Ponciano visava intimidar o vizinho a desocupar terras na periferia de seu campo, já que foi o único a resistir, percebe-se que há uma troca de influências em favor do Coronel, que declarou ter recebido “carta lacrada” de Totonho Borges, que possuiria influência em órgão público “festeiro comigo, muito apreciador de minha fama (...) entre uma penada e outra prendia ladrão de cavalo e administrava outras justiças em nome do governo (...) dava conta que seus fardados tinham dado prisão e cacete a um pardinho de nome José Mateus” (CARVALHO, 1982, p. 22). O espanto do narrador com a natureza do documento lhe sugere um significado especial, pois restringe o conteúdo apenas às partes interessadas. As ações administrativas de Totonho Borges, sintetizadas em “uma penada”, podem representar ações ilegais que podiam ser desencadeadas apenas pela sua assinatura.

O narrador tenta afastar de si a responsabilidade pela prisão de um mero suspeito com um eufemismo para tortura: “palmatória nas partes fracas”. Ponciano assume uma postura inofensiva: “pulava de lado para não matar uma minhoca (...). Não

apreciava judiação dessa ordem. Era muito coronel de chegar a São Gonçalo e destratar Totonho Borges” (CARVALHO, 1982, p. 22). Totonho, por sua vez, procurou atribuir as ações violentas ao Coronel: “diante de tanta arma montada, botou a mão na cabeça: – Pelo amor de Deus, coronel, não mate o homem” (idem, p. 23). Ponciano exhibe atitudes no sentido de desautorizar as ações dele: “Sem prestar atenção ao que Totonho pedia, ordenei, sem sair da sela, que trouxesse o matador de contrato” (id., p. 23). Com desdém, ele tenta disfarçar a rede de conveniências entre proprietário, funcionário público e polícia. O Coronel, “sem sair da cela”, apresenta uma imagem impávida de si, mas revela covardia, pois se sente mais seguro montado, como sempre se apresenta nas situações de perigo. Ele continua afastando de si suspeitas pela violência cometida, pois reprime comentários do policial orgulhoso pelo cumprimento da missão:

(...) enjoado de ouvir, na viagem, as gabolices do meganha, na esperança de ganhar minha especial consideração, apregoava ter feito na pessoa do preso. Lá num avantajado maior, ordenei que calasse o bico.

– vosmecê só sabe dizer asneiras. É escuro de nascença.

O meganha meteu a viola no saco e outra valentia não arrotou o resto da caminhada. Entrei em São Gonçalo como em praça tomada. Mais de dez campeiros, bem fornidos de armas, guardavam meu costado. Quase tudo cria do sobradinho (...) doidos da cabeça por coçar o gatilho. (...) O meganha portador da carta lacrada, por minha imposição militar, fechava a rosca do batalhão.

Trouxeram José Mateus amarrado em pau-de-porco. Os *meganhas* de São Gonçalo jogaram o fardo nos debaixo do meu cavalo em risco do cativo pegar dois coices e morte certa. Enjoado, mandei que libertasse o *suspeitante*, um enfezadinho sem peso de gente (id., p. 23, grifos meus).

O Coronel contava com capangas e policiais prontamente às suas ordens. A “especial consideração” por parte desse tipo de liderança é importante para o policial. Disso se supõe que ele pense que possa vir a ter necessidade ou tirar proveito de algum gesto do coronel em seu favor no futuro. Com os termos “por minha imposição militar”, Ponciano declara o cuidado de colocar “o meganha” que lhe trouxe a carta no fim do “batalhão”, como mais uma forma de isolá-lo do grupo. Esta atitude revela uma forma de afastar comentários sobre o contato com Totonho Borges que pudessem responsabilizá-lo sobre o preso torturado. O povo esperava de Ponciano atitudes análogas às dos coronéis tradicionais, que seria de aplicar um castigo: “Sangrar como fez um tal Zacarias Valadão, nababo de dez fazendas, sujeito de variadas camas e dinheiros” (id. p. 23). Entretanto, o Coronel se dirige aos policiais, novamente como “meganhas”, com as palavras “estipulei grosso” (id., p. 23). A prestação de contas que o prisioneiro deve fazer, jogado no chão, é ao Coronel, e não perante a justiça: “implorou de todos os Azeredos e demais furtados pronta misericórdia” (id., p. 23). O

oferecimento da “arma mais vistosa da embaixada” ao prisioneiro na mira de todos os capangas e policiais, intimidado aos gritos de “atira, seu filho de uma égua” (CARVALHO, 1982, p. 23), só poderiam resultar em pedidos de piedade. Ele queixou-se de uma dívida com Cicarino, sob alegação de que este o “ameaçou trancar o resto de seus dias no fundo de uma cadeia” (idem, p. 24). Houve uma mudança radical na atitude do Coronel, que chegou como de justiceiro legitimado para o julgamento e a punição:

O povinho pensou que era uma faca, mas era uma nota de duzentos mil-réis (...). Compadecido a ponto de querer dar a camisa do corpo (...). Deus não cresceu o neto de meu avô na beira de dois metros para que ele desperdiçasse essa grandeza toda em raiva de anão (...) sempre apreciei as alturas e nas alturas vou morrer. (...) com a expressa estipulação de poder quitar a dívida em poder de Cicarino Dantas

– Diga ao nojento que vosmecê está alforriado... (id., p. 24).

O Coronel mudou repentinamente para mostrar-se humanitário, mas percebe-se a demagogia por trás de suas palavras que, “ainda em berro autoritário”, tentou ostentar atitudes nobres e elevadas. Ponciano pressupõe a inferioridade social de José Mateus ao tratá-lo como um escravo de antes da Abolição. Por trás destas atitudes, percebe-se que o narrador procurou esconder sua própria covardia. Ele mostra-se generoso, mas é para comprar a própria segurança. Além do direito de julgar, sem que outras instâncias fossem ouvidas ou consideradas, ainda cria uma imagem paternalista de si. A atitude de o Coronel negar responsabilidade por uma prisão é análoga a de Acrísio Nunes, em **Sargento Getúlio**, que também nega a sua culpa como mandante.

José Luiz Segatto, em *Cidadania de Ficção* (1999), faz uma síntese do processo histórico brasileiro, provando que é excludente e autoritário. Os grupos dominantes sempre fizeram reformas “pelo alto” e, através dos coronéis que formavam as oligarquias locais ou municipais (p. 211), monopolizavam o poder político e controlavam as eleições. Nelas, imperava a fraude, a corrupção, o voto de cabresto, o curral eleitoral e outros mecanismos de “coação” e “cooptação” (idem, p. 218). Nestes contextos, o paternalismo geralmente exibido pelos coronéis também fazia com que o povo aceitasse se submeter às diversas formas de domínio. A partir da resolução de pequenos conflitos, o Coronel criava uma imagem de superioridade e discernimento para tomar decidir pela maioria.

ministrar umas justiças nos pastos, coisa de pouca monta, desavenças entre marido e mulher e um tal de Pedro Braga, que maltratava, de meter em panelão

de formiga²², um molequinho sem pai nem mãe (...). Provado o maltrato e embarcado o ofendido para o Sobradinho, expedi a sentença” (CARVALHO, 1982, p. 144).

Ponciano, em várias situações, trata de “ministrar justiça” e fazer “deliberações” como se isso fizesse parte da sua rotina. Confirmando a tendência de que nesses contextos históricos os castigos eram normalmente aplicados, o Coronel tenta demonstrar sabedoria suficiente para julgar quando se estes são adequados ou não e promover a restauração da ordem. Ele se apropria de termos jurídicos, como “expedi a sentença”, que só cabe a um juiz, exibindo um falso domínio da legislação de Direito que não pode ser percebido pela população rural.

Tanto o Coronel quanto o Sargento expressam noções de Direito distorcidas pelas composições regionais e interesses particulares das classes dominantes, pelas quais são limitadas, sobre Estado e Justiça, como forma de sustentar o autoritarismo naqueles meios. **Sargento Getúlio** e **O coronel e o Lobisomem** remetem a período de transição em que o coronelismo estava em declínio. Ambos permitem supor que as propriedades rurais foram sendo assimiladas pelos usineiros, que assumiram a posição de coronéis. Estes, em menor número, mas mais poderosos se tornaram em virtude do poder econômico acumulado, assimilando as propriedades menores em torno da sua e os trabalhadores que tivessem perdido seus locais de subsistência.

Segundo o Sargento, um usineiro dispõe de amplos poderes em sua propriedade: “ninguém entre numa usina para tirar um cabra. Não gosto disso, é contra a lei. Devia ser contra a lei. Por que o homem tem o direito de passar a vida corrido, atocaiado numa usina? É privilegio” (RIBEIRO, 1980, p.37). Essas opiniões emitidas pelo narrador demonstram a ambiguidade dessa distorção social: primeiro, a usina poderia servir de proteção a um sujeito perseguido, que se tornaria dependente do usineiro, a quem deveria retribuir com lealdade; segundo, a usina poderia servir de esconderijo e proteção a assassinos. Segundo Faoro (1997, p. 633), o “compadrio” entre coronéis e quem tivesse cometido algum crime era determinante em processos jurídicos, pois “o réu iria para a cadeia caso o delegado, o promotor, os jurados e o juiz não tivessem sido advertidos (...) quem tem padrinho não morre pagão”. Entretanto, o resultado seria outro se o réu tivesse um grande proprietário que o protegesse. O Sargento talvez se preocupe mais com a possibilidade de uma usina proteger

²² O castigo em um formigueiro, ao invés de ser aplicado por um proprietário, como no caso da lenda do *Negrinho do Pastoreio* (NETO, João Simões Lopes, 1983, p. 79-87), é suspenso pelo Coronel, que surge para livrar o menino da pena, tornando-se assim seu benfeitor, criando uma imagem positiva sobre si.

adversários, que são considerados perigosos para a ordem, quando tem outras tendências políticas. Ao considerar a condição de foragido um privilégio, ele cria um paradoxo com viver “corrido”, “atocaiado”. Faoro menciona como estas situações ajudavam a criar vínculos de dependência entre trabalhadores e os usineiros: “Essa dominação implantada através de lealdade, do respeito e da veneração, estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social” (1997, p. 633). Segundo Faoro, esse tipo de condição social foi um dos fatores que tornou o sertão impregnado dos “capangas da polícia” e dos “jagunços”.

Getúlio demonstra admiração, pelo Dr. Renivaldo: “as mulheres cortando cana (...) ali mesmo eu descabaço e gosto de ficar pensando que estou emprenhando todas as vezes (...) Depois dou uma casa a ela e caso ela” (RIBEIRO, 1980, p. 116). Como marca de prestígio, o Sargento declara que “isso é coisa de usineiro”, como se tais atitudes o valorizem socialmente, quando praticadas por um sujeito de elevada posição econômica. Logo depois, ele cogita a hipótese de que se ele fizesse o mesmo, quais seriam as consequências: “vou ter de empacotar a família dela toda, ou senão casar” (idem, p. 116). Ele revela que a gravidade do delito era medida de acordo com a importância social de quem o praticava. Tornam-se absurdamente irônicas as duas únicas alternativas pontadas por ele: casar ou matar a família toda. No entanto, estas atitudes, quando praticadas por coronéis, lhes representam um símbolo de virilidade, como se isso fosse até um privilégio para a moça pobre estuprada. O Coronel conta que Cicarino Dantas “gabou os rabos-de-saia de seu engenho” (CARVALHO, 1982, p. 26). Segundo Ponciano, ele ostenta traço de fazendeiro bem-sucedido nas relações econômicas e pessoais: “– Tudo mulata limpa, beijo de travesseiro (...) as libertinagens que tirava de sua autoridade de patrão (...). É uma mulata por noite, trinta no fim do mês” (idem, p. 27). Ambos os narradores atribuem esses direitos aos detentores de poder financeiro, o que lhes permite ter controle sobre as jovens mais pobres.

Sobre as formas de manipulação eleitoral, ambos os livros representam estratégias políticas baseadas no jornalismo, transportes de eleitores e banquetes. A obsessão do Coronel pela imagem social sugere intenções políticas. Na cidade, passa a integrar um grupo, que se envolvia constantemente em jantares, discursos e investimentos em publicações jornalísticas:

Não ficou barato a louvação de Portela. Fui sangrado em duzentos mil-réis e jantar no Taco de Ouro. (...) o escrito da lavra de Portela. Em língua floreada, falava do banquete, (...) discriminava em meu louvor, os serviços e ajudatórios

que prestei ao povo oprimido no torniquete dos impostos e taxações descabidas (CARVALHO, 1982, p. 231-232).

No artigo, Portela destaca a “grande amizade que imperou entre todos”, demonstrando a falsidade que imperava nessas relações. Faoro (1988, p. 179) destaca situações semelhantes: “o efeito da frase, a eficácia da tirada e do dito, a energia da imagem e da metáfora tem alvo diverso do cultivo da palavra na literatura. Tudo cifra de um vocabulário de enganos, que acorrenta a credulidade humana e mascara a verdade”. Capaz de revestir as reuniões de um clima amistoso e positivo, a manipulação das informações é representada pelo jornalista Portela, a quem é atribuído o poder de exaltar ou denegria a imagem pública dos indivíduos de acordo com os próprios interesses: “Não era qualquer um que pegava rapapé dele. Quando não gostava, triste do cristão (...). Até intimidade da família vinha a furo” (CARVALHO, 1982, p. 231). Além de ser vítima dos discursos demagógicos, a postura paternalista do Coronel exigiu que ele gastasse muito dinheiro. Raymundo Faoro menciona as funções políticas em torno das reuniões familiares²³: “prestígio comprado (...) os comensais famintos de seus jantares” (FAORO, 1988, p. 233). As reuniões políticas e negócios envolviam “ajantarados” a convite do Coronel, que pagava as despesas. No aniversário de Ponciano, pouco antes das eleições em que Nogueira era candidato a deputado, eles exaltam-se mutuamente:

(Artur Fontainha) era de grande valimento em tais comemorativos, de muita idéia no armar um recinto de aniversário ou batizado. (...). Pergentino levanta vôo. Cadeira afastada, de pé, raspou o assoalho da garganta e pediu a palavra: (...) Então, rolando o copo no alto, Pergentino fez o diabo com a pessoa deste coronel, que ele só faltou munir de asas e soltar no céu dos passarinhos. Jogou na mesa todas as minhas virtudes de nascença e outras mais que eu não carregava. E fechou a rosca das gabações levando ao conhecimento dos presentes uma peripécia que eu nem mais lembrava, o caso de um pobre burro de carroça que defendi e desagrevi das judiarias do dono (...). Nogueira, no após limpar o beijo no guardanapo, tossiu e elevou a voz. Foi outro gabamento sem fim (...) falava como se estivesse no Foro, apresentou umas ponderações a respeito do meu tino demandista (...). Fontainha. Endireitou os engomados, ajeitou o cabelo, pousou as mãos na mesa com o arrumando as idéias. E de repente, sem ninguém esperar, avançou aos berros contra os inimigos do Coronel Ponciano. (CARVALHO, 1982, p. 212).

Tais reuniões tinham evidente fim político e, muitas vezes, tinham o objetivo de tirar mais dinheiro do Coronel. Faoro (1988, p. 179) descreve as discrepâncias entre os debates políticos do centro e os do interior²⁴. No município, as lideranças regionais é

²³ De acordo com Raymundo Faoro (1998, p. 270), são típicos da classe média em busca de ascensão, marcada por discursos nas reuniões familiares em que excediam os discursos demagógicos e revelavam a “falsidade íntima de toda a sociedade”. Nelas, era comum o sarcasmo e a aparente seriedade.

²⁴ Faoro denomina “assimetria do poder”, pois líderes e chefes tratam “os clientes – eleitores ativos de forma arbitrária, com os limites decorrentes apenas da estima pessoal ou da tradição”. “Na aparência, no

que intermediavam as relações com a população. Nesse cenário, era comum a prática de “Premiar fidelidades locais”. Enquanto esses discursos eram proferidos, se evitava a abordagem de problemas concretos da realidade e até mesmo os de interesse do próprio coronel. Faoro já destacara, na obra de Machado de Assis, o uso “caricatural dos chavões e frases” com fins puramente demagógicos²⁵. Em **O coronel e o lobisomem**, não há por parte do político Nogueira, e do grupo que lhe apoia, qualquer comprometimento com causas de interesses da população, mas apenas o discurso vazio, a cada jantar, trocando lisonjas entre si. O discurso investe na figura do líder, suas façanhas, não no trabalho que ele poderia realizar. O Coronel, cujo ponto fraco é a vaidade: “atingido no meu íntimo modesto” (CARVALHO, 1982, p. 212), se torna vítima dos discursos de exaltação. Ele costumava manter os agregados submissos os rebaixando e apontando-lhes os erros. No entanto, com atitudes contrárias ele foi seduzido pelos elogios, através de Esmeraldina, Fontainha, Selatiel e Nogueira.

As estratégias políticas, em **O Coronel e o Lobisomem**, podem ser associadas às declarações de Raymundo Faoro sobre a *Teoria do medalhão*: “se pudeses adota a metafísica (...) é a retórica que convoca a atenção e o respeito. Sem atrair os ódios e as malquerenças: tudo se move nas abstrações” (1988, p. 173). Faoro menciona recursos retóricos, que denomina de metafísica política, para manter discursos políticos que evitem assuntos da realidade, como “arte suprema de conquistar a opinião, moldando as coisas”. O Coronel tem obsessão pela imagem social e usa artifícios para fugir dos problemas rotineiros. Em seus “ajantarados” observa-se apenas as ideias abstratas que visam reforçar o carisma social dos líderes. Envolvido em discursos e histórias fantásticas, o Coronel esquece os próprios problemas jurídicos, administrativos e financeiros. Com os camponeses, ele evitava problemas reais com lobisomens e outras crendices: “Meti a embaixada do lobisomem no chinelo só na citação de leis e regulamentos” (CARVALHO, 1982, p. 174). De acordo com Raymundo Faoro, o Coronel “municipaliza a expressão erudita (...) converte o freio jurídico do governo no buçal do caboclo” (1997, p. 620). De Nogueira, ele repete o seu “falar nos moldes dos doutores do Foro”, para conquistar a confiança dos camponeses, respondendo aos casos

palco nacional as grandes questões com algum cunho universal; na província, o contato com a fábrica de fazer voto, o favor e às vezes o negócio” (1998, p. 169)

²⁵ Desde os contextos sociais representados por Machado de Assis, portanto, era comum que se evitasse o questionamento da realidade circundante nos discursos. “O debate das ideias se travava nas nuvens (...) de acordo com o ritmo do último livro mal-digerido” (Faoro apud *Crônicas de Lélío*, p. 23). “Era a política silogística, a que aludia Nabuco, em que idéias se escondiam em figuras e tropos, cobrindo algum problema financeiro ou jurídico” (FAORO, 1998, p. 166).

mais complicados de lobisomem com termo como: “É de muita jurisprudência, sim senhor”. Faoro (1988, p. 179) cita recursos associáveis à postura do coronel: “Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, borcados jurídicos, máximas, e de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação”. O uso indiscriminado de termos jurídicos, destorcendo-lhes o sentido, para causar a impressão de ser um sujeito instruído, dominante pela própria imagem social, era eficaz no interior. Porém, estas mesmas estratégias estavam deixando de produzirem tanto efeito no meio urbano.

Tanto em **Sargento Getúlio**, quanto em **O Coronel e o lobisomem**, a linguagem jornalística é representada como novo suporte com grande potencial de pressões políticas. O uso destas mídias já foi destacado por Raymundo Faoro: “Os partidos eram instrumentos de governo, sem vínculos com o eleitorado (...). A única maneira de manter viva a chama era o jornalismo (...). O jornalismo político tem um grande papel na ficção de machado de Assis” (1988, p. 79). Os jornais e as rádios eram os únicos meios de comunicação de massa na primeira metade do século passado. O poder de manipular informações nesses veículos em proveito próprio era fundamental. Acrísio Nunes nega a própria responsabilidade pela prisão política através do rádio e acusa os Integralistas em um jornal de um crime que não cometeram. Ponciano narra vários discursos demagógicos em jantares, que são seguidos de publicações em jornais.

Havia sob a capa de lantejoulas da frase gorda, gorda e inchada, a política em prosa, própria para caudilhar a clientela, para pedir e assegurar empregos e apta a transmitir pancadaria (...) o problema agora são as nomeações, os favores e o voto (FAORO, 1988, p. 167).

Após as eleições, Ponciano surpreendeu-se por Nogueira ter comemorado a derrota como uma vitória: “Nunca esperei ganhar tanto voto” (CARVALHO, 1982, p. 256). O Coronel havia investido muito dinheiro na campanha sem nenhuma compensação. O prestígio do político havia aumentado, mesmo sem se eleger, pois mostrou bom desempenho. Nogueira demonstrou habilidade de manipular autoridades e o próprio Coronel. Ele usou o conhecimento, a sua influência e o jornal para pressionar o governo: “– Vou escrever nas folhas. Sei de podres, Seu Ponciano. Sei de bandalheiras. Não vai ter cadeia para comportar tanto rato” (idem, p. 256). Em seguida, Ponciano o convidou para “um almoço no Taco de Ouro, um comemorativo em louvor do procedimento dele na demanda contra o governo e sua comandita” (id., p. 257). Dessa forma, o advogado usa de um artifício para pressionar governantes a conceder-lhe uma nomeação, mas Ponciano parece que não percebeu isso. “havia feito as pazes com o governo e esperava incumbência de vulto em repartição em Niterói” (id., p. 261).

Nogueira demonstrou capacidade de manipular tanto ao Coronel quanto às classes mais altas, que compram o seu silêncio em troca de um cargo.

Algun tempo depois, o Coronel já descontente com as ações movidas contra ele, faz declarações que lhe atacam e ao próprio governo: “Nogueira, o porco sujo, vai comer no cocho do governo” (CARVALHO, 1982, p. 261). A nomeação mostra que a disputa política não ocorre exclusivamente através das urnas, mas nos discursos jornalísticos e no uso do serviço público, ao qual está pressuposta crítica para sistemas de troca de favores na palavra “cocho”. Na sequência, Ponciano comemora críticas jornalísticas contra o advogado “tinha abocanhado, em Niterói, o tal cargo da governança. A troca desse pau de poleiro desprezou os amigos de antes, o que lhe valeu no lombo boa sova de jornal” (idem, p. 288). As disputas políticas que eram travadas nos jornais, pois logo surgiram reações: “aramaram banquete em mesa do Taco de Ouro (...) devia ser lavra de Portela” (id., p. 289). Com um banquete, seguido da redação do jornalista, o grupo rebate as críticas.

Raymundo Faoro (1988) aborda a administração pública como uma política de manobras que distribuem comendas e títulos, identificando na obra de Machado fatos que demonstram centralização, perseguição, transferências e nomeações de funcionários. Os Partidos serviam “para o gozo de suas vantagens materiais ou para impor o predomínio de certas ideias” (1988, p. 132). Esse sistema “mobilizava os empregos, no interior, galardando os fiéis seguidores ou punindo-os com a submissão ou a transferência (...) para completar o aparelhamento e impor obediência, havia os capangas (...) a força policial e da guarda nacional” (FAORO, 1988, p. 147). Os cargos e outras vantagens, ele chama de “moeda de barganha” nas relações entre os altos escalões da política nacional e a classe que ele denomina clientela política local. Em **O coronel e o lobisomem**, os empregos “apalavrados” em repartições do governo, até mesmo por um lobisomem, ironizam um sistema de nomeações, inclusive de setores jurídicos, que eram ocupados por motivos políticos, apadrinhados de coronéis, que já vem ocorrendo sem causar estranheza desde as origens da nação. Segundo Martins (1994, p. 43), o povo habituado a este sistema sem ver nele qualquer ilegalidade, pois já eram praticados tradicionalmente: “Mesmo o favorecimento da própria família do presidente aparecia aos olhos de muitas pessoas como sagrado cumprimento do dever do parente poderoso para como em relação ao parente” (idem, p. 45). Como Getúlio recebe o posto por nomeação política, nos dois livros está representado o sistema de nomeações em troca de favores que persistia ao longo do século passado.

Em **Sargento Getúlio**, também os meios de comunicação surgem como suportes determinantes, com grande capacidade de pressão, em processos políticos. O jornal causa estranheza ao narrador, pois é um instrumento de poder. Após a ordem de soltar o preso, o Sargento interroga “Vai dizer por quê” a Eivaldo que logo responde: “Os jornais estão fazendo um barulho danado, vai chegar força federal em Aracaju. O chefe disse na rádio que não prendeu ninguém” (RIBEIRO, 1980, p. 59). Através dessas mídias, os conflitos tornam-se públicos e as autoridades são pressionadas a tomarem atitudes mais democráticas. Naquele espaço em que antes apenas a força era o principal meio de impor, em desconsideração de argumentos, estes novos veículos começam a exercer pressões políticas reprimindo a violência. O controle sobre os veículos de comunicação geralmente é aspirado por qualquer regime autoritário. Sobre a família que matou “a raça toda”, ao narrador incomodam as repercussões: “Não gosto de jornal como vosmecê, acho difícil, muitas palavras. Menos verdades” (idem, p. 33). É possível supor que a queima do jornal comunista interessava a muitos a partir do discurso de Getúlio: “quando fomos quebrar o jornal comunista. Essa quebra ninguém mandou, mas o jornal aporrinhava o chefe, de sorte que um dia foi queimado e faltou água para os bombeiros” (id., p. 35). Nota-se a conveniência também do corpo de bombeiros, devido às tendências políticas atribuídas a essa instituição jornalística.

Os dois livros sugerem práticas de manipulação eleitoral. Ponciano realiza inúmeros gastos nos transportes de eleitores à boca de urna, durante a campanha de Nogueira: “só de carruagem, apanha um em casa leva outro na boca da urna, gastei uma exorbitância” (CARVALHO, 1982, p. 252). Os financiamentos eleitorais, por parte dos coronéis, geralmente estavam vinculados a retribuições e troca de favores. No entanto, o único interesse de Ponciano não está relacionado a um favorecimento administrativo ou político, mas ironicamente seu único interesse é a mulher de Nogueira.

Em **Sargento Getúlio** são mostradas situações de aliciamento de eleitores conduzidos às seções eleitorais: “o tempo que eu levava caminhão e mais caminhão de eleitor por essas bandas para votar” (RIBEIRO, 1980, p. 41). Ele apresenta um falso processo democrático baseado na compra de votos e na intimidação: “Uma vez quiseram me tomar um caminhão de eleitor à bala e foi um tiroteio besta. Perdemos dois votos no baba, porém eles perderam mais, em gente já paga e contada” (idem, p. 41). A vontade das pessoas nem é cogitada, mas só a força bruta impondo a inutilidade de argumentos. A naturalidade com que o Sargento narra as forma de manipulação do eleitorado é uma irônica sobre a forma como isso era feito publicamente e falta total de

estranheza com estas práticas violentas. O narrador fala com satisfação e certeza da importância de seus atos. O modo de controle de votos representado pelo Sargento mostra que os candidatos “tratam o eleitorado como se fosse um rebanho político”, associando-o a termos de José de S. Martins (1994, p. 49), que trata do “Clientelismo” e da “corrupção” no Brasil Contemporâneo. As convicções expressas por Getúlio exigem questionamentos sobre como missão, trabalho e ordem social, à medida que ele considerava razoável conduzir eleitores pagos e subjugados, como reses em um caminho, sem o reconhecimento dos seus direitos sociais e políticos. Segundo Graciliano Ramos (2006, p. 176): “Lá por 1914 as oligarquias estavam firmes: A máquina eleitoral funcionava com defuntos e a fabricação de atas do interior só não causava indignação porque toda a gente se habituara àquelas safadezas”. Embora *Pequena História da República* não seja um trabalho científico, ele possui relevância, pois seu autor viveu nessa época e foi testemunha desses processos políticos.

Sargento Getúlio é um anti-herói, pois se distancia muito do sujeito tipicamente correto dos estilos românticos. Neste caso, resta questionar quem é o antagonista, já que o protagonista é um assassino. A conclusão é que o mal maior é o sistema político representado por Acrísio Nunes. Do preso não sabemos nem o nome. Contra ele, são praticadas as mais diversas torturas e atribuídos vários crimes, mas o seu ponto de vista é suprimido pelo narrador não lhe dá direito à opinião. Esse apagamento o torna um tipo social bastante plano, pois isto convém ao narrador. Embora escrito numa época de ditadura, é personagem secundário e o foco narrativo está na voz de um opressor. Um preso político como protagonista, em 1971, poderia implicar na sua censura pelo governo militar. Dessa forma, o narrador é um policial, que passa a ser caçado por causa do prisioneiro que transporta. Isso dissimula, de certa forma, as suas relações com os fatos contemporâneos a sua publicação.

Os dois protagonistas representam tipos sociais integrantes de uma mesma rede autoritária, que veio se articulando por décadas, para a manutenção de privilégios. Segundo Paulo Sérgio pinheiro (1991, p. 13), “o legado das transições políticas em muitos países, como o Brasil, é a persistência de uma sociedade civil que busca resolver questões com atos violentos, sem a intervenção do sistema judiciário na sociedade”. Esses hábitos se estenderiam por décadas, desde situações mostradas nos livros de Lima Barreto, no início do século, passando por Mário Palmério, em **Vila dos Confins** (1956), nos quais a corrupção política reaparece como elemento em comum. Gerard Genette (2006) define como “transmotivação” o fenômeno pelo qual se inserem novos

recursos e se mesclam traços típicos de textos anteriores. Dacanal faz relações de **O coronel e o Lobisomem** e **Sargento Getúlio** com obras de autores João Guimarães Rosa, José Lins dos Reis e Benito Barreto. Logo, estes livros, com linguagem própria, se integram nos contextos das tensões regionais, com novas representações dos sistemas autoritários.

Dacanal relaciona, principalmente, **Sargento Getúlio** ao **Grande sertão: veredas**, devido à forma de narrar e o “acentuado irracionalismo técnico-narrativo, em comparação ao cantador de Suassuna ou o jagunço-filosófico de Guimarães Rosa que não complicam as coisas” (RIBEIRO, 1980, prefácio p. 14). Mas, embora haja oscilação espaço-temporal, que resulta na fragmentação da narrativa, em **Sargento Getúlio** há uma linearidade na sequência dos capítulos, visto que cada início representa um dos espaços físicos percorridos. No terceiro, por exemplo, após um período na fazenda do Nestor, há um corte quando arranca os dentes do preso. A narrativa interrompida retorna no quarto capítulo, que inicia com a chegada à igreja. Só no interior deste capítulo é que se desenvolvem divagações e diálogos que revelam o confronto já ocorrido anteriormente na fazenda, semelhante a um *flashback*. Portanto, cada capítulo representa uma etapa do deslocamento do Sargento, no interior do qual narra fatos que aconteceram nesses intervalos. Nos momentos de espera, o narrador mistura lembranças e diálogos, aproximando a narrativa de um fluxo de consciência. Portanto, em cada uma das cenas: o carro, a fazenda, a igreja, a casa de Luzinete, a delegacia e o rio, há uma reelaboração dos fatos, representados em forma de lembranças, que favorece o ponto de vista do Sargento. Vitor Hugo Martins (2008) declara que a fala sentenciosa que permeia todo o romance e teve origem na fala de Riobaldo. O Sargento constantemente alerta os outros: “cuidado com a gota serena” (RIBEIRO, 1980, p. 9), são constantes as recomendações sobre a medicina caseira e para não “misturar indevidos”, demonstrando a sua posição injuntiva diante do próximo. **Sargento Getúlio** revela atos brutais que vão muito além do próprio discurso. Ele faz referências históricas, com repressão de movimentos populares e marcadores temporais específicos: Coluna Prestes, Getúlio Vargas e Cristiano Machado, mas se refere indiretamente também às prisões políticas de 1971, quando foi inicialmente publicado. Já em **O coronel e o lobisomem**, o fato da narrativa ser linear, a princípio passa uma ideia de continuidade, mas em todo o texto ocorre uma reelaboração constante da história, que não cessa nem com a morte do narrador.

O coronelismo não tem início e final definido, por isso ambos os livros sugerem a presença contínua dos sistemas repressivos no Brasil. Os romances, de um modo geral, opõem-se a qualquer visão objetiva sobre a narrativa e mostram como opiniões fixas podem ser danosas, tanto para o indivíduo, quanto para a sociedade. O caráter de incompletude e de suspeição acerca dos protagonistas e do próprio enredo, presentes na estrutura dos dois livros, sugere a desconfiança para com narrações unitárias. O ato de narrar a realidade, tanto pela via histórica quanto pela ficcional, é problematizado pela própria natureza dos focos narrativos adotados e o caráter de cada narrador. Diferentemente do texto histórico e realista tradicionais que segundo Tiphaine Samoyault (2008, p. 109) “estavam ali para conotar o realismo, para suscitar um efeito de real e produzir no leitor a ilusão realista ou referencial”. Estes livros não se esforçam para provocar esse efeito, mas ocorre até o contrário. As contradições e as idiosincrasias se tornam intrínsecas à narrativa e fazem parte da mesma a ponto de serem indispensáveis para a compreensão do caráter ambíguo das personagens. Dessa forma, questionam-se os processos de escrita da história, pois ambos os narradores representam apenas o que se estabeleceu como ideologia dominante, por um período, no qual justamente as convenções da sociedade estavam transitando entre a afirmação e o questionamento das mesmas. As próprias versões narradas, colocadas seguidamente em dúvida, ironizam qualquer história baseada no monologismo de indivíduo ou classe, típico dos períodos em que os coronéis tiveram grande influência.

Conclusão

A comparação de **O Coronel e o Lobisomem** com **Sargento Getúlio** indica que os protagonistas, embora em diferentes cenários, desenvolvem ações que se complementam para manter uma rede de autoritarismo. A narrativa ocorre através de dois tipos sociais com ideias fixas que se opõem aos percursos destinados pela tradição e convenções, embora os desejassem incorporar para se autoafirmar em classes que julgavam de prestígio. O coronel demonstra contradições entre a importância social que aspira ostentar e o que realmente é. O Sargento que age de modo obsessivo para cumprir eficientemente às ordens do chefe, mas as acaba desobedecendo. Estes conflitos narrados revelam atitudes que ameaçam os pressupostos compartilhados pela população para sustentar o que se convencionou como ideologias adequadas à sociedade pelas classes dominantes. Num questionamento sobre a representação dos contextos históricos e culturais por estes narradores, destaca-se que seus depoimentos são questionáveis, pois se subordinam à memória e a lucidez de ambos é posta em dúvida à medida que se aproxima o desfecho. Isso pode gerar críticas também aos processos de escrita dos textos históricos e ficcionais, em períodos, nos quais as convenções da sociedade estavam transitando entre a afirmação e o questionamento das mesmas.

Os narradores permitem questionamentos pelas formas como sucumbem às próprias fraquezas geradas por suas ideias inflexíveis. Os seus discursos revelam subentendidos e pressupostos a partir das diferenças entre o que pretendem contar, as impressões que desejam causar e o que é realmente revelado. O Coronel, cujo testemunho está permeado por ilusões, mas que sem querer mostra a realidade. O Sargento plenamente convicto da importância das suas ações para a sociedade, mas que a perda do posto faz com que ele revele um caráter mais complexo. Ambos levam ao último limite seus princípios pessoais e desenvolvem contrapontos com as outras personagens e com os espaços físicos e sociais que transitam. Nesses contextos, encontram-se mundos primitivos, cheios de credices populares e superstições, em choque com a sociedade em processo de modernização. A partir da análise comparativa

destas obras, podemos estabelecer o confronto dos valores conservados pelos narradores com novos processos socioculturais que se impõe.

As duas narrativas utilizam a linguagem como elemento para figuração das identidades dos narradores. O fato de impor uma fala com excesso de termos regionais e neologismos reforça o ponto de vista limitado aos domínios dos redutos de atuação dos protagonistas. Ponciano utiliza-se de uma fusão do vocabulário jurídico, militar e popular que representa de forma alegórica a falsa sabedoria dos coronéis. O Coronel demonstra que a linguagem é um instrumento de poder, no contexto regional, cujo autoritarismo possui bases que lhe sustenta no imaginário coletivo. O Sargento mostra que um discurso é valorizado de acordo com quem o profere, desconsiderando argumentos e impondo a opinião pela força.

Os dois narradores possuem concepções desviadas dos conceitos habituais de uma sociedade que siga princípios mais democráticos. O Coronel deseja viver permanentemente sua rotina boêmia, abandonando o campo, todas as obrigações, como se já tivesse nascido com um carisma social que garanta estabilidade capaz de sustentar todas as comodidades. Ele acha mais razoável viver de especulação do que produzir, comprar açúcar do que plantar cana, mesmo possuindo terras férteis. **Sargento Getúlio** também aspira a uma vida pacata na cidade, conquistada através da fidelidade a Acrísio Nunes. O líder político é o exemplo de prestígio social e cidadão bem sucedido para Getúlio. Mas este se equivoca, pois não percebe as ambivalências as quais ele está submetido, pois depende da opinião pública. O Sargento acredita que o apoio recíproco entre ambos estaria garantido em qualquer meio e que, através dele, conseguiria a sua inclusão social na cidade²⁶. No entanto, o único valor que ele tem a oferecer é a violência: “tenho as minhas armas e a minha cara de cinza” (RIBEIRO, 1980, p.152). Getúlio considera um privilégio e fator de orgulho tornar-se agregado de Acrísio, para viver num sistema de proteção mútua.

Ambos os narradores se relacionam a políticos que lhes determinam mudanças nas suas posições sociais e econômicas e não correspondem às suas aspirações. Estas mudanças sofridas pelos protagonistas revelam fatos significativos sobre os hábitos sociais vigentes nos contextos históricos nos quais estão inseridos. O jogo político do

²⁶ O sargento aspira tornar-se dependente do chefe, em troca da dedicação “cega”, com ele almejava viver em relação familiar: “Ou então ia para a casa do chefe e pegava um pirão e ficava lá, ajeitando uma cerca, comprando umas coisas na rua ou ensinando um cachorro grande que tinha lá, ou contando história de Trancoso ao filho dele” (RIBEIRO, 1980, p.152). Getúlio refere-se ao personagem de Monteiro Lobato, cujas ideias provavelmente ele considera importantes na formação do caráter do filho do chefe.

qual os narradores são vítimas é percebido a partir dos significados implícitos deduzidos do contexto, que permitem compor planos mais profundos de sentido, que se tornam relevantes, complementando o enredo visível. Raymundo Faoro (1988, p. 347) declara que “Há em toda a obra literária omissões significativas, com o mesmo alcance das referências explícitas. O que não se diz significa, às vezes, mais do que aquilo que se proclama, com solenidade ou a altas vozes”. Isso ocorre por que os narradores não possuem consciência plena destes processos que eles estiveram envolvidos.

Ao tentar ser apenas na aparência, dominado pelos próprios desejos e vaidades, Ponciano desconstrói o coronel, pois o incorpora de maneira meio caricata, como se bastasse seguir o caminho estipulado pelos antepassados. **O Coronel e o Lobisomem** é representação irônica de uma sociedade que se achava estabelecida, mas que não resistiria ao contato com uma realidade em transformação e que vinha desenvolvendo sempre novas formas de percebê-la. Os conflitos sociais dos narradores levam a questionamentos internos de atitudes extremas, pois desenvolvem dialéticas, oscilando entre: valente e o covarde, criminoso e o ético, o culpado e o inocente, o herói e o anti-herói, direito institucional e direito natural, o civilizado e o bárbaro, a cidade e o campo, força e fragilidade, ideologia e demagogia. Um conjunto de conflitos que se devem ao fato da consciência dos protagonistas conservadores já não corresponderem totalmente a uma realidade em constante modificação.

Esta leitura procurou evitar iludir-se com a tentativa de redenção do Coronel e questionar criticamente sobre o único sistema por ele admitido. A mania de grandeza que diz ter trazido de herança, às vezes torna o personagem picaresco, sonhando com a recuperação de uma época perdida de supremacia coronelista. Mesmo depois que o corpo de Ponciano jaz na terra, o tipo social do Coronel continua a reafirmar sua posição. O livro antecipa um novo contexto social iminente no qual os coronéis deixariam de ser vistos com seriedade e tornavam-se clichês sociais caricaturados.

Ambos narradores fazem alusões ao lobisomem, que adquire o sentido de manifestação psíquica do ser humano e passa a representar os sujeitos que por força dos impulsos demonstram atitudes extremas: “Eu disse a seu Nestor: isso não é peça que preste. Isso não é gente. Para mim é lobisomem (...) isso vira lobisomem (...) isso quase acaba a Ribeirópolis (...) esse peste é bicho” (RIBEIRO, 1980, p. 58). Ponciano também projeta nos adversários a imagem do lobisomem, como aqueles que por força da ambição ou da ira, como no caso dele próprio, deixaram-se dominar pelos impulsos. Segundo Edna Polese (2005), a criatura representa uma alegoria da combatividade com

“a gente do governo”, “o povo dos impostos.” Ao longo da narrativa, o Coronel chama de lobisomem: o cobrador de impostos, o escriturário, os banqueiros e os políticos: “essa rixa com os lobisomens burocráticos venceu o coronel” (idem, p. 72). A figura do lobisomem passa a ser uma concepção metafórica de manifestações dos estados selvagens do homem.

Os dois narradores abordam fatos incríveis como forma de satirizar processos históricos, nos quais a realidade muitas vezes revelou atitudes tão surpreendentes que, aquilo que para outra sociedade mais democrática seria considerado inversão de valores, naqueles contextos eram expressos com naturalidade. O discurso de Ponciano contém mentiras, lorotas e falsos argumentos firmados mais pela força do que pelo bom senso, mais pela opinião do que pela lógica. Os casos sobrenaturais narrados, com implicância na ordem hierárquica do sistema social, estão mais relacionados ao caráter autoritário do narrador e às crenças regionais do que com o fantástico, à medida que naqueles espaços o coronel podia narrar o que quisesse. Dessa forma, aquilo que seria carnavalizado, numa visão urbana e atual, segundo as definições de Bakhtin, mostra-se como aceitável nos espaços de **Sargento Getúlio** e o **Coronel e o Lobisomem**, pois eles têm posse do discurso arbitrário e o direito de impor versões pela força.

Os protagonistas desenvolvem conflitos com o deslocamento do espaço rural para o urbano. No interior, as convenções eram mais conservadoras e as classes dominantes criavam regras próprias mais facilmente. A falta de referências externas, de sujeitos que tinham uma visão de mundo muito restrita, como o Sargento, inviabilizava questionamentos sobre os sistemas sócio-políticos aos quais estavam inseridos. No interior, até o uso da violência era admitido até, devido à menor interferência das instituições públicas e sistemas mais democráticos. Na cidade, os protagonistas demonstram dificuldades de adaptação. Mas isto é admitido apenas pelo Sargento: “Quando eu falo, ninguém entende lá, quando um fala lá eu não entendo” (RIBEIRO, 1980, p. 152). Isso ocorre por que o Sargento repudia mecanismos democráticos e consensuais e não concebe a possibilidade da não-violência como alternativa viável. Além da intimidação verbal, Getúlio inclui agressões físicas, às vezes desnecessárias, mas que são justificadas com a necessidade de punição para prevenir futuras insubordinações através do exemplo. Já o Coronel torna-se vítima da ostentação de uma imagem social de sujeito bem-sucedido. Na cidade, ele simula uma imagem paternalista e tenta resolver questões trabalhistas com agressões. Convicto da própria autoridade, ele acredita perpetuar no meio urbano uma vida de negociatas, para frequentar um círculo

social que considerava mais nobre, imitando práticas que a sociedade esperava de sua classe, num período de declínio do coronelismo. Seduzido pelo grupo social urbano, o Coronel representa à falência em si próprio devido manutenção de regalias e por causa do financiamento de campanhas políticas.

As narrativas possuem em comum o fato dos narradores caminharem para a destruição por não cederem em seus princípios. O Coronel adotou atitudes mais polidas na cidade, mas após a falência completa, ele reassumiu a postura agressiva e a linguagem autoritária. As suas excentricidades se acentuam à medida que a situação piora. Getúlio passou muito tempo subordinado, porém no decorrer da narrativa assumiu sua verdadeira identidade. No final, o Sargento repete o próprio nome “Getúlio Santos Bezerra” diversas vezes, reafirmando-se como indivíduo: “Eu era ele, agora eu sou eu. Hum, seja homem, sustente o seu, sustente o seu, que eu sustentei o seu, tome seu pacote” (RIBEIRO, 1980, p. 151). Assim, ele se opõe à demagogia dos políticos, que não assumem suas verdadeiras posições políticas. Esses processos fazem com que os protagonistas questionem as suas próprias identidades, que são tardiamente encontradas ao entrar em crise com as novas tendências sociais.

Ambos os narradores visam impor práticas típicas do meio rural, próprias da República Velha para o meio urbano, já caracterizado pela Nova República. Nesses contextos, certos hábitos entram em choque com a formação cultural das personagens. Inicialmente, pode parecer exagero afirmar que ainda conservam-se hábitos do Brasil colonial até a contemporaneidade. No entanto, em **Gênero, Poder e Tradição na Terra do Coronel e do Lobisomem** (2009), Marinete dos Santos Silva declara: “O Coronel Ponciano, ao que tudo indica, não morreu. Apenas saiu de cena temporariamente. Recolhido em seus domínios, faz aparições aqui e acolá” (2009, p. 17). Segundo estes estudos, o município de Campos dos Goytacazes está assentado na agricultura canavieira, mas atualmente vive em fase de decadência dessa atividade e possui índice de desenvolvimento humano extremamente baixo, um enorme conservadorismo e há “descoberta recente de casos de trabalho escravo nas fazendas ligadas ao cultivo de cana” (p. 14). O artigo de André Pizetta Altoó (idem, p. 20) analisa a *TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade*, fundada em 1960, por Plínio Corrêa de Oliveira. Este publicara **Revolução e Contrarrevolução** (1959), que é considerado “livro de cabeceira dos membros da entidade” (idem, p. 20). Entre outras ideias conservadoras, defende que a cristandade medieval é a única ordem verdadeira, sendo a Idade Média uma época em que havia uma perfeita sociedade cristã, sacral e

hierárquica, no qual existia um controle eclesiástico das relações sociais. A partir destes pressupostos, ele propunha a restauração da ordem demolida, recuperando a cristandade medieval anterior à Reforma. Entre as medidas, Plínio usa a filosofia de São Tomas para legitimar a desigualdade entre os homens: "ensina que a diversidade das criaturas e o seu escalonamento hierárquico são um bem em si", por que "Providência instituiu a desigualdade". Combater a desigualdade, segundo seu pensamento seria colocar-se metafisicamente contra os melhores elementos de semelhança entre Criador e Criação. Altoé cita Norberto Bobbio (2001, p. 23) para caracterizar o pensamento dos membros da instituição como típicos de "direita", que dão maior relevância política ao que diferencia um homem do outro, logo a desigualdade é a regra. Ela não precisa ser justificada nem combatida, como buscaria fazer um sujeito de "esquerda". A instituição também praticava vigilância constante sobre a produção cultural com o objetivo de identificar qualquer "infiltração comunista". Os preceitos antiquados do Coronel e de Getúlio, que tinha inúmeros preconceitos radicais, são manifestações associáveis a estes sistemas conservadores, que visavam reafirmar as diferenças sociais.

Nos desfechos, há falências dos narradores, pelas mortes iminentes que levam a questionar o real em relação ao grau de distanciamento provocado pelas suas ilusões. Estes aspectos intrínsecos das obras são particularidades que levam a questionar a realidade histórica. O Sargento e o Coronel ressaltam as suas posições superiores, que lutam por sustentar, mas deixam um testemunho de fracasso pessoal e das instituições públicas. As práticas de Getúlio, de tão brutais, opõem-se à idéia de um progresso histórico racional e representa retrocessos, em termo de democracia e humanização. Já a falência pessoal de Ponciano representa um avanço nos sistemas democráticos da sociedade. De um modo geral, estes livros trazem questionamentos das oposições entre os indivíduos e representantes das instituições públicas, demonstrando dificuldades de distinguir interesses coletivos dos interesses particulares, em nome dos quais muitas imperfeições sociais foram praticadas. Os narradores representam a separação entre as ações dos representantes do Estado e as necessidades do povo, que é discriminado por raça, procedência e ideologia política. Até a polícia, no contexto das obras estudadas, ao invés de proteger, serve à manutenção de privilégios particulares. Kwame Appiah (1997, p. 239) apresenta uma possibilidade de assegurar a democratização: "o desenvolvimento de mecanismos pelos quais os governantes possam ser cerceados pelos governados". Mas nestes livros, principalmente em **Sargento Getúlio**, representam-se justamente as tentativas de controle dos líderes sobre o povo, anulando as ações

populares que ameacem partidos. Nesses contextos autoritários, a diversidade cultural era vista como negativa e quando as diferenças eram reconhecidas era para colocar “cada um no seu devido lugar”. Os abalos nas posições de autoridade, que se invertem durante a narrativa, levam Ponciano e Getúlio ao encontro das próprias individualidades, permitindo reflexões sobre a incapacidade de ambos de mudar em atitude. Em seus discursos, tentam se redimir, mas as tragédias que recaem sobre eles servem para desmascarar estruturas sociais defeituosas, mantidas por dirigentes antiéticos.

A partir da investigação de como os protagonistas se identificam com ideologias totalitárias, em detrimento do respeito à democracia, às diferenças culturais e aos próprios direitos humanos, conclui-se que eles são integrantes de sistemas sociais em que os governantes arrumam pretextos para reafirmar que as práticas repressivas são necessárias, de acordo com o estado da técnica, para a preservação da sociedade. Analisando sob a perspectiva de Theodor Adorno, é possível concluir que se deve buscar novas visões sobre estes processos desumanos e formas em defesa de um processo educacional que conscientize para alternativas pacíficas e democráticas de coexistência. Além de desmascarar mecanismos sociais repressivos, é preciso reafirmar garantias às manifestações individuais que permitam a população reagir contra decisões arbitrárias que contrariem os seus interesses. Das quais, ambas as narrativas estão impregnadas de tal forma que o presente estudo não consegue abranger todas elas.

As noções de sociedade que Ponciano e Getúlio revelam não se mostram adequadas a um mundo moderno mais democrático. Eles desenvolvem oposição radical com o que entendem por Estado. O termo “meganhas” para se referir aos policiais é utilizado até por um Sargento depois de ser destituído do cargo. Na luta contra os agentes do governo, os narradores identificaram-se com mitos revolucionários que se opuseram ao poder dominante. O Coronel cai numa luta imaginária contra a cobrança de impostos, que deveriam reverter em benefícios para a população, como a segurança, a ser garantida por policiais. No entanto, um sargento precisa ser abatido porque serve aos interesses particulares de políticos. Os narradores reafirmam oposição ao sistema, que busca subordinar o povo. Mas cada um consegue perceber apenas as aspirações individuais, o que acentua a divisão social. Logo, suas ações se complementam, mas não representam uma soma de benefícios para a sociedade, mas sim de prejuízos, pois visam antes apoiar aos poderosos, em detrimento das necessidades coletivas do povo.

Referências

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca. Escritos efêmeros sobre arte, Cultura e Literatura.** Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ADORNO, Theodor. **Educação após Auschwitz.** In: _____. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Notas de Literatura I.** Tradução de Jorge B. De Almeida. São Paulo: Duas cidades; ed. 34, 2002.

ANTUNES, Maria Alice Gonçalves. **O respeito pelo original: uma análise da autotradução a partir do caso de João Ubaldo Ribeiro.** 2007. Tese (Doutorado em Letras): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai - A África na filosofia da cultura.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDT, Hannah. **Compreender. Formação, exílio e totalitarismo.** Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

AVELAR, Idelber. **Alegorias da Derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. M. **Problemas da poética de Dostoievski.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____. **Questões de Literatura e de Estética.** São Paulo: Unesp Hucitec, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre linguagem.** São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **Magia e técnica, arte e política.** 2. ed. Tradução de Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** 2.ed. São Paulo: UNESP, 2001.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Ideologia e contraideologia: temas e variações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CANDIDO, Antonio. O significado de raízes do Brasil. In: **Raízes do Brasil.** HOLANDA, Sérgio Buarque. Rio de Janeiro: Nova Aguiar. 2002b.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 7ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1985.

_____. **Censura-violência**. In: _____. Recortes. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. A literatura e a formação do homem. In: **Textos de intervenção**. Apresentação e notas: Vinícius Dantas. São Paulo: duas Cidades; Ed. 34, 2002.

CARNEIRO, Márcia et al. Dossiê Integralismo. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro – RJ, nº 61, outubro, 2010. p 16-37.

CARVALHO, José Cândido de; **O Coronel e o Lobisomem**. 34 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1985.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**. Tradução: Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. I e II. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

FIORIN, José Luiz. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In Brait, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: UNICAMP, 1997.

FERNANDES, Claudemar Alves. **O Coronel e o Lobisomem: uma abordagem sócio-interacional** – São Paulo: Annablume, 1999.

GOMES, Maria Raimunda. ATHAYDE, Simone Almeida Alves. **A Menipeia e o Dialogismo no Romance Sargento Getúlio**. Polifonia. Cuiabá. EDUFMT, V.14, 2007.

GENETTE, Gerard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Extratos do francês. 1982 por Luciene Guimarães e Maria Antônia Coutinho. Belo Horizonte: PostLit-FALE/UFMG, 2006.

ÍCARO – INTERDISCIPLINARIDADE, CRÍTICA AO AUTORITARISMO, REGIONALIDADE E ORALIDADE (Grupo de Pesquisa: UFPEL). Disponível em: <<http://icaro.ufpel.edu.br/arquivos/icaro.pdf>>. Acesso: 25 fev. 2013.

LEAL, Victor Nunes **Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil** (1949). Ed. Alfa-Ômega, São Paulo (1978).

LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia**. Lisboa: Gradiva, 1999.

LUKÁCS, Georg. **A Teoria do Romance**. Coleção Espírito Crítico. São Paulo: Duas Cidades 34. 2012.

MACHADO, Irene A. Os gêneros e a ciência dialógica do texto. In: FARACO, Carlos Alberto et al. (org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba. Ed. da UFPR, 1996.

MATIA, Katia Caroline de. MOURA, Wilson Rodrigues de. **A constituição trágico-metafórica do sertão na obra Sargento Getúlio de João Ubaldo Ribeiro**. Letrônica v. 3, n. 2, p. 199-207, dez 2010. Acesso: 22 fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/viewFile/7460/6036>>

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaio de Sociologia da história lenta. São Paulo: 1994.

MARTINS, Vitor Hugo Fernandes. **As falas regional, social e estilística em Sargento Getúlio**. Ensaio apresentado no VI Colóquio Castro Alves. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.seara.uneb.br/sumario/arquivos_pdf/vitorhugo.pdf>

NETO, João Simões Lopes. **Lendas do sul**. Ed. Globo. Rio de Janeiro: 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. São Paulo: **Revista USP**, nº 9, 1991. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/IND-AUT-TEXTOS.htm>. Acesso: 01 mai 2013

POLESE, Edna da Silva. **No mato bravo da Ficção (estudo sobre José Cândido de Carvalho)**. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Marilene Weinhardt. UFPR, Curitiba, 2005.

Salve, Rainha. Análise bíblica da oração católica “Salve, Rainha”. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/7827309/ANALISE-BIBLICA-DA-ORACAO-SALVE-RAINHA>. Acesso: 25 abr. 2013.

RAMOS, Graciliano. **Alexandre e outros heróis**. 49ª ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Sargento Getúlio**. Círculo do Livro. São Paulo, 1980.

_____. **Política; quem manda, por que manda, como manda**. 3ª Edição. Ver. Por Lúcia Hippolito. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SAMAYAULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. Tradução de Sandra Nitri. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SEGATTO, Jose Antonio. Cidadania de ficção. In: **Sociedade e literatura no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1999.

SEGOLIN, Fernando. **Personagem e anti-personagem**. 2ª ed. São Paulo: Olho d'Água. (2006).

SILVA, Deonísio. **A Cidade dos Padres**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. (p.40, 42).

SILVA, Marinete dos Santos (Org.). **Gênero, poder e tradição na terra do coronel e do lobisomem**. Quartet Editora & Comunicação: Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: Carlos Alberto et all. **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento. O Continente I**. Ed. Globo: São Paulo, 1997.